DIEGO AGUIAR BENEVIDES

OS PODERES DO RELATOR NO ART. 557 DO CPC

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PUC / São Paulo
2013

DIEGO AGUIAR BENEVIDES

OS PODERES DO RELATOR NO ART. 557 DO CPC

Monografia apresentada ao COGEAE – Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – da PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – como exigência parcial para obtenção do título de Especialista na área de Direito Processual Civil, sob orientação do Professor-Orientador Dr. Paulo Hoffman.

São Paulo - SP
Março, 2013

À minha grande amiga Natércia M. de Saboya
Oliveira, a quem conheci na faculdade e de
quem, desde então, nunca mais desgrudei, hoje
irmã de coração e de cujo lado sempre estarei
até o fim dos meus dias.

À minha tão querida prima Larissa Benevides,
advogada brilhante em Brasília, companheira
de toda a vida e exemplo de força e dedicação.

Ao meu mais que estimado amigo Caetano
Silva Lima, reconhecidamente competente
Defensor Público em Fortaleza/CE, exemplo
de humildade, honestidade e, sobretudo, de
sincera fraternidade, que a todos contagia,
verdadeiro erudito disfarçado pela modéstia;
sem dúvida, meu *role model*.

Last but not least, ao meu também amigo
Renee Santos, recém aprovado no exame da
Ordem e formando da UFMG, promissor
profissional, agraciado com uma inteligência
de altíssimo nível, mas reconhecido,
principalmente, por sua sensibilidade para com
os amigos, sempre irradiante nos momentos de
alegria e acolhedor nos de tristeza; amigo com
quem partilho muitas semelhanças de
personalidade, a quem admiro e tenho como
um irmão caçula.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão não poderia ser dirigida para outra pessoa, senão para o meu Professor-Orientador, hoje também amigo, Dr. Paulo Hoffman, com quem não só muito aprendi sobre Direito, mas sobremaneira – por meio de simples gestos, conversas e trocas de ideias – sobre a vida e o que nela temos de mais importante. Muito devo a ele por quem sou e ainda pretendo ser, como pessoa e como profissional.

“Tu, místico, vês uma significação em todas as cousas.
Para ti tudo tem um sentido velado.
Há uma cousa oculta em cada cousa que vês.
O que vês, vê-lo sempre para veres outra cousa.

Para mim, graças a ter olhos só para ver,
Eu vejo ausência de significação em todas as cousas;
Vejo-o e amo-me, porque ser uma cousa é não significar nada.
Ser uma cousa é não ser susceptível de interpretação.”

Alberto Caeiro (Fernando Pessoa)

RESUMO

Objeto de intensos debates na doutrina e na jurisprudência e alvo de duas reformas (com alteração e/ou acréscimo de redação), o art. 557 do CPC e os poderes que este ao relator confere – em especial aqueles de julgar monocraticamente os recursos – foram por nós eleitos como tema de nossa monografia. Compilamos muito do que já foi escrito acerca da matéria, buscando examinar o maior *número possível* de obras publicadas. Assim, após analisarmos alguns princípios balizadores e outros supostamente conflitantes com o art. 557, dissecar o significado de seu *caput* e parágrafos, além de avaliarmos como o assunto poderá vir a ser tratado no Novo Código de Processo Civil (NCPC) – em fase de projeto no Congresso Nacional – tiramos algumas conclusões. Entre estas, a de que a “culpa” da morosidade está mais na (falta de) estrutura de nosso Judiciário do que no sistema recursal. Observamos, ainda, que os poderes ali inseridos são verdadeiros deveres do relator. Arrematamos que os seus poderes de “negar seguimento” presentes no *caput* (juízo de admissibilidade ou de mérito negativos) são mais amplos do que aqueles de “dar provimento” do §1-A (juízo de mérito positivo), em razão da aplicação do princípio da dupla conformidade de decisões ou da dupla conformidade virtual de decisões. Analisamos que, enquanto o §1º reforça a constitucionalidade do art. 557, o §2º contribui sobremaneira para sua efetiva funcionalidade. Verificamos as restrições de aplicação do referido dispositivo no julgamento dos embargos de declaração, dos embargos infringentes e dos embargos de divergência. Demonstramos, por fim, como a matéria está (mal) proposta no projeto do NCPC.

Palavras-chave: Poderes do relator. Art. 557 do CPC. Decisão monocrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. PRINCÍPIOS E CONCEITOS PREAMBULARES	5
1.1 Princípio da razoável duração do processo	5
1.2 Princípio da efetividade	10
1.3 Princípio da adaptabilidade	15
1.4 Princípio do duplo grau de jurisdição (e da colegialidade e da dupla conformidade)	17
1.5 Princípio do contraditório (e da ampla defesa)	24
1.6 Definição de “poder”	26
1.7 O relator	31
2. OS PODERES DO RELATOR NO ART. 557 DO CPC	36
2.1 As alterações sofridas pelo art. 557 do CPC	37
2.2 Os poderes do relator no <i>caput</i> do art. 557 do CPC	49
2.2.1 A abrangência da locução “negar seguimento”	49
2.2.2 As hipóteses de incidência das expressões “manifestamente inadmissível”, “manifestamente improcedente” e “manifestamente prejudicado”	50
2.2.3 Recurso em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior	54
2.3 Os poderes do relator no §1º-A do art. 557 do CPC	58
2.4 Do agravo contra a decisão monocrática do relator (§1º do art. 557)	60
2.5 Da multa prevista no §2º do art. 557	64
2.6 Da constitucionalidade do art. 557	67
2.7 As peculiaridades do cabimento (ou não) do art. 557 nos embargos de declaração, nos embargos infringentes e nos embargos de divergência	74

2.7.1 A incidência do art. 557 nos embargos de declaração	74
2.7.2 A incidência do art. 557 nos embargos infringentes	76
2.7.3 A incidência do art. 557 nos embargos de divergência	80

3. OS PODERES DO RELATOR NO (ANTE)PROJETO DO NOVO CPC	82
--	-----------

CONCLUSÃO	93
------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA	99
---------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Sabe-se que entre os mais relevantes escopos do Código de Processo Civil de 1973, quando de sua elaboração, estava a simplificação do pretérito sistema recursal, alvo de críticas ferrenhas da doutrina e jurisprudência da época. Discutia-se não apenas a falta de clareza acerca do recurso cabível em cada situação, mas também como esta falta de coerência contribuía para a delonga do processo. Ao entrar em vigência o atual Código, e nos primeiros anos, celebrou-se o que se pensava ser a solução definitiva desta problemática.

No entanto, como a maioria das ciências (senão todas), o Direito está, sempre, em constante evolução e sofre influência dos valores políticos, econômicos, sociais e culturais de cada época. Dessarte, com o fim da ditadura militar e a implementação do tão sonhado Estado Democrático de Direito, o acesso à justiça – ao menos em seu sentido formal – passou a ser uma realidade cada vez mais presente na vida dos cidadãos jurisdicionados, inclusive os hipossuficientes e economicamente fragilizados, ainda que, para estes, de uma maneira mais lenta e menos eficiente, sem embargo de paulatinamente vir-se tornando efetivamente possível.

Ademais, o Estado é, hoje, dotado de uma nova concepção da social-democracia, baseada numa maior regulação e intervenção estatais na economia, visando, ao menos em teoria, reduzir as injustiças sociais e desigualdades regionais. Assim, a máquina foi tornando-se cada vez mais inchada e complexa, sobremaneira responsável pela crescente presença dos entes federativos como partes (em uma maioria cada vez maior) nos processos que tramitam em nossos abarrotados tribunais.

A consequência foi o crescimento exponencial de feitos em tramitação em nossas Cortes, agravando ainda mais a dilação indevida do tempo de duração dos processos e sua pouca efetividade no acesso à justiça, que continua a ser mais formal do que material, raramente produzindo resultados concretos na vida dos jurisdicionados. Tudo isso ressuscitou, nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1990, a preocupação do legislador e da comunidade jurídica com o nosso ainda complexo, burocrático, ineficiente e demasiado heterogêneo sistema recursal, cujo fruto é uma justiça condescendente com os infratores da lei e incentivadora da desigualdade social.

Não por outro motivo, mais da metade dos dispositivos do CPC voltados para a matéria foram objeto de reforma ao longo dos últimos quarenta anos. O art. 557 foi um destes, em que pese, inicialmente, sua redação original ter sido de pouco interesse dos estudiosos do Direito, mas que diante do cenário a que nos referimos e com duas alterações e acréscimos de redação em apenas três anos, passou a ser objeto de intenso debate tanto na doutrina, como em sede jurisprudencial.

As leis nº 9.139/1995 e nº 9.756/1998 ampliaram substancialmente os poderes do relator, atribuindo-lhe, cada vez mais, competência para julgar monocraticamente recursos em situações excepcionais que justificariam o abreviamento do procedimento recursal. O objetivo? Imediatamente, racionalizar o trâmite do processo, quando, em sede de recurso, constituísse caso no qual o julgamento colegiado representaria em prolongamento desnecessário, inútil e contraproducente. Mediamente, contribuir, como um dos pilares (há de ser vários para cumprir o mister) de um (novo e atualizado) processo civil verdadeiramente efetivo, justo e

capaz de concretizar, entregar, resguardar e/ou proteger o direito material pleiteado pela parte vencedora.

Em nosso trabalho, concentrar-nos-emos, portanto, na análise dos poderes do relator no art. 557 do CPC e como a mesma matéria está proposta no projeto do Novo CPC, que atualmente tramita no Congresso Nacional.

O método eleito foi o da compilação, isto é, apontar o pensamento dos vários autores que já se debruçaram sobre o tema, buscando examinar o maior *número possível* de obras publicadas. Humanamente impossível seria, no mundo digital de hoje (em constante e rápida transformação), ter acesso a todas, até porque trata-se de um trabalho monográfico que, como tal, exige abordagem mais simples e concisa.

No afã de cumprir com o nosso propósito, abordaremos, inicialmente, os princípios que balizam o mencionado dispositivo, bem como aqueles mais frequentemente trazidos por parte da doutrina como fundamento para defender a injuridicidade e ou inconstitucionalidade do art. 557 do CPC. Analisaremos, ainda, os conceitos de “poder” e de “relator”. Em seguida, demonstraremos as alterações sofridas pelo dispositivo ao longo do tempo, dissecá-lo-emos, do *caput* ao § 2º, e avaliaremos sua incidência (ou não) nos recursos que suscitam maior debate em relação ao tema; os principais, já que há divergência sobre o seu emprego em praticamente todos os recursos. Por fim, voltaremos nossa atenção à forma como a matéria está proposta no projeto do Novo CPC.

Nesse diapasão, temos como meta demonstrar as diversas interpretações dos poderes do relator no art. 557, como também a nossa opinião acerca de sua aplicação.

Ressalte-se nossa opção em acrescentar, no corpo do texto, pouquíssimas citações, haja vista o tipo de monografia escolhido (de compilação), com o intuito de não torná-la enfadonha e de difícil assimilação. Dessarte, racionalizaremos a leitura com remissão a citações doutrinárias e precedentes judiciais nomeadamente em notas de rodapé.

Por fim, apresentaremos nossas conclusões, buscando ter cumprido com êxito esta tarefa à qual nos propusemos.

1. PRINCÍPIOS E CONCEITOS PREAMBULARES

Neste capítulo, analisaremos preliminar e resumidamente alguns temas intrínsecos ao objeto do presente estudo. Abordaremos os princípios¹ nomeadamente relevantes que influenciaram o legislador a conferir poderes cada vez mais amplos ao relator por meio de sucessivas alterações do art. 557 do Código de Processo Civil (CPC), bem como aqueles que supostamente conflitariam com o aludido dispositivo. Por fim, abordaremos também os conceitos de “poder” e “relator”, antes de adentrarmos, de fato, em nosso tema central.

1.1 Princípio da razoável duração do processo

Talvez o princípio que mais tenha inspirado o legislador do originário art. 557 do CPC – e ainda mais os das sucessivas leis que o alteraram – seja o da razoável duração do processo, que alguns, *data venia*, equivocadamente denominam “princípio da celeridade”². Entendemos, também, que o chamado “princípio da economia processual” (o máximo de resultado com

¹ “(...) princípio jurídico é um enunciado lógico, implícito ou explícito, que, por sua grande generalidade, ocupa posição de preeminência nos vastos quadrantes do Direito e, por isso mesmo, vincula, de modo inexorável, o entendimento e a aplicação das normas jurídicas que com ele se conectam. Não importa se o princípio é implícito ou explícito, mas, sim, se existe ou não existe. (...) o princípio explícito não é necessariamente mais importante que o princípio implícito. Tudo vai depender do âmbito de abrangência de um e de outro, e não do fato de um estar melhor ou pior desvendado no texto jurídico. Aliás, as normas jurídicas não trazem sequer expressas sua condição de princípios ou de regras. É o jurista que, ao debruçar-se sobre elas, as identifica e as hierarquiza” Roque Antônio Carraza, **Curso de direito constitucional tributário**, p.39.

² “Não existe um *princípio da celeridade*. O processo não tem de ser rápido/célere: o processo *deve demorar o tempo necessário e adequado à solução do caso submetido ao órgão jurisdicional*”. Fredie Didier Jr., **Curso de direito processual civil**, p.59, grifos do autor.

o mínimo de atividade processual) faz parte da ideia de processo com duração razoável.

De fato, o princípio do devido processo legal – de onde emanam os demais princípios do processo civil³ – não impõe que o processo seja rápido⁴ (célere). Certamente, um dos motivos que culminou no surgimento do *due process of law* – previsto na Magna Carta inglesa do Rei João Sem Terra de 1215⁵ – foi a sumariedade com que eram conduzidos os processos até a Idade Medieval. As pessoas eram acusadas e condenadas sem que pudessem efetivamente defender-se, sem paridade de armas e praticamente sem poder de influência na decisão final do julgador.

A partir da noção de devido processo legal, portanto, o jurisdicionado passou a ter garantias como a ampla defesa, o contraditório, a igualdade processual, a publicidade, entre outras. Percebe-se, assim, que

³ “(...) já teria sido suficiente o constituinte federal ter assegurado o devido processo legal para que todos os demais princípios fossem decorrência lógica, porém, para que dúvidas não pairassem, fez questão de elevá-los a essa categoria, a fim de evitar que entendimentos doutrinários ou jurisprudenciais pudessem conduzir a posicionamento diverso” Paulo Hoffman, **Falsas medidas tendentes à efetividade**, *online*.

⁴ “(...) não se pode, à custa de um processo mais célere, afrontar as garantias do devido processo legal nem gerar insegurança para as partes, tampouco forçá-las a compor-se contra a vontade. Tanto é inaceitável um processo extremamente demorado como aquele injustificadamente rápido e precipitado, no qual não há tempo hábil para a produção de provas e alegações das partes, com total cerceamento de defesa. Igualmente nos causa repulsa notar que, em muitas discussões acadêmicas, a defesa e a justificativa para posições contrárias ao espírito da lei são sempre fundadas no princípio da celeridade e da economia processual. Devemos recusar um processo burocrático e excessivamente formal, mas, principalmente, cabe-nos rechaçar a mentalidade do término do processo a todo custo, eliminando-se fases, recursos, procedimentos e técnica jurídica”. Paulo Hoffman, **Razoável duração do processo**, p. 41-42.

⁵ “A noção de *devido processo legal* como cláusula de proteção contra a tirania é ainda mais antiga: remonta ao Édito de Conrado II (Decreto Feudal Alemão de 1037 d.C.), em que pela primeira vez se registra por escrito a ideia de que até mesmo o Imperador está submetido às ‘leis do Império’. (...) A Magna Carta costuma ser tida como o documento histórico mais remoto de consagração do *devido processo legal*, até mesmo em razão da forte influência que exerceu na formação dos Direitos inglês e estadunidense. A origem, porém, é germânica e um tanto mais longínqua (a influência germânica no desenvolvimento do direito comum inglês deve-se certamente à invasão normanda de 1066 d. C., comandada por William, o Conquistador, duque de Normandia)”. Fredie Didier Jr., **Curso de direito processual civil**, p. 42, grifos do autor.

ampliou-se o tempo de duração do processo de maneira a garantir uma prestação jurisdicional mais justa, mais próxima da “verdade”, mais transparente, mais equilibrada e com menor probabilidade de erro judiciário.⁶

Ao mesmo tempo em que o processo deve atravessar algumas etapas, não se concebe que dure mais do que o necessário para a consecução de seus fins (ideia que também se pode extrair de um processo devido). Eis o conteúdo do princípio da razoável duração do processo, isto é, o processo não pode sofrer dilações indevidas.

No entanto, num País em que muitas justiças estaduais (principalmente estas, embora não apenas) estão “falidas”, onde um despacho para ordenar a citação em um processo pode demorar⁷ meses ou ano⁸ ou no qual uma audiência de instrução pode ser adiada duas ou mais vezes ao longo de um

⁶ “Bem pensadas as coisas, conquistou-se, ao longo da história, um direito à demora na solução dos conflitos. A partir do momento em que se reconhece a existência de um *direito fundamental ao devido processo*, está-se reconhecendo, implicitamente, o direito de que a solução do caso deve cumprir, necessariamente, uma série de atos obrigatórios, que compõem o conteúdo mínimo desse direito. A exigência do contraditório, o direito à produção de provas e aos recursos certamente atravancam a celeridade, mas são garantias que não podem ser desconsideradas ou minimizadas. É preciso fazer o alerta, para evitar discursos autoritários, que pregam a celeridade como valor. Os processos da Inquisição poderiam ser rápidos. Não parece, porém, que se sinta saudade deles”. Fredie Didier Jr., **Curso de direito processual civil**, p. 59, grifos do autor.

⁷ “Sucede que o quadro de lentidão não é o mesmo nos vários rincões do país. Com efeito, não é difícil apontar comarcas em que a solução das lides é obtida em tempo razoável. (...) Diversa, porém, é a situação de várias comarcas em que o volume de ações é elevado: em algumas varas cíveis da comarca da Capital de São Paulo, por exemplo, a simples juntada de petições aos autos demora alguns meses! Como é curial, as causas dessa morosidade são variadas e nem sempre decorrem do volume de processos, mas é notória a sobrecarga de trabalho na maioria das comarcas e, particularmente, em segunda instância, cujas pautas, não raro, são superiores a 300 recursos” João Batista Lopes, **Sistema recursal, PEC dos recursos e morosidade da justiça**, p. 427.

⁸ Ver processo n. 905599-30.2012.8.06.0001/0, que tramita perante a 19ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza(CE), inserindo o seu número no campo correspondente, disponível em <<http://www4.tjce.jus.br/sproc2/paginas/sprocprincipal.asp>>.

ano em Juizados Especiais,⁹ o constituinte derivado reformador entendeu por bem inserir o referido princípio expressamente, acrescentando o inciso LXXVIII¹⁰ ao art. 5^a de nossa Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional 45 de 2004, conhecida como “A Reforma do Judiciário”.

Paulo Hoffman¹¹ chama atenção ao maior responsável pela morosidade dos processos em nosso País, que é a falta de estrutura e do devido investimento no Poder Judiciário:¹²

(...) a destinação de verbas para aparelhamento da máquina judiciária, inclusive com informatização do Poder Judiciário, com técnicas modernas, jamais são prioridades para os políticos, uma vez que tais investimentos não se refletem imediatamente em votos, pois os resultados seriam perceptíveis em longo prazo, ao contrário da visibilidade que dá a construção de uma ponte ou viaduto. Ademais, principalmente no Brasil, o governo é o principal sujeito passivo das demandas, razão pela qual não interessa um processo célere. Deste modo, tornam-se retórica ilusão a constante alteração de leis e a criação de novos códigos, tendo a lei sempre por imperfeita, incompleta e responsável maior pelo problema da morosidade judicial, sem se concentrar esforços e criar mecanismos de pressão para obrigar os governantes a realizar os devidos e corretos investimentos para a instrumentalização da máquina judiciária. A melhor lei será sempre insuficiente se introduzida numa estrutura arcaica e inoperante.

⁹ Ver processo n. 032.2012.920.784-4, que tramita perante a 19^a Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza(CE), clicando no link “pesquise os processos de seu interesse” e inserindo o respectivo número, disponível em <<https://projudi.tjce.jus.br/projudi/>>.

¹⁰ “(...) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

¹¹ **Razoável duração do processo**, p. 111-112.

¹² “As estatísticas dos tribunais revelam a realidade da presença do Estado – é parte em 85% dos recursos distribuídos no Superior Tribunal de Justiça” Francisco Peçanha Martins, **Exame do artigo 557 do Código de Processo Civil**: um incitamento à reflexão e ao debate, p. 153.

Percebe-se, portanto, que apenas editar uma lei não surte efeitos práticos, de maneira que antes mesmo da referida emenda já havia dispositivos que buscavam implementar, na prática, a razoável duração do processo.¹³

Um destes é o art. 557 do CPC, que permite ao relator de recurso, liminarmente e sem a participação do órgão colegiado, exercer juízos de admissibilidade e de mérito sumários em algumas situações específicas que, dadas suas peculiaridades, justificam trâmite mais acelerado do que o padrão,¹⁴ como veremos no próximo capítulo.

¹³ Paulo Hoffman (**O direito à razoável duração do processo e a experiência italiana**, *online*.) sugere a edição de lei semelhante a *Legge Pinto*, em vigor na Itália desde março de 2001 e por meio da qual o cidadão-jurisdicionado pode obter indenização do Estado por prejuízos advindos da duração exagerada do processo, o que é aferido levando-se em conta a complexidade da causa, o comportamento das partes, do juiz e dos auxiliares, sendo que o dano moral pode ser reparado por dinheiro ou por publicidade da declarada violação do tempo razoável.

¹⁴ Barbosa Moreira, porém, faz um alerta em relação à tendência do legislador em culpar sobremaneira os recursos pela morosidade processual: “Dir-se-á que é evidente, quando nada, a relação de causa e efeito entre a utilização de recursos e o prolongamento dos processos: se as decisões fossem todas irrecorríveis, eles sem dúvida terminariam mais depressa. Mas até agora a ninguém ocorreu sugerir que se adote um sistema desse feitio para a totalidade dos pleitos, e a razão é igualmente óbvia: a celeridade não constitui o *único* valor em jogo, e o legislador processual, aqui e alhures, dificilmente se animaria a sobrepô-la de modo tão radical a quaisquer outros” **Reformas do CPC em matéria de recursos**, p. 143, grifo do autor. No mesmo sentido, Paulo Hoffman: “Defensores contumazes das reformas paulatinas do Código de Processo Civil, não podemos deixar de fazer o alerta: cuidado com a mudança somente pela mudança, sem a devida discussão prévia, sem pesquisa e somente para atender um problema pontual. Recentemente, um processualista nos fez a seguinte indagação: se os recursos são os culpados pela morosidade judicial, por qual razão em alguns estados o processo é mais rápido do que em outros? Por que os recursos seriam os responsáveis pela demora se, antes, quando menos processos existiam, não eram? A resposta à perspicaz e sabidamente falsa dúvida é evidente e o interlocutor já a conhece de antemão, assim como o leitor e todo operador de direito, pois o problema não é o grande número de recursos, mas, sim, a falta de estrutura e investimento no Poder Judiciário. Clama-se por mais juízes, diminuindo a relação processo/juiz, com maior eficiência e produtividade, aparelhamento e informatização” **Cuidado! O fim do agravo de instrumento pode aniquilar o processo civil pátrio**, *online*.

1.2 Princípio da efetividade

Como dito, a simples edição de leis não é suficiente para garantir uma tutela jurisdicional eficaz.¹⁵ Tampouco é bastante oferecer acesso à justiça puro e simples, no sentido de apenas facilitar aos cidadãos adentrar a casa da Senhora Justiça (ou da deusa romana Iustitia ou da deusa grega Diké). O jurisdicionado quer ser recebido e sair de lá com uma solução. Não deseja sentar no sofá, ser ouvido por “alguém cego” e ao final da visita ir embora sem um desfecho (ou com um que de nada serve).¹⁶

Com efeito, hoje, parte da doutrina enxerga a imparcialidade de uma maneira diferente (e talvez fosse o caso de rever a imagem da Justiça com uma venda nos olhos). Defende-se atualmente um juiz mais ativo,¹⁷ com maiores

¹⁵ Ao analisar o impacto do art. 557 do CPC na agilidade (ou não) do judiciário, Rodrigo Varini Mutti atesta que “(...) as estatísticas demonstram que, apesar de o número de recursos julgados ter aumentado, o número de recursos distribuídos aumentou na mesma proporção, o que não soluciona o problema da sobrecarga nos tribunais” **Decisão monocrática do relator e agravo interno**, *online*. Frise-se que nem mesmo a Constituição, lei suprema e fundamento de validade de todas as demais, escapa à questão da efetividade: “(...) as Constituições não existem unicamente em papel. Uma vez saídas da forja do constituinte – seja este uma assembleia, um príncipe, ou um ditador –, correm o seu destino, segundo as condições do meio humano e social a que se aplicam. A sociedade, portadora também de um poder constituinte, é que dirá, em última análise, com a grande força legitimadora dos seus interesses, se a Constituição jurídica terá ou não eficácia. Também os titulares do poder, os aplicadores do texto, os senhores da decisão governativa são um elemento-força da maior importância para a feliz concretização de um ensaio constitucional” Paulo Bonavides e Paes de Andrade, **História constitucional do Brasil**, p. 107.

¹⁶ “É claro que não basta apenas abrir a porta de entrada do Judiciário, mas prestar jurisdição tanto quanto possível eficiente, efetiva e justa, mediante um processo sem dilações indevidas ou formalismos excessivos. Exatamente a perspectiva constitucional do processo veio a contribuir para afastar o processo do plano das construções conceituais e meramente técnicas e inseri-lo na realidade política e social”. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, **O processo civil na perspectiva dos direitos fundamentais**, p. 117.

¹⁷ Paulo Hoffman, em seu **Saneamento compartilhado**, p. 65-66, fala em “mito da imparcialidade”, por meio do qual confunde-se o conceito de neutralidade com o de imparcialidade. A imparcialidade não impõe que o juiz se mostre neutro, distante ou um mero órgão burocrático que exerce a função judiciária. Mais a frente ensina que “(...) a imparcialidade do juiz não diminuirá em decorrência de sua participação nem em razão da utilização de seus amplos poderes instrutórios”, devendo o magistrado conduzir o processo “(...) sempre declarando abertamente em que ponto efetivamente está, a fim de que a parte não descubra isso somente quando mais nada há a ser feito e o processo já tiver sido julgado em 1º grau” (p. 75). Sua proposta é no sentido de fazer desaparecer as “(...) decisões de

poderes instrutórios, mais participativo e atuante.¹⁸ Tudo isso em prol – entre outros objetivos – da efetividade, da entrega, de fato, do direito material disputado durante o processo à parte vitoriosa.

Nesse sentido, José Carlos Barbosa Moreira¹⁹ ensina:

Quando o juiz determina a realização de prova para melhor esclarecimento dos fatos relevantes, não está, em absoluto, *usurpando* função da parte; (...) Ele não atua *como substituto da parte*, atua *como juiz* – como juiz empenhado em julgar bem. (...) o juiz não é adivinho; não pode saber de antemão a qual dos litigantes será favorável o êxito da diligência probatória. (...) A supor-se que o juiz se torna parcial por ordenar *ex officio* a realização de prova, assim beneficiando a parte a quem ela resulte favorável, ter-se-á logicamente de entender que *também a omissão em determinar a prova* compromete a imparcialidade do juiz. É evidente, com efeito, que a falta de prova beneficiará a parte a quem ela resultaria desfavorável, caso se realizasse. Estará o juiz, em qualquer hipótese à pecha da parcialidade? O absurdo da consequência põe a nu a falsidade da premissa.

Ademais, de nada adianta, por exemplo, realizar concursos públicos, contratar defensores públicos, e assim ampliar o acesso à justiça a

‘gabinete’, isoladas, sem a participação das partes. O juiz, na medida do possível deverá postergar todas as decisões para a audiência de saneamento, num moderno procedimento de ampla colaboração, participação e ética” (p. 138).

¹⁸ “Para o Tribunal Constitucional espanhol, o dever judicial de promover e colaborar na realização da efetividade da tutela jurisdicional não é de caráter moral, mas um dever jurídico constitucional (...). O cumprimento desse mandato constitucional de proteger o direito fundamental à tutela judicial efetiva, a que têm direito todas as pessoas, há de ser para os juízes e tribunais norte de sua atividade jurisdicional. Por isso, o Tribunal Constitucional fala da necessária colaboração dos órgãos judiciais com as partes na materialização da tutela e também no dever específico de garantir a tutela, dever que impede os órgãos jurisdicionais de adotarem uma atitude passiva nesta matéria”. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, **O processo civil na perspectiva dos direitos fundamentais**, p. 116.

¹⁹ **O neoprivatismo no processo civil**, p. 315-316, grifos do autor.

todos indiscriminadamente,²⁰ se não se investe, na outra ponta, no combate à corrupção, na estrutura física e pessoal do Judiciário como um todo, na permanente qualificação e avaliação dos servidores públicos, na modernização e simplificação do Estado em todas as suas funções (administrativa, legislativa e judiciária), hodiernamente travadas por um dos sistemas mais burocráticos do mundo.²¹

Em suma, o princípio da efetividade preconiza uma tutela executiva eficiente, que satisfaça, no plano fático, real, aquilo que a sentença ou acórdão final, transitado(a) em julgado, prescreveu no mundo jurídico. O mundo jurídico e o mundo físico não podem caminhar dissociados. Afinal, como tanto se repete nas salas de aula, nos livros e na jurisprudência, o processo não é um fim em si mesmo, mas um meio, um instrumento, cujo objetivo é a entrega, a satisfação, a proteção, a conservação, o resguardo do direito material pleiteado.

Com a derrota efetiva da parte sucumbente, atua o princípio, ainda, desestimulando os que planejam infringir as leis e cercear os direitos alheios, porque perdem a sensação de impunidade e adquirem preocupação com as consequências (práticas) negativas que uma sentença ou acórdão transitado(a) em julgado e executado(a) até o fim pode lhe acarretar.

Em que pese o princípio da efetividade ser recorrentemente lembrado por muitos doutrinadores como mais ligado à fase de execução,²² ele

²⁰ “Uma vez que grande e crescente número de indivíduos, grupos e interesses, antes não representados, agora têm acesso aos tribunais e a mecanismos semelhantes (...) a pressão sobre o sistema judiciário, no sentido de reduzir a sua carga e encontrar procedimentos ainda mais baratos, cresce dramaticamente. Não se pode permitir que essa pressão, que já sentida, venha a subverter os fundamentos de um procedimento justo”. Mauro Cappelletti e Bryant Garth, **Acesso à justiça**, p. 58.

²¹ “É preciso que se reconheça que as reformas judiciais e processuais não são substitutos suficientes para as reformas políticas e sociais”. Mauro Cappelletti e Bryant Garth, **Acesso à justiça**, p. 57.

²² “Conhecer e Executar (efetivar) passaram a ser duas necessidades contemporâneas à concretização da tutela jurisdicional, superando-se o princípio da *nulla executio sine titulo*. (...) A aproximação da

deve se fazer presente desde o nascimento do processo, com medidas que contribuam para a efetividade ao final. Isto é, com instrumentos que prestigiem a economia processual, a produção de provas, o contraditório etc. (percebe-se, assim, uma conexão permanente entre os princípios processuais que, juntos, formam um só: o princípio do devido processo legal).

O art. 557 prestigia o aludido princípio em todo o seu conteúdo. O *caput* – ao permitir que o relator negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior – permite em situações excepcionais que um único desembargador (ou ministro) não conheça ou julgue improcedente recurso que, ordinariamente, seria julgado por um grupo de desembargadores (ou ministros). Essa “permissão” (na verdade um poder-dever) se justifica, porque, em tais casos, a probabilidade de o colegiado julgar no mesmo sentido é tamanha que se prefere, numa ponderação de princípios (na qual entra e pesa o da efetividade), que o relator aprecie o recurso monocraticamente. Abrevia-se, destarte, o caminho até a fase de execução, não de maneira arbitrária, mas em casos pontuais que merecem (até por um sentido lógico) esse rito diferenciado, de maneira a valorizar o tempo, que tão caro é para a efetivação da execução mais à frente.

Ao §1º-A – que “autoriza” o relator a julgar (monocraticamente) procedente recurso contra decisão que esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior – aplicamos o mesmo raciocínio desenvolvido para o *caput*.

cognição à execução fez ruir a estrutura trinária das sentenças, a qual, destituindo o juiz de poder efetivar a decisão, impossibilitava a efetiva tutela jurisdicional, sobretudo quando se pretendia evitar a lesão a bens jurídicos não patrimoniais (...)” Eduardo Cambi, **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**, p. 227.

Por se tratar de situações pontuais, nas quais a evidência da decisão a se tomar deve saltar aos olhos, o §1º prevê um mecanismo de defesa à parte derrotada no julgamento monocrático. Isto é, entendendo que as hipóteses previstas no *caput* e no §1º-A não incidem sobre a matéria julgada isoladamente pelo relator, poderá ela interpor agravo ao órgão colegiado competente.

Como já exposto anteriormente, processo justo não é um processo injustificadamente rápido, mas sim um processo que se alongue pelo tempo necessário (nem mais, nem menos) à consecução de seus fins. Efetividade, portanto, não se confunde com celeridade, mas nela está inserida a ideia de realização do direito material reconhecido ao final de um processo que necessariamente respeite todas as garantias constitucionalmente previstas às partes em um processo.

Se o *caput* e o §1º-A buscam prestigiar a efetividade da tutela jurisdicional sob a ótica da parte que muito provável e evidentemente irá vencer no final, o §1º valoriza a efetividade da tutela jurisdicional da parte que sairia prejudicada caso o *caput* e o §1º-A pudessem ser aplicados sem qualquer possibilidade de reversão em situações que não seriam “manifestas” ou não estariam em claro “confronto com súmula ou jurisprudência dominante” de determinado tribunal.

Por sua vez, o §2º garante a efetividade do próprio art. 557. Ora, se toda vez que o relator julgasse monocraticamente um recurso pudesse a parte contrária interpor agravo, o processo estaria fadado, sempre, a percorrer caminho ainda mais longo, indo de encontro à ideia de efetividade (tanto do dispositivo, como do processo).

Dessarte, de acordo com o §2º, quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, poderá o órgão colegiado condenar o agravante a pagar multa, cujo pagamento será condição *sine qua non* para a interposição de qualquer outro recurso.²³

Ao criar um atalho para situações que o mereçam, mas, ao mesmo tempo, obstáculos para o acesso indevido àquele, o legislador buscou aumentar as chances de proporcionar processos efetivos.

1.3 Princípio da adaptabilidade

Este princípio nasceu do princípio da efetividade. Assim como muitos (ou quase todos) os princípios do processo civil podem ser extraídos da cláusula geral do devido processo legal, este também pode ser enxergado como parte do princípio da efetividade.

Passou a ganhar relevância, no entanto, e por muitos considerado princípio autônomo, em razão da necessidade de enxergar o processo, como já nos referimos anteriormente, não como um fim em si mesmo, mas como um meio de realização do direito material ameaçado ou lesado.

Expliquemos.

²³ “Não existe qualquer inconstitucionalidade nessa previsão legal [do § 2º do art. 557 do CPC], não se podendo afirmar que haja qualquer restrição ao acesso à justiça, considerando-se que a sanção foi gerada por ato desleal da parte. Entendo pela aplicação da sanção processual ora analisada aos *beneficiários da assistência judiciária*, que, muito embora sejam isentos do adiantamento no pagamento de custas judiciais, não podem se valer desse benefício para a prática de atos de deslealdade e má-fé processual. O *Ministério Público*, a exemplo das pessoas jurídicas de direito público, também deveria suportar os efeitos do artigo legal ora analisado. Também entendo que a Fazenda Pública teria de depositar o valor em juízo nos termos do dispositivo legal (...)” Daniel Amorim Assumpção Neves, **Manual de direito processual civil**, p. 700, grifos do autor.

O legislador, em razão de sua limitação humana, não tem como prever todos os possíveis conflitos, direitos, relações e situações que mereçam regulamentação. Ademais, um processo conduzido cartesianamente com ritos e prazos legais que não se adequam às especificidades dos fatos trazidos ao litígio será, indubitavelmente, não efetivo, portanto não devido.

Defende-se, então, a adaptação do processo às peculiaridades da causa *en cuestio*.²⁴ Essa adaptação pode ser legal ou circunstancial. Exemplo da segunda se dá quando o juiz, diante da complexidade da causa, decide elastecer algum prazo legal ou alongar uma audiência, marcando um segundo, terceiro ou mais dias para sua continuação, quando normalmente encerraria o seu propósito em poucas horas de um único dia.

Já a adaptação legal se vê, à guisa de exemplo, no rito mais abreviado dos Juizados Especiais, no procedimento diferenciado, urgente e ágil do mandado de segurança e, também, no art. 557 do CPC que, diante da evidência do resultado final de determinado processo, permite ao relator abreviar o seu trâmite, apreciando um recurso monocraticamente, sem submetê-lo ao órgão colegiado que, em situação padrão, seria o órgão competente para tanto.

²⁴ “Nada impede que se possa previamente conferir ao magistrado, como diretor do processo, poderes para conformar o procedimento às peculiaridades do caso concreto, tudo como meio de mais bem tutelar o direito material. Também se deve permitir ao magistrado que corrija o procedimento que se revele inconstitucional, por ferir um direito fundamental processual, como o contraditório (se um procedimento não prever o contraditório, deve o magistrado determiná-lo, até mesmo *ex officio*, como forma de efetivação desse direito fundamental). Eis que aparece o princípio da *adaptabilidade, elasticidade ou adequação judicial* do procedimento: cabe ao órgão jurisdicional prosseguir na empresa da adequação do processo, iniciada pelo legislador, mas que, em razão da natural abstração do texto normativo, pode ignorar peculiaridades de situações concretas somente constatáveis caso a caso” Fredie Didier Jr., **Curso de direito processual civil**, p. 71, grifos do autor.

1.4 Princípio do duplo grau de jurisdição (e da colegialidade e da dupla conformidade)

O princípio do duplo grau de jurisdição é um instrumento colocado à disposição da parte sucumbente para que possa esta ter a decisão que lhe foi desfavorável (proferida, geralmente, pelo juiz de 1º instância) revisada, em regra, por um órgão colegiado (composto de três ou mais juízes) de um tribunal.

A justificativa maior para a existência deste princípio, implicitamente previsto em nossa atual Constituição, está num fator de caráter político. Em razão de os magistrados e demais membros do Poder Judiciário não serem escolhidos mediante votos – ou seja, não é o povo que os elege –, mas sim selecionados mediante concurso público e dotados de vitaliciedade ou estabilidade (conforme o cargo que ocupem), faz com que aquele Poder [*rectius*: Função] seja, entre os outros dois, o de menor representatividade. Os meios de controle e fiscalização popular sobre o Poder Judiciário são escassos, de maneira que se faz necessário, no mínimo, um controle interno sobre a legalidade e justiça das decisões judiciais.²⁵

Muito se discute se o duplo grau seria uma garantia (portanto absoluta e inafastável) ou um princípio.²⁶ Os que defendem a primeira hipótese²⁷

²⁵ Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido R. Dinamarco, **Teoria geral do processo**, p. 71.

²⁶ As garantias são normas de caráter limitador do poder, sendo imperativas (absolutas). Via de regra, os princípios são relativos, podendo um prevalecer sobre outro mediante o critério da proporcionalidade. As exceções (princípios absolutos) constituíram, portanto, garantias. Nesse sentido, Cândido Rangel Dinamarco ensina que “(...) dentro do sistema de princípios e regras, temos ainda as chamadas garantias, princípios que limitam o exercício do poder estatal sem deixar margem ao

fundamentam seu entendimento na estrutura hierarquizada do Poder Judiciário prevista na Constituição Federal, em que os tribunais superiores superpõem-se aos inferiores e estes aos juízos de primeira instância. Aludem, ainda, ao inciso LV do art. 5º, segundo o qual “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e *recursos* a ela inerentes” (grifo nosso).²⁸

exercício do arbítrio. As garantias constitucionais são princípios qualificados pelo seu conteúdo específico e limitam o poder, na defesa das disposições que formam o Direito reconhecido”. **Princípios e garantias do processo civil**, *online*.

²⁷ Ao discorrer acerca do devido processo constitucional jurisdicional, José Joaquim Calmon de Passos o define como “(...) um complexo de *garantias* mínimas contra o subjetivismo e o arbítrio dos que têm poder de decidir. Exige-se, *sem que seja admissível qualquer exceção*, a prévia instituição e definição da competência daquele a quem se atribua o poder de decidir o caso concreto (juiz natural), a bilateralidade da audiência (...), a publicidade (...), a fundamentação das decisões (...) e o controle dessa decisão (possibilitando-se, *sempre*, a correção da ilegalidade praticada pelo decisor e sua responsabilização pelos erros inescusáveis que cometer)”. **Direito, poder, justiça e processo**, p. 69-70, grifos nossos.

²⁸ “(...) é mais provável não estarem os critérios de justiça e segurança presentes numa decisão única, comprometendo, essa ocorrência, a própria identidade do Estado de Direito quanto aos seus fins. Um reexame da decisão torna-se, então, imperativo, e é nesses limites, de assegurar ao vencido uma única revisão da sentença que lhe foi desfavorável, que se considera o duplo grau de jurisdição como *garantia de ordem constitucional* diretamente derivada da cláusula do devido processo legal e, conseqüentemente, *indispensável* à consecução dos fins últimos do Estado pelo afastamento da possibilidade de manifestação do arbítrio. (...) *Em qualquer circunstância*, está assegurado ao jurisdicionado o alcance do duplo grau, consistente na possibilidade de uma revisão, com base nas provas e no Direito, do acerto da sentença extintiva do processo originariamente proferida. Esse reexame, como já se afirmou, pode ser procedido por órgão jurisdicional colegiado de hierarquia igual à do prolator da decisão ou superior, porque o que se busca preservar é a segurança contida numa segunda e mais abrangente visão dos fatos, das provas e do Direito, a elaboração de um raciocínio mais completo e, portanto, mais justo. (...) *O que não se admite é que o relator da apelação, por despacho monocrático, negue seguimento ao recurso sem que haja exame da matéria arguida pelo colegiado*. (...) Embora não o preveja expressamente, é a própria Carta Magna de 1988 que se encarrega de demonstrar, à evidência, que o duplo grau erige-se em garantia constitucional. Primeiramente, porque a Constituição adota não só a dualidade de graus de jurisdição, como sua pluralidade, *indicando a existência de competência recursal dos tribunais como característica da existência do direito de recorrer*. (...) Todos aqueles que ingressam em juízo devem ter, em igualdade de condições, a possibilidade de pleitear a revisão da sentença. (...) *A redação do inciso LV do art. 50 permite outra ilação a favor da concretude do duplo grau como garantia constitucional*, quando estabelece: ‘aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes’. Nessa sede poder-se-ia até privilegiar a argumentação linguística em detrimento da jurídica, posto que suficiente essa análise para demonstrar a intenção do legislador ao ligar, com a aditiva *e*, os termos *meios e recursos*. *Quisesse igualá-los como sinônimos, o legislador constituinte teria utilizado a alternativa ou, o que implica que quis diferenciá-los pela necessidade de ser preciso*. Os dicionários tanto definem a palavra *meio* como recurso, método, expediente empregado para atingir determinado fim, quanto designam pela palavra *recurso* o meio, o expediente, a proteção, o auxílio. Assim, enquanto o

Ocorre que o vocábulo “recursos” no aludido dispositivo não está posto (apenas) no seu sentido jurídico de espécie de meio de impugnação de decisão, mas sim no seu sentido literário de instrumentos (*lato sensu*) necessários para assegurar o contraditório e a ampla defesa, sejam eles meios de impugnação de decisão (recursos, ações autônomas de impugnação e sucedâneos recursais), seja o direito a produção de todos os meios de prova admitidos em direito durante o processo, seja a garantia de prazo suficiente para a apresentação de peça de defesa ou de manifestação acerca de documentos apresentados pela parte contrária, seja o dever de cooperação (das partes, do juiz e dos auxiliares) durante a atividade processual etc.

Ademais, a própria Constituição excepciona o segundo grau de jurisdição ao prever, por exemplo, processos com jurisdição única que iniciam no Supremo Tribunal Federal ou em tribunais superiores (ex: art. 102, I, “j” e art. 105, I, “b” e “e”, entre outros da CF/88).²⁹

De todo o exposto, extrai-se que o duplo grau é um princípio e, como todos os demais, pode entrar em conflito com outro, situação a ser resolvida por meio da ponderação e da proporcionalidade.

vocábulo *meio* é empregado no artigo no sentido de designar todos os expedientes necessários à prática dos atos processuais, a palavra *recurso* tem conotação menos ampla, de instrumento destinado à prática específica de determinado ato, que é o de recorrer da decisão desfavorável”. Thicianna da Costa Porto Araujo, **O princípio do duplo grau de jurisdição**, *online*, grifos nossos e da autora.

²⁹ Tornou-se quase fato notório (pela repetição de muitos doutrinadores) que a Constituição Imperial de 1824 foi a única da nossa história a prescrever o duplo grau como garantia absoluta no seu art. 158, que dizia: “Para julgar as causas em segunda e última instância haverá nas Províncias do Império as Relações, que forem necessárias para comodidade dos povos”. São exemplos: Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha, **Curso de direito processual civil**, p.28; e Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa, **Os poderes do relator no processo civil**, p. 131. Não nos parece, entretanto, que a simples previsão da existência de tribunais para julgar causas em segunda instância confira natureza de garantia absoluta ao duplo grau, até porque a atual Constituição de 1988 também o faz, tanto para a Justiça Federal, como para a dos Estados (art. 25 c/c art. 92 e ss da CF/88) e nem por isso é um consenso atualmente tratar-se de garantia absoluta.

Por seu turno, o princípio da dupla conformidade (corolário do duplo grau e subprincípio deste) tem por objetivo diminuir a possibilidade de erro judiciário e assegurar maior grau de segurança à tutela jurisdicional, pondo à disposição da parte sucumbente, tenha ela sido derrotada uma única vez em primeira ou segunda instância, a possibilidade (já que o direito de recorrer não é impositivo) de só não poder mais reverter o resultado que lhe é desfavorável quando houver, no mínimo, duas decisões conformes.³⁰

Há quem repute o art. 557 do CPC como inconstitucional ao permitir que seja negado seguimento a recurso (não conhecendo ou indeferindo) ou que se lhe dê provimento (*caput* e §1^a-A, respectivamente) isoladamente, isto é, sem a participação de um colegiado. Isto porque a atividade judicante dos tribunais, de acordo com a sua composição e estrutura prevista na Lei Maior, deveria supostamente ser, sempre, exercida colegiadamente³¹ (princípio da colegialidade, também corolário e subprincípio do duplo grau), pois do contrário afrontaria os três (sub)princípios examinados neste item.³²

³⁰ Neste sentido: Fabiano Carvalho, **Poderes do relator nos recursos**, p. 34-35. Observa o autor que “quando as duas decisões, de primeiro e segundo graus, forem divergentes, faz-se necessário que outro órgão judicial examine a causa, em busca da duplicidade de julgamentos idênticos, a fim de que se opere a coisa julgada. (...) Esse princípio objetiva barrar a interposição de recursos contra decisão que se amolda a outra, proferida ou não no mesmo processo, porque não mais se vê interesse em perdurar instável a relação jurídica submetida ao órgão judicial”.

³¹ “A ciência ensina-nos, hoje, que a assembleia não nos veio da reflexão: foi a reflexão que veio da assembleia. Portanto, o homem que é produto da assembleia. Essa prioridade do exame múltiplo ao mesmo tempo, em relação ao exame de um só, se transforma em superioridade sempre que desejamos maior certeza. A colegialidade para decisão dos recursos obedece a esse pendor íntimo do homem quando se deseja guiar pela ‘razão’” Rodrigo Varini Mutti, **Decisão monocrática do relator e agravo interno**, *online*.

³² Nagib Slaib Filho adota posição ainda mais radical alegando que “(...) não se consegue extrair do texto constitucional o princípio da colegialidade das decisões em país onde a Justiça de primeiro grau é quase exclusivamente monocrática” **Notas sobre o art. 557 do CPC**, p. 97.

Um argumento que refuta tal entendimento, como já por nós exposto anteriormente, é a ideia já consagrada de que todos os princípios (inclusive os da dignidade da pessoa humana e o da limitação das penas, uma vez que a pena de morte é permitida em caso de guerra declarada, nos termos do art. 5º, XLVII, “a”, CF/88) podem e são mitigados ou afastados em determinadas situações, quando, respeitadas a proporcionalidade e a ponderação, seja por previsão legal, seja circunstancialmente num caso concreto (cuja matéria envolvida não foi regulada – art. 4º da LINDB³³ – ou tem especificidades que não se encaixam perfeitamente na norma), assim o mereçam.

Nessa esteira, observa-se que, nos termos do *caput* do art. 557, o relator *só* negará seguimento (monocraticamente) a recurso *manifestamente* inadmissível, *manifestamente* improcedente, ou cuja tese jurídica contrastar com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de tribunal superior, ao passo que para dar provimento (monocraticamente) a decisão recorrida haverá de contrariar súmula ou jurisprudência dominante do STF ou de tribunal superior.

São situações excepcionais, portanto, em que as chances do recurso ser julgado pelo órgão coletivo do tribunal no mesmo sentido em que seria pelo relator monocraticamente são quase absolutas, de maneira que, prestigiando os já abordados princípios da razoável duração do processo e da efetividade, o legislador atribuiu maiores poderes ao relator. Para chegar a essa conclusão, o legislador, ao editar o art. 557 do CPC, percebeu que, na balança, pesaram mais estes dois princípios (razoável duração e efetividade, entre outros), de maneira a mitigar o princípio do duplo grau, presente como mecanismo de controle e fiscalização da decisão de primeiro grau à disposição da parte sucumbente e

³³ Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, alinha do Decreto-lei 4.657/42.

como necessidade de no mínimo duas decisões convergentes, porém ausente em sua acepção de exigência de julgamento em segunda instância de forma colegiada.

Ao exercer juízo de admissibilidade e de mérito negativos (*caput* do aludido dispositivo), o relator só o fará, como já visto, quando o recurso for manifestamente inadmissível, prejudicado, improcedente ou estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do *respectivo tribunal*, do STF ou de tribunal superior. Ao assim agir, confirmará a sentença de primeiro grau, de maneira que sua decisão estará conforme àquela³⁴ (princípio da dupla conformidade).

Por outro lado, para dar provimento (juízo de mérito positivo) ao recurso (§1º-A), o relator não poderá basear-se em súmula ou jurisprudência do tribunal local (em sentido contrário à decisão recorrida). Neste caso, como as decisões não são conformes (a de primeira instância improcedente e a de segunda instância procedente), ao relator só será permitido dar provimento quando a decisão (de primeira instância) recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência de tribunal superior.

³⁴ Para Luiz Rodrigues Wambier, seja no *caput*, seja no § 1º-A do art. 557, em se tratando de direito federal, o relator só poderá ter como paradigma súmula ou jurisprudência dominante do STJ: “Imaginamos que melhor seria para a sociedade (para as partes, portanto) que esse conceito [jurisprudência dominante] fosse determinado *no tempo e no espaço*, tendo como referencial, no caso do direito federal, apenas e exclusivamente o Superior Tribunal de Justiça. Não é de competência dos Tribunais estaduais, do Tribunal distrital ou dos Tribunais Regionais Federais definir, pela reiteração de seus julgamentos, o entendimento do direito federal. Assim, não pode o relator de determinada matéria, no Tribunal de Justiça de qualquer dos Estados (ou do Distrito Federal ou ainda dos TRFs), decidir monocraticamente (desnaturando, por assim dizer, a função colegiada dos Tribunais) e ‘dizer’ o direito federal aplicável à espécie. (...) Nem se diga que o texto da lei confere poderes aos Tribunais locais. Ao prever que possa o relator negar seguimento a recurso que confronte com a jurisprudência dominante do respectivo tribunal, a lei somente pode ter querido referir-se à hipótese de existir jurisprudência local que não colida com aquilo que também no Superior Tribunal de Justiça se tiver entendido como tal” **Uma proposta em torno do conceito de jurisprudência dominante**, p.83-84. Não concordamos, pois certamente não foi à toa que o legislador falou em “respectivo tribunal” no *caput*, mas não no § 1º do art. 557.

Por quê? Não seria razoável o relator basear-se em súmula ou jurisprudência do tribunal a que pertence, se a daquelas do STF e/ou do Tribunal Superior correspondente vão em sentido contrário, situação em que, muito provavelmente, a parte sucumbente na primeira instância (e vitoriosa na segunda, portanto são duas decisões desconformes) sairia derrotada novamente no tribunal de superposição. Logo, a duração do processo sofreria dilação desnecessária e possivelmente poderia comprometer a efetividade do resultado final (ex: o bem reclamado pela parte vitoriosa ao final do processo poderia perecer ou a própria poderia falecer se já idosa ou enferma etc.). Neste caso, duas decisões conformes (segunda instância e tribunal de superposição) não trariam qualquer segurança, maior grau de acerto ou sentimento de justiça às partes, pois a terceira teria grandes chances de reverter a penúltima.

No entanto, se o relator dá provimento ao recurso baseando-se em súmula ou jurisprudência dominante do STF e/ou do Tribunal Superior correspondente, apesar de o processo não atingir duas decisões conformes (primeira instância pelo não provimento e segunda pelo provimento), ele contribui para a duração razoável e para a efetividade, pois de nada adiantaria a parte sucumbente na segunda instância (vitoriosa na primeira) recorrer ao tribunal de superposição se lá provavelmente sucumbiria uma vez mais (além do que poderíamos falar numa dupla conformidade virtual aqui).

Ademais, o §1º do art. 557 do CPC disponibiliza à parte sucumbente na decisão monocrática do relator o recurso de agravo interno para contra aquela insurgir-se, a ser apreciado pelo órgão coletivo originariamente competente para o julgamento do recurso principal. Este recurso, verdadeiro mecanismo de controle da decisão monocrática do relator, reforça o argumento de que o legislador não abandonou completamente, nos referidos casos excepcionais do *caput* e §1º-A do art. 557, o princípio da duplo grau (*lato*

sensu), tampouco deixou de assegurar “meios e/ou recursos (*lato sensu*)” inerentes à garantia do contraditório e da ampla defesa (pode insurgir-se contra a decisão isolada do relator e deverá ser intimada antes daquela decisão para se defender, como veremos).

1.5 Princípio do contraditório (e da ampla defesa)

O contraditório implica em duas proposições: participação (dimensão formal do princípio) e poder de influência (dimensão material).

Participação significa que às partes deve ser proporcionada: (i) a comunicação (citação e intimação) dos despachos, decisões e demais atos do processo; (ii) oportunidade de serem ouvidas (apresentar contestação, requerer produção de provas, manifestar-se acerca dos documentos apresentados pela parte contrária, oferecer razões e contrarrazões de recurso etc.).

Por seu turno, poder de influência alude à necessidade de a participação das partes no processo ser levada em consideração pelos magistrados ao tomarem suas decisões.³⁵ Não basta serem ouvidas. Há de se levar em conta o que disseram.³⁶

³⁵ Questão que poderia ser trabalhada na doutrina e que foge ao propósito do presente trabalho, mas que poderia ser aprofundada por nós em outra oportunidade, é a obrigatoriedade de o juiz demonstrar que tomou por base a participação de todas as partes envolvidas no processo antes de tomar suas decisões (interlocutória, sentença e acórdão). O relatório, que é mero resumo do processo, não é suficiente para cumprir esse mister. Tanto assim é que o procedimento do juizado especial o dispensa e nem por isso se diz que não há contraditório ali. Essa demonstração há de ser realizada durante a fundamentação, de maneira que as partes possam fiscalizar se lhes foi garantido, de fato, o contraditório.

³⁶ Paulo Hoffman, a nosso ver com acerto, defende um contraditório dinâmico, por meio do qual o juiz é a um só tempo imparcial e interessado “(...) imprimindo efetividade ao processo por meio de decisões fundamentadas. Assim, o contraditório deve ser visto como: informação necessária + possibilidade efetiva de resistência e de participação + plena consideração e resposta judicial e, em consequência, como fio condutor para a efetividade do processo. É por tudo isso que entendemos o

Vizinha do contraditório no inciso LV do art. 5^a da Constituição, a ampla defesa costumava ser diferenciada daquele. A participação (dimensão formal) seria o contraditório *strictu sensu* e o poder de influência (dimensão material) seria a ampla defesa. No entanto, como um não existe sem o outro, fala-se, hoje, que os dois constituem um só princípio.³⁷

Em razão de o art. 557 do CPC silenciar a respeito da necessidade ou não de se intimar a parte contrária antes de o relator julgar monocraticamente o recurso, os doutrinadores digladiam-se, uns por sua inconstitucionalidade e outros por sua constitucionalidade, tema que aprofundaremos no próximo capítulo.³⁸

contraditório – além de garantia fundamental para a parte – como poderosíssimo instrumento à disposição da jurisdição. Por intermédio dele, disponibiliza-se ao juiz instrumental para que consiga realizar a prestação do serviço jurisdicional retirando do processo o máximo que ele pode dar, a fim de que não haja reconhecimento de nulidades ou defeitos que causem a repetição futura de atos praticados. O juiz que participa ativamente do processo, debate com as partes e as informa abertamente sobre em que ponto do convencimento está, ampliando o contraditório dinâmico, deve ser considerado democrático e justo”. **Saneamento compartilhado**, p. 70-73.

³⁷ Neste sentido: Fredie Didier Jr., **Curso de direito processual civil**, p.55-56. Contra: Paulo Hoffman, **Saneamento compartilhado**, p. 81-82. Segundo este último, a redação do inciso LV do art. 5^o da Constituição Federal, que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, “(...) o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a *ela* inerentes”, na qual o pronome “ela” está vinculado apenas à ampla defesa, indica que o constituinte claramente quis diferenciar os dois conceitos.

³⁸ Humberto Theodoro Júnior interpreta o contraditório como uma garantia absoluta: “Embora os princípios processuais possam admitir exceções, o do contraditório é absoluto, e deve sempre ser observado, sob pena de nulidade do processo. A ele se submetem tanto as partes como o próprio juiz, que haverá de respeitá-lo mesmo naquelas hipóteses em que procede a exame e deliberação de ofício acerca de certas questões que envolvem matéria de ordem pública” **Curso de direito processual civil**, p. 25.

1.6 Definição de “poder”

O vocábulo “poder”, enquanto verbo, pode traduzir a ideia de “ter a faculdade” ou “ter a possibilidade” de se fazer alguma coisa. Como substantivo, pode significar “possibilidade” ou “faculdade”.³⁹

No entanto, é comum no Direito Administrativo que a doutrina, ao debruçar-se sobre o conceito do aludido vocábulo, defina-o como verdadeiro dever do agente administrativo,⁴⁰ que não tem a faculdade de escolher se vai ou não realizar determinado ato quando a lei lhe impõe tal competência.⁴¹

O que pode existir, na realidade, é uma certa margem de liberdade em determinadas situações nas quais a lei permite que o administrador escolha, dentro de uma margem específica e limitada, qual ação tomar, entre aquelas admitidas, mediante juízo de conveniência e oportunidade. Fala-se, então, em “poder discricionário”, que na verdade não é um poder-dever propriamente dito, mas sim um atributo que um poder administrativo pode ter. Se o agente, porém, extrapolar aquela margem, poderá seu ato sofrer controle judicial e ser anulado.⁴² Se não ultrapassar, o Judiciário não poderá intervir na decisão da

³⁹ **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**, *online*.

⁴⁰ “Embora o vocábulo *poder* dê a impressão de que se trata de faculdade da Administração, na realidade trata-se de *poder-dever*, já que reconhecido ao poder público para que o exerça em benefício da coletividade; os poderes são, pois, irrenunciáveis” Maria Sylvia Zanella di Pietro, **Direito Administrativo**, p. 101, grifos da autora.

⁴¹ Reinaldo Couto ressalta, ainda, que “sem eles [poderes administrativos], o sujeito investido na função não teria como desincumbir-se do dever posto a seu cargo. Donde, quem os titulariza maneja, na verdade, ‘deveres-poderes’, no interesse alheio”. **Curso de direito administrativo**, p. 109.

⁴² Marya Sylvia Zanella di Pietro ensina: “A discricionariedade, sim, tem inserida em seu bojo a idéia de prerrogativa, uma vez que a lei, ao atribuir determinada competência, deixa alguns aspectos do ato para serem apreciados pela Administração diante do caso concreto; ela implica liberdade a ser exercida nos limites fixados pela lei”. Mais a frente, a respeito dos atos discricionários, afirma que “(...) o controle judicial é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa nos limites em que ela é assegurada à Administração Pública pela lei”. **Direito Administrativo**, p. 101 e 227.

Administração Pública e invadir o juízo de conveniência e oportunidade (mérito) exercido por esta, uma vez que terá o administrador respeitado o princípio da legalidade administrativa.⁴³

Já aquelas situações nas quais a lei define todos os requisitos do ato a ser executado, não caberá ao administrador qualquer escolha ou margem de liberdade (por isso denominado ato vinculado), competindo-lhe, obrigatoriamente, a editá-lo nos exatos termos legalmente previstos, sob pena de anulação do ato administrativa ou judicialmente (percebe-se, portanto, que o controle judicial sofre menos limitações na apreciação de ato administrativo vinculado).⁴⁴

Dessarte, se uma norma determina que os recursos oriundos de um tributo sejam aplicados em saúde, educação ou segurança pública, não poderá o Judiciário questionar a escolha do Chefe do Executivo em construir uma escola em detrimento de um hospital ou delegacia, porquanto a norma autorizou que exercesse seu poder de maneira discricionária. Não lhe compete, entre outras palavras, invadir o mérito (juízo de conveniência e oportunidade) da opção adotada pelo administrador.

⁴³ “O mérito decorre da possibilidade de escolha do objeto, podendo ensejar, inclusive, a ausência de escolha, portanto somente será vislumbrado nos atos administrativos discricionários. Nos atos administrativos vinculados, não há falar em mérito, em virtude da impossibilidade de escolha. (...) O Poder Judiciário não pode sindicá-lo, pois, se o Poder Legislativo, através de lei, facultou à Administração Pública a adoção de uma conduta dentre outra ou outras possíveis, não poderá um Poder indiretamente legitimado, e que também está adstrito à lei, afastar os comandos legislativos”. Reinaldo Couto, **Curso de direito administrativo**, p. 166.

⁴⁴ Maria Sylvania Zanella di Pietro ressalta que “(...) quando se diz que determinada atribuição da Administração é vinculada, quer-se significar que está sujeita à lei em praticamente todos os seus aspectos, (...) de tal forma que, estando eles presentes não cabe à autoridade administrativa senão editá-lo”. Mais a frente relata que, em relação aos atos vinculados “(...) não existe restrição [de controle judicial], pois sendo todos os elementos definidos em lei, caberá ao Judiciário examinar, em todos os seus aspectos, a conformidade do ato com a lei, para decretar a sua nulidade se reconhecer que essa conformidade inexistiu”. **Direito Administrativo**, p. 101 e 227. Reinaldo Couto, por sua vez, aduz que “o ato administrativo vinculado é aquele editado sem que a lei tenha estabelecido qualquer outra opção além do que prescreveu”. **Curso de direito administrativo**, p. 161.

Por outro lado, se aplicar os mesmos recursos na construção de um museu (cultura) ou aquário (lazer), aí sim, poderá o Judiciário, caso provocado, anular o ato ilegal, por desrespeito à margem estabelecida na lei.

Diferente será se a lei determinar que aqueles recursos sejam aplicados apenas e tão somente na construção de escolas, caso em que o administrador estará vinculado a uma única opção, sob pena de anulação do seu ato (ex: constrói um parque).⁴⁵

Entre os processualistas, há uma divergência entre aqueles que defendem poder haver discricionariedade nos poderes do juiz⁴⁶ de maneira igual

⁴⁵ Bom exemplo atual e interessante de ato vinculado ilegal seria a construção de um hospital, pela União, por determinado Estado ou Município, com recursos oriundos dos royalties do petróleo, cuja destinação deve ser obrigatoriamente a área da educação, conforme prescreve a vigente Medida Provisória 592/2012. Observe, contudo, que os mesmos recursos podem ser aplicados na qualificação de professores, construção de universidades, de centros de formação técnica etc., uma vez que todos se inserem na área referida, de maneira que, sob este viés, a construção de uma universidade em detrimento de uma escola seria ato discricionário que não poderia ter o mérito analisado pelo Poder Judiciário. Ressalte-se, por fim, que todo ato discricionário carrega uma certa dose de vinculação (é vinculado à margem estabelecida pela lei, sem que possa transgredi-la) e, também, todo ato vinculado detém um pouco de discricionariedade (a exemplo de norma que vincula determinados recursos à construção de hospitais, mas não determina que o equipamento abranja todas as áreas da medicina ou qualquer outra específica, de maneira que a construção de um Hospital da Mulher – com médicos e equipamentos voltados unicamente para as áreas da medicina voltadas às mulheres – não será um ato vinculado ilegal).

⁴⁶ “Existe na discricionariedade dualidade ou pluralidade de soluções, variedade de rotas. Há uma verdadeira prerrogativa, um espaço destinado ao aplicador da norma, um poder para preenchimento dos espaços normativos. Vale realçar, a exaustão, que discricionariedade judicial nada tem a ver com arbitrariedade, com ato tomado de forma ditatorial. A discricionariedade é, sim, a faculdade inerente ao juiz de criar a norma jurídica adequada ao caso concreto, nas hipóteses em que não há enquadramento legal ajustado para o caso posto à sua apreciação. (...) É importante mencionar ainda que a discricionariedade não deve ser confundida com a hermenêutica (técnica de interpretação). Utilizar-se dela não significa que o magistrado estará agindo discricionariamente, porém, ela poderá ser utilizada para aclarar situações normativas duvidosas, postas à apreciação do judiciário. Se a lei oferece vastos caminhos a serem seguidos, e se o juiz carece de interpretá-la para verificar o melhor caminho a ser tomado, claro que deverá utilizar-se da hermenêutica para agir de forma discricionária e escolher a solução mais justa frente àquelas arroladas na lei”. Sabrina Dourado, **Discricionariedade judicial e a efetivação dos direitos fundamentais**, *online*.

ou semelhante àquela adotada pelo Direito Administrativo, e os que repudiam a incidência deste atributo sobre a atividade judicante.⁴⁷

Estamos de acordo com a segunda corrente.

Quando deparado com um conceito juridicamente indeterminado, *e.g.* “recurso manifestamente improcedente”, pode-se até falar em diferentes possíveis interpretações. No exemplo dado, o relator poderá visualizar o recurso como manifestamente improcedente e o colegiado entender – em apreciação de agravo interno contra a decisão do relator que daquela forma concebeu – que é procedente. (art. 557, *caput* e §1º-A, do CPC).

Há, no entanto, uma sutil diferença entre “liberdade” de interpretação e discricionariedade. Ora, para aquele juiz, só pode existir uma única interpretação.⁴⁸ A lei não o autoriza a decidir se pode julgar procedente ou improcedente determinado pedido com base em uma margem de liberdade que lhe permite duas ou mais opções de escolha. Ou ele interpreta o pedido como procedente ou como improcedente, de maneira que, para ele, exista apenas uma

⁴⁷ “Uma pequena parte da doutrina brasileira se tem preocupado em estabelecer diferenças entre a discricionariedade administrativa e a ‘discricionariedade’ judicial. A circunstância de os autores brasileiros não dedicarem a esse assunto a atenção de que seria merecedor faz com que se possa pensar que também para o Poder Judiciário haveria a possibilidade de decidir de várias formas diferentes em face do mesmo fato e da mesma norma, dentro de certa margem de liberdade. Com efeito, esse fenômeno não acontece com o Poder Judiciário, cuja função, quer proferindo interlocutórias, quer sentenciando, é a de dizer o direito, o que não pode ser feito de dois ou mais modos diferentes, sob pena de que se chegue a comprometer o próprio princípio da legalidade. Assim, um juiz não pode considerar que, em certo caso, deve ser invertido o ônus da prova, e outro juiz, em caso absolutamente idêntico, decidir no sentido de que a norma não deve ser aplicada, e ambos estarem certos, em nome de certa discricionariedade, que haveria na interpretação desse art. 6, VIII, do CDC. Está -se, isto sim, nessa hipótese, em face de um caso de interpretação de conceitos vagos: verossimilhança e hipossuficiência. O processo interpretativo, nesses casos, embora mais complexo, não pode deixar de levar a uma só solução correta para cada caso. Trata-se do ajuste da norma ao caso concreto. Nada mais. Substancial e estruturalmente, pois, o mecanismo legal é idêntico ao da interpretação de conceitos precisos, embora se sigam caminhos mais tortuosos”. Teresa Arruda Alvim Wambier, **Anotações sobre o ônus da prova**, *online*.

⁴⁸ Paulo Hoffman afirma que não há “(...) discricionariedade nos atos do juiz, (...) máxime porque nas decisões judiciais se haverá de ter sempre somente uma decisão correta e fundamentada em critérios lógicos e jurídicos”. **Razoável duração do processo**, p. 163.

única solução, que deverá ser seguida de ampla fundamentação (art. 93, IX, CF).⁴⁹

Outro sólido argumento se encontra na possibilidade de se interpor recurso contra aquela decisão (em regra), seja qual for a interpretação do magistrado. No Direito Administrativo, o “poder” discricionário só será passível de controle judicial (no sentido de ser anulado) se extrapolar as margens estabelecidas pela lei.

A fundamentação da decisão (que demonstrará a única solução que o magistrado entender ser aplicável ao caso concreto) e a possibilidade de interposição de recurso (na grande maioria das vezes e independente da interpretação adotada) afastam, portanto, a ideia de discricionariedade em poderes do juiz.

⁴⁹ Por estas razões é que pedimos *venia* para discordar da seguinte posição: “Em razão da expressão utilizada no *caput* do art. 557, que diz que ‘o relator negará seguimento’ (...), temos a impressão de que o relator está obrigado a acatar as decisões expressas na súmula ou na jurisprudência dominante, ainda que em desacordo com sua convicção pessoal. Acreditamos que esta, efetivamente, tenha sido a intenção do legislador. Contudo, nosso Direito ainda resguarda o livre convencimento do juiz, de modo que o relator pode dar seguimento a recurso contrário a determinada súmula de um dos tribunais antes enumerados, *desde que fundamente sua decisão, justificando as razões que o levaram a, apesar da existência de um precedente deste e do disposto no art. 557, dar seguimento ao recurso e levá-lo a julgamento pelo colegiado*” Wanessa de Cássia Françolin, **A ampliação dos poderes do relator nos recursos cíveis**, p. 70, grifos da autora. Entretanto, dado o sistema hoje vigente, que atribui efeito vinculante apenas a súmulas editadas pelo STF em procedimento especial, reconhecemos que, caso o juiz transgrida a norma supracitada, sanção não poderá sofrer, cabendo ao órgão colegiado, caso provocado, reformar a decisão. A análise do dispositivo objeto do nosso estudo será esmiuçada mais a frente, mas já deixamos registrados que também o § 1º-A, em que pese a infeliz expressão “poderá negar”, não dá margem de escolha ao julgador, pelas razões já expostas. Fabiano Carvalho (**Poderes do relator nos recursos**, p. 69) parece adotar posição intermediária: “Logo, nossa conclusão é a de que o *caput* do art. 557 é imperativo e não permite opção ao relator, dado o poder-dever que exerce no julgamento unipessoal do recurso. De outro lado, o § 1º-A é norma que limita os poderes do relator e sofre *menos intensidade da função poder-dever*, razão pela qual é considerada regra de preceito permissivo que expressamente autoriza o relator a julgar o recurso sem a participação do órgão coletivo”(grifos nossos). No entanto, *data venia*, não conseguimos compreender como uma “norma de autorização” ou “regra de preceito permissivo” inserir-se-ia no conceito de poder-dever, que permite ao julgador uma só interpretação do caso (ou ele concorda ou não concorda, seja no juízo de admissibilidade, seja no de mérito) não lhe sendo possível escolher entre um ou outro caminho, o que deve demonstrar na fundamentação da decisão.

Para concluir, ressaltamos que o juiz, assim como o administrador (aqui, sim, temos uma semelhança), não tem a faculdade de exercer ou não sua competência quando sobre um fato incide uma norma (hipótese de incidência). Ele é obrigado a agir, quando assim a lei determinar, de maneira que não pode negar a aplicação do Direito, seja por imposição do princípio do impulso oficial, seja pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição, uma vez que a atividade judicante deve ser exercida em prol do interesse público. Daí falar-se em “poder-dever” ou “dever-poder” do juiz.

1.7 O relator

O relator nada mais é do que o “diretor” ou o “gerente”⁵⁰ de um recurso, de uma ação de competência originária do tribunal ou de um incidente processual, que trabalha preparando o feito para o julgamento. Para o nosso trabalho, interessa o relator de recurso. Dentre os desembargadores ou ministros que irão julgar aquele, o relator é o que primeiro receberá os autos para estudá-lo, e uma vez cumprido o rito procedimental exigido pelo Código de Processo Civil (Título X, Capítulo VII – Da ordem dos processos no tribunal), elaborará um resumo (o relatório) com os acontecimentos mais importantes do processo. Só então apresentará o recurso “em mesa” (se o recurso tiver revisor, este os apresentará), o que significa que os autos serão apresentados ao presidente do colegiado para que este agende dia do julgamento com prévia publicação em pauta. No dia da sessão, o relator será o primeiro a apresentar seu voto, seguido dos demais integrantes do órgão colegiado.

⁵⁰ “O relator é, no tribunal, o julgador responsável pelo processar do feito, desde que este lhe seja distribuído até o momento de ser levado à mesa de julgamento. É o preparador do ‘feito’”. Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa, **Os poderes do relator no processo civil**, p. 71.

Vamos analisar de maneira um pouco mais detida o percurso acima resumido.

Uma vez registrado no protocolo do tribunal, o recurso é distribuído para um dos desembargadores ou ministros (juízes de instância superior), que ocupará a função de relator. A fim de garantir a igualdade de carga de trabalho entre os magistrados e, principalmente, evitar fraude processual (poder escolher quem vai julgar), o recurso de um processo seguinte será sempre distribuído a um relator diferente, mediante sorteio (caso contrário seria fácil saber o próximo) e publicação (que permite a fiscalização da lisura da escolha a todos) do nome do escolhido. É o que determina o art. 548 do CPC.

A primeira tarefa do relator após estudar os autos é, em regra, sanear o processo (art. 549, parágrafo único, do CPC), trabalho semelhante àquele efetuado pelo juiz de primeira instância durante a audiência preliminar na qual não houve transação ou quando a causa versar sobre direito que não admite transação (art. 331, §§1º e 2º do CPC). Em ambos os casos, são fixados os pontos controvertidos, sendo que agora são aqueles referentes ao recurso. O relator obrigatoriamente registrará, portanto, todos os fundamentos do pedido do recorrente (razões) e da resistência do recorrido (contrarrazões) que são controversos, ou seja, que colidem, que contradizem um ao outro.

Ressalte-se que se o recorrente silenciar a respeito de algo que foi decidido na sentença, ainda que o recorrido àquele faça referência em suas contrarrazões, não deverá o relator sobre ele debruçar-se, uma vez que já terá transitado em julgado aquela parte da sentença (parte esta que já teve, portanto, sua controvérsia resolvida). São observações que parecem óbvias, mas cuja importância se sobressai diante da responsabilidade do relator sobre a confecção do relatório, que servirá como fonte principal para os demais membros do

colegiado. Uma falha no relatório (ausência de um ponto controvertido, uma exposição contraditória ou uma apresentação confusa etc.) pode levar os demais julgadores a proferir votos injustos, omissos ou até tendenciosos.⁵¹

Caso necessário, antes de elaborar o relatório, pode o relator determinar algumas medidas a fim de tornar o recurso “incompleto” apto a ser apreciado, o que entendemos ser, também, atividade saneadora.⁵² Afinal, sanear significa “tornar apto para” ou “tornar isento de defeitos, falhas, omissões ou obstáculos”.⁵³ Nesse diapasão, poderá o relator por exemplo, intimar o recorrente para complementar o preparo (art. 511, §2º, do CPC) e requisitar informações ao juiz da causa (art. 527, IV).

Há a possibilidade, contudo, de o relator ter de tomar outras providências antes do saneamento, como, por exemplo, atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558) ou desde logo julgá-lo (im)procedente nas excepcionais ocasiões que subsumirem-se às hipóteses do art. 557, *caput* e §1º. Destarte, torna-se difícil dividir o procedimento recursal conduzido pelo relator em fases lineares e sequenciais.⁵⁴

⁵¹ “Ao relator cabe expor sobre a argumentação desenvolvida por cada uma das partes. (...) A falta de referência, no relatório, das razões de uma das partes implica, em última análise, ofensa ao *princípio do contraditório*. (...) O magistrado que não cumpre o primado do contraditório, deixando de registrar as razões alegadas por uma das partes, já terá, somente por isso, cometido uma parcialidade, por não haver investigado senão a *metade* do que poderia verificar. Se isso ocorrer, não se anuncia aos demais membros do colegiado, de maneira expressa e detalhada, quais as razões apresentadas pela parte. Somente os fundamentos apresentados por uma das partes é que seriam narrados, com detalhes, no relatório, maculando o devido processo legal, por não se conferir tratamento igualitário às partes”. Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha, **Curso de direito processual civil**, p. 506, grifos dos autores.

⁵² Para Fabiano Carvalho, em seu **Poderes do relator nos recursos**, p. 10, trata-se de atividade própria da fase ordinatória, classificação que não adotamos.

⁵³ Neste sentido: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** e **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, ambos *online*.

⁵⁴ Fabiano Carvalho (**Poderes do relator nos recursos**, p. 9-11) fala em quatro fases distintas, quais sejam *ordinatória*, *preparatória*, *instrutória* e *decisória*, aparentemente organizando-as nesta exata ordem, uma vez que sobre elas fala nesta sequência, além de referir-se à *decisória* como sendo a

Pode-se falar, aí sim, na natureza ou espécie de atividade ou poder que o relator exerce: saneador(a), decisório(a) e instrutório(a). Este(a) último(a), embora raro(a), também está disponível para o relator, podendo este, por exemplo, determinar a produção de provas (convertendo o julgamento em diligência para o juiz de primeiro grau, se preciso for, por exemplo, para se repetir a produção de determinada prova que tenha incorrido em alguma nulidade, *ex. vi* art. 515, §4º, ou por reputar indispensável naquele caso em específico complementar a instrução⁵⁵). Isto é possível, seja em razão do princípio do livre convencimento (a ele conferido pelo art. 131 do CPC), seja porque fatos novos surgiram no recurso.⁵⁶ Vai depender, claro, da espécie recursal, pois, ao menos até hoje, não conseguimos pensar em exemplo que se pudesse aplicar aos recursos extraordinários (*lato sensu*), cujo propósito principal é fiscalizar e resguardar a aplicação do direito federal ou da Constituição, não podendo reexaminar provas e fatos.

Em não sendo o caso de aplicação do art. 557 (ou se o relator aplicá-lo, mas a parte sucumbente recorrer ao órgão originariamente competente), o relator pedirá dia para julgamento, apresentando o processo em mesa. Caso tenha julgado monocraticamente o recurso com base no dispositivo supracitado, mas a parte derrotada interponha agravo interno, junto com o processo apresenta também seu voto já pronto, uma vez que seus colegas já saberão sua posição (baseados no julgamento monocrático), conforme determina o seu §1º do art. 557. Nos demais casos, apenas na sessão de julgamento, após

última fase. No entanto, a título de exemplo, poderá o relator adotar medidas cautelares e provisórias, como a atribuição de efeito suspensivo a recurso, que será ato de natureza decisória adotado logo no início do procedimento recursal, como ele mesmo também exemplifica, motivo pelo qual, quiçá, tenha se referido à “última fase” dentre aquelas que ele antes abordou.

⁵⁵ Princípio da adaptabilidade.

⁵⁶ Fabiano Carvalho, **Poderes do relator nos recursos**, p. 10-11.

feita a exposição da causa e, quando for o caso, posterior à sustentação oral das partes, é que o relator proferirá seu voto (o primeiro do colégio a fazê-lo). É o que se extrai dos arts. 554 e 556 do CPC.

Por fim, declarado o resultado pelo presidente, será o relator designado para redigir o acórdão, a menos que seu voto tenha sido vencido, caso em que o redator será o autor do primeiro voto vencedor (art. 556 do CPC).

Percebe-se, portanto, o papel central do relator durante todo o procedimento que atravessam os recursos. É ele quem organiza, prepara e, em casos específicos, até julga sozinho, de maneira que se sobressai perante os demais membros, assumindo verdadeira posição de “gerente do procedimento recursal”.⁵⁷

Tudo o quanto exposto neste item refere-se a “poderes” do relator, mas o propósito do nosso trabalho é aprofundar, apenas, aqueles conferidos pelo art. 557 do CPC (que são de natureza eminentemente decisória).

⁵⁷ “Em linguagem ilusionista entendemos que o relator ocupa a função de anfitrião, decidindo quem entra em determinada festa, da qual não é o único dirigente, mas um representante do colegiado de aniversariantes, e sendo assim suas decisões poderão sempre ser revistas por aqueles, em decisões colegiadas”. Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa, **Os poderes do relator no processo civil**, p. 75.

2. OS PODERES DO RELATOR NO ART. 557 DO CPC

A preocupação com a racionalização do processo não é assunto apenas dos tempos atuais. Alfredo Buzaid, autor do anteprojeto do Código de Processo Civil vigente, já falava na necessidade de simplificar nosso sistema, a fim de tornar a tutela jurisdicional mais justa e eficiente.⁵⁸

Em que pese o reconhecido esforço, e sem deixar de louvar importantes conquistas, a morosidade e conseqüente ineficiência de nosso sistema processual persistem, o que tem resultado, constantemente, em “acesso à justiça” apenas formal, sem a concretização, sem a entrega, de fato, do direito material à parte vencedora.

Nesse diapasão, os poderes conferidos ao relator por meio do art. 557, ampliados ao longo do tempo por meio de leis que alteraram e incrementaram sua redação, demonstram o propósito do legislador – sob forte pressão popular e da comunidade jurídica – em agilizar e tornar mais eficiente o procedimento recursal, apontado, supostamente, como um dos maiores vilões da demora processual exagerada.

⁵⁸ “(...) o processo civil deve ser dotado exclusivamente de meios racionais, tendentes a obter a atuação do direito. As duas exigências que concorrem para aperfeiçoá-lo são a rapidez e a justiça. Força é, portanto, estruturá-lo de tal modo que ele se torne efetivamente apto a administrar, sem delongas, a justiça”. **Exposição de motivos**, p. 13.

2.1 As alterações sofridas pelo art. 557 do CPC

O art. 557 tinha – quando publicado e até o ano de 1995 – a seguinte redação:

Art. 557. Se o agravo for manifestamente improcedente, o relator poderá indeferi-lo por despacho. Também por despacho poderá convertê-lo em diligência se estiver insuficientemente instruído.

Parágrafo único. Do despacho de indeferimento caberá recurso para o órgão a que competiria julgar o agravo.

Percebe-se, inicialmente, que tinha incidência apenas sobre o recurso de agravo e somente quando fosse este “manifestamente improcedente”, caso em que o relator poderia indeferi-lo por “despacho”.

A opção inicial de aplicação do dispositivo apenas a um tipo de recurso foi uma escolha legítima do legislador, talvez por questões atinentes aos entraves processuais daquela época. A crítica pode até existir, mas não de caráter técnico.

No entanto, a atribuição de natureza de despacho ao ato do relator que indefere um recurso contradizia o art. 162, §§2º e 3º do CPC – que definiam e ainda definem, respectivamente, “decisão interlocutória” e “despacho” – diante de seu conteúdo eminentemente decisório.

Despacho é o ato do juiz, cujo objetivo é apenas impulsionar o processo (ex: o ato que determina à Secretaria providenciar a citação ou intimação de uma das partes). Seus efeitos têm consequências predominantemente internas, isto é, de ordem burocrática, como se fosse um

trator que vai abrindo o caminho do processo, construindo e pavimentando sua estrada, de acordo, claro, com o que a lei determina.

Sentença e decisão interlocutória são atos que constituem verdadeiras decisões e que imputam consequências diretas ao papel que as partes exercem dentro do processo. Seus efeitos irradiam para além do “território”, “atingindo” seus habitantes (partes) e até terceiros interessados ou prejudicados.

Ante a possibilidade de causar danos aos participantes e infringir direitos que lhes são assegurados (ex: decisão do juiz que admite recurso e o remete ao tribunal competente sem intimar a parte contrária para apresentar suas contrarrazões), são passíveis de reforma ou anulação por meio de recursos (e outros meios de impugnação) apreciados por um órgão colegiado (regra) ou por um integrante deste (exceção).

Ora, o ato do relator que indefere um agravo “manifestamente improcedente” tem natureza de decisão, portanto, e não de despacho, o que se torna ainda mais óbvio quando se constata que o mérito foi julgado. Resta saber se a referida decisão constitui-se em uma decisão interlocutória ou em uma “sentença de segundo grau”,⁵⁹ assunto de relevância tanto para a primeira

⁵⁹ O art. 162 e §§ do CPC classificam os atos que podem ser exercidos pelo *juiz* em três espécies (sentença, decisão interlocutória e despacho). O art. 163, no entanto, define acórdão como o julgamento proferido pelos tribunais; isto é, não diz qual órgão do tribunal profere acórdão (se o relator ou órgão colegiado), tampouco especifica/classifica os atos que os desembargadores ou ministros podem exercer. Esta falta de clareza pode levar à falsa ideia de que acórdão seria todo e qualquer ato realizado pelos desembargadores ou ministros, o que não é verdade. Primeiro, porque o art. 162 fala apenas em *juiz*, sem mencionar se seria aquele de primeira instância, e desembargadores e ministros são também juízes. Segundo, porque o art. 165 do CPC determina que as sentenças e os *acórdãos* devem obedecer ao disposto no art. 458, que fala dos requisitos essenciais da sentença (relatório, fundamentos e dispositivo). Com essas duas observações, já se conclui que o acórdão tem natureza de sentença. No entanto, se o relator profere decisão que implica em alguma das situações do art. 267 ou 269 do CPC (definição de sentença no §1º do art. 162) e põe fim a fase/etapa processual (conceito de sentença adotado por nós), estará ele proferindo um acórdão? A resposta é não. Em que pese o art. 163 não mencionar a qual órgão do tribunal se refere, a origem da palavra “acórdão” nos dá

redação do art. 557, como para as que lhe sucederam, a serem abordadas pouco mais a frente.

Abrimos aqui parênteses, antes de prosseguir no estudo das alterações sofridas pelo aludido dispositivo, com o intuito de podermos seguir em frente aplicando o mesmo raciocínio às mudanças (de redação) seguintes.

Em passado recente, dúvida não haveria: se a decisão do relator pusesse termo ao processo, julgando ou não o mérito, sentença seria, nos moldes da antiga redação do §1º do art. 165 do CPC; por outro lado, resolvendo questão incidente, seria decisão interlocutória.

Com a nova definição adotada pela Lei 11.232/2005, entretanto, sentença passou a ser o ato do juiz que implica em qualquer das situações previstas nos arts. 267 (que levam à extinção do processo sem resolução do mérito) e 269 (que levam à resolução do mérito) do CPC, independentemente de se pôr ou não fim a(o) (etapa) do processo.

Aparentemente, essa alteração se deu em razão de a mesma lei que modificou o conceito de sentença haver adotado o sincretismo processual, por meio do qual o conhecimento e a execução passaram a ser etapas de um mesmo processo. Dentro do nosso sistema processual, porém, deveria ter alterado o conceito de sentença no sentido de defini-la como o ato do juiz que põe fim a etapa (de conhecimento ou de execução) do processo (e não mais do processo em si).

a resposta. Trata-se, nada mais, nada menos, do que a substantivação de “acordam” (verbo “acordar” na terceira pessoal do *plural* do presente do indicativo). Logo, acórdão, necessariamente, é a decisão, com natureza de sentença, proferida por órgão colegiado de um tribunal. E como fica denominada, então, no caso do art. 557 do CPC, a decisão monocrática do relator que tem natureza de sentença? Nos parece que não poderia ser outro o nome, senão “sentença de segundo grau”.

No entanto, não há como adotar a mesma definição para a “sentença de segundo grau”, uma das possíveis naturezas que as decisões monocráticas do relator previstas no art. 557 do CPC pode ter, como veremos logo mais.

A interpretação sistemática⁶⁰ do nosso Código nos faz crer que a natureza do referido ato será de decisão interlocutória, quando não puser fim ao processo; será “sentença de segundo grau”, quando puser fim ao processo e transitar em julgado.

Sentença de segundo grau, portanto, é o ato do relator, de conteúdo decisório, exercido monocraticamente, que põe fim ao processo e transita em julgado. Por que não adotar a nossa mesma definição de sentença (de primeiro grau) acima referida?

A uma, porque o princípio da unicidade atribui o cabimento de uma única espécie de recurso para cada tipo de decisão. Ora, de sentença (de primeiro grau) cabe apelação, e o recurso contra a decisão monocrática do relator nos casos do art. 557 do CPC era e permanece sendo o agravo (no caso, em sua espécie agravo interno). Se a parte sucumbente, por outro lado, não insurgir-se contra a decisão monocrática do relator e esta transitar em julgado, sua natureza será de sentença (de segundo grau), desde que implique no fim do processo, o que quase sempre ocorrerá nos casos do art. 557. Isto porque o STJ tem posição majoritária no sentido de não conhecer recurso especial contra decisão tomada isoladamente por relator com base no referido dispositivo, pois

⁶⁰ “(...) as peculiaridades da lei processual não são tais que sigam a utilização de cânones especiais de interpretação: basta que sejam convenientemente perquiridas e reveladas, levando em consideração as finalidades do processo e a sua característica sistemática. Daí o entendimento prevalente entre os processualistas no sentido de acentuar a relevância da interpretação sistemática da lei processual” Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido R. Dinamarco, **Teoria geral do processo**, p. 102.

considera que não esgotadas todas as vias recursais, em razão da previsão do agravo interno no §1º do mesmo artigo.

A duas, porque não é compatível com o nosso atual sistema processual definir sentença pelo seu conteúdo. Parece fazer sentido e ser lógico definir os institutos por aquilo que os constitui, mas o Direito não é uma ciência exata, na qual a mesma fórmula (no caso, definir algo *apenas* pelo seu conteúdo) funciona sempre.

A interpretação sistemática, repita-se, e a própria coerência obrigam-nos a continuar definindo os atos do juiz, principalmente, pelo resultado que eles apresentam no processo. A única diferença, hoje, com o sincretismo processual, como já dito, é que sentença deve ser o ato que põe termo à *fase* (de conhecimento ou de execução) do processo.⁶¹ Decisão interlocutória permanece sendo o ato do juiz que resolve questão incidente, e despacho os demais atos (por exclusão).

Do contrário, teríamos de admitir, por exemplo, a interposição de apelação contra a decisão do juiz que antecipa os efeitos da tutela, situação esdrúxula. Afinal, como subiriam os autos para o tribunal sem que o processo tivesse concluído seu curso na primeira instância?⁶²

⁶¹ “Para ser sentença, a par de ter como conteúdo uma das variadas hipóteses do art. 267 ou do art. 269, é mister também – a despeito do silêncio do § 1º do art. 162 – que ela acarrete o encerramento da ‘*etapa cognitiva*’ ou da ‘*etapa executiva*’ do processo em primeira instância. Enquanto houver atividade judicial a ser praticada em cada uma daquelas etapas (cognitiva ou executiva), o magistrado não profere sentença, independentemente de seu conteúdo, mas, apenas e tão-somente, decisões interlocutórias. Estas, justamente por isto, são bem definidas no § 2º do art. 162 como as decisões que resolvem, no correr do processo, questões incidentes, independentemente de seu conteúdo”. Cassio Scarpinella Bueno, **Curso sistematizado de direito processual civil**, p. 23, grifos do autor.

⁶² Fala-se muito em “apelação por instrumento” ou em “agravo de instrumento por mera comodidade/conveniência”. Parece-nos, *data venia*, que a atribuição de um só recurso cabível contra cada espécie recursal (com o nome correspondente a destacá-lo) é necessário para um sistema recursal coerente, uma vez que, mesmo com o princípio da fungibilidade, pode o relator entender que trata-se de erro grosseiro e não conhecer do recurso.

Não nos convence a ideia de “apelação por instrumento” ou aceitar agravo de instrumento contra o que supostamente seria uma sentença, em razão, primeiro, do grande risco do recurso não ser admitido pelo relator (que entender ser caso de erro grosseiro), e segundo porque o procedimento de ambos é distinto (por exemplo: o agravo é interposto diretamente no tribunal, ao passo que a apelação o é perante o juiz de primeira instância; não há revisor no agravo, mas na apelação sim).

Fechamos parênteses e voltamos às alterações de redação do dispositivo objeto do nosso estudo.

Por meio da Lei 9.139/1995, o legislador não só consertou a atecnia (que atribuía a natureza de despacho para ato de natureza decisória), como estendeu a incidência do art. 557 aos demais recursos:

Art. 557 - O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior.

Parágrafo único - Da decisão denegatória caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.

Interposto o agravo a que se refere este parágrafo, o relator pedirá dia.

Percebe-se, assim, nítida ampliação dos poderes do relator,⁶³ que passa a poder negar seguimento (julgar em caráter possivelmente definitivo) não

⁶³ “Para quem se preocupe obsessivamente com o número de recursos, será arriscado supor que sirva de tranquilizante eficaz a multiplicação de casos em que se outorga ao relator a competência para decidir só por si. É que, conforme se registrou, sua decisão poderá ser impugnada perante o colegiado, de sorte que se criarão outras tantas oportunidades de recorrer. Dificilmente passará despercebida aos olhos de qualquer observador, aliás, a quantidade de agravos, impropriamente ditos ‘regimentais’, que costumam inchar a quota de trabalho dos tribunais brasileiros” Barbosa Moreira, **Reformas do CPC em matéria de recursos**, p. 151.

apenas com base em manifesta improcedência (mérito), mas também nos casos de manifesta inadmissibilidade (juízo de admissibilidade que é anterior ao juízo de mérito) e ainda quando o recurso contrariar súmula do tribunal no qual tramita ou súmula de tribunal superior.⁶⁴

O legislador quis referir-se, por óbvio, não ao recurso em si, mas sim aos seus fundamentos (quando estes contrariarem as ditas súmulas). Consertou uma atecnia e cometeu outra.⁶⁵

Acabou também com a divergência na doutrina acerca do prazo para interposição do agravo, determinando ser de cinco dias.

Finalmente, com a publicação da Lei 9.756/1998, o art. 557 adotou a redação vigente até os dias atuais:

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto⁶⁶ com

⁶⁴ Wanessa de Cássia Françolin aponta como fonte de inspiração desta primeira reforma o Regimento Interno do STF, que já permitia, desde 1980, por meio do seu art. 21, que o relator arquivasse ou negasse seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível ou improcedente e, ainda, quando contrariasse a jurisprudência predominante do Tribunal ou quando manifesta fosse sua incompetência. Autorizava, ainda, que o relator desse provimento ao recurso extraordinário que divergisse, de maneira manifesta, de súmula da Corte. Ressalta, contudo, que a referida norma regimental foi editada sob a égide da Constituição anterior, que atribuía competência ao STF para editar normas processuais, indicando que se poderia defender não ter sido recepcionado o Regimento, neste ponto, pela atual Constituição. Por outro lado, lembra que existia (e ainda existe) dispositivo semelhante no RISTJ (art. 34), em vigência desde julho de 1989, portanto já sob a égide da atual Constituição, segundo o qual está entre as atribuições do relator na direção do processo “negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, contrário a súmula do Tribunal, ou quando for evidente a incompetência deste [inciso XVIII]”. **A ampliação dos poderes do relator nos recursos cíveis**, p. 33-34.

⁶⁵ “(...) passou a ser permitida a rejeição do recurso, por decisão monocrática do relator, (...) quando o recurso, ou melhor, *a tese jurídica que o fundamenta* revelar-se *contrária à jurisprudência dominante* (...)”. Athos Gusmão Carneiro, **Poderes do relator e agravo interno**, p. 13, grifos do autor.

⁶⁶ “O legislador dá a impressão de haver empregado a palavra ‘confronto’ no sentido de contraste, oposição, contradição. Ora, confronto significa mera comparação. É óbvio que de um confronto pode decorrer a conclusão de que as coisas confrontadas (isto é, comparadas) contrastam entre si, se opõem, se contradizem, conflitam uma com a outra; mas esse é apenas *um* dos resultados possíveis. EUCLIDES DA CUNHA não receu incorrer em redundância ao dar a uma de suas obras o

súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

§ 2º Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

Dois parágrafos foram acrescentados e ampliaram-se ainda mais os poderes do relator.⁶⁷

O *caput* acrescentou a possibilidade de o relator negar seguimento ao recurso⁶⁸ que contraria [*rectius*: cuja tese contraria] não só súmula, mas

título *Contrastes e confrontos*; vê-se que o famoso escritor cultivava um hábito provavelmente estranho aos redatores da Lei nº 9.756: o de consultar dicionários antes de pegar a pena...” Barbosa Moreira, **Algumas inovações da Lei 9.756 em matéria de recursos civis**, p. 77, grifos do autor.

⁶⁷ Barbosa Moreira vê com cautela a ampliação dos poderes do relator, alertando que “caso persista em caminhar no mesmo sentido, a relação regra-exceção, mais dia, menos dia, estará invertida, e excepcionais passarão a ser os julgamentos colegiados de recursos. (...) A correta valoração das reformas, aqui como alhures, exigiria que dispuséssemos de dados objetivos sobre o impacto por elas produzido no cotidiano forense. Para avaliar o que realmente vêm significando, precisaríamos saber como estava a situação antes delas e como passou a estar depois. Infelizmente, estatísticas judiciais não são o nosso forte: ou simplesmente inexistem, ou, quando existem, nem sempre se mostram acessíveis e fidedignas. Ficamos constrangidos, assim, a emitir juízos fundados em meras impressões. Ora, o impressionismo, que produziu obras-primas na arte, em direito nada produz senão chavões sem compromisso com a realidade e cientificamente imprestáveis” (**Reformas processuais e poderes do juiz**, p. 64 e 66-67).

⁶⁸ Glória Maria Guimarães de Pádua Ribeiro Portella (**Das decisões monocráticas nos tribunais**, p. 31) defende a aplicação do art. 557 ao reexame necessário (que tecnicamente não é recurso), alegando que o mencionado dispositivo “(...) foi criado para desafogar as pautas dos tribunais e, considerando-

também a *jurisprudência dominante* do tribunal em que tramita, do STF ou de tribunal superior⁶⁹ (STJ, TST, TSE e STM).

se que a Fazenda Pública é, se não a maior, uma das maiores responsáveis pelo caos instalado no segundo grau da Justiça brasileira, muito pouco se resolveria ao impedir-se o proferimento de decisão unipessoal em remessa necessária, acarretando o não alcance pleno dos objetivos da lei, fazendo mister, portanto, proceder-se a uma interpretação teleológica, para dar solução à polêmica”. Desde 2001 assim entende o STJ, quando então editou a ainda vigente Súmula 253.

⁶⁹ Para Cândido Rangel Dinamarco (**O relator, a jurisprudência e os recursos**, p. 131) a expressão abrangeria apenas o STJ, com o que não concordamos: “Quais serão os *tribunais superiores*, a que aludem o *caput* e o novo parágrafo do art. 557? São *tribunais superiores da União* o Superior Tribunal de Justiça e o tribunal superior de cada Justiça Especial (TST, TSE, STM). Mas é claro que a justiça comum não é minimamente influenciada pela jurisprudência das especiais. Da má redação desses dispositivos o que se extrai é que por *tribunal superior* eles quiseram aludir exclusivamente ao Superior Tribunal de Justiça – que é o único tribunal superior com competência para causas regidas pelo direito processual civil comum” (grifos do autor). Pensamos de forma diversa porque o Direito é ciência una, isto é, composto por vários segmentos que, juntos, formam um só “sistema” (*lato sensu* falando). A divisão do Direito em ramos (constitucional, civil, penal, trabalhista, militar, eleitoral, processual civil, processual penal, ambiental etc.) tem efeito didático e a especialização cada vez mais restrita, que vem dando surgimento, paulatinamente, a novos ramos (como o direito energético e o direito homoafetivo), tem como objetivo dotar o profissional atuante naquela área de conhecimento o mais profundo e técnico possível. A meta é conferir-lhe o máximo de eficiência em sua atuação profissional, de maneira a destacá-lo no mercado. Trata-se de tendência mundial. Entretanto, nunca se pode perder a noção do todo, pois “ramo” nenhum vive isoladamente, e todos interagem e sofrem influência um do outro. O processualista, apenas à guisa de exemplo, necessariamente deve ter forte conhecimento de direito constitucional, direito administrativo e direito civil, para ficar só em alguns. Ressalte-se, ainda, que os enunciados de jurisprudência do TST, *data maxima venia*, são de técnica, redação, objetividade e aplicabilidade prática bem superiores aos do STJ (os quais não estamos de forma alguma – até porque não pensamos assim – dizendo que são carentes de técnica ou de qualidade baixa, mas apenas comparando), não sendo raro encontrar na doutrina processualista civil autores que, ao discorrer sobre determinado assunto, remetem o leitor à súmulas do TST. Concluímos nosso raciocínio com palavras de Delaíde Miranda Arantes e Maria Cecília de A. Monteiro Lemos: “Nestes 70 anos [de existência da Justiça do Trabalho no Brasil], tanto do ponto de vista teórico quanto prático, a *Justiça do Trabalho consolidou-se como uma referência para os demais ramos do Direito*, apresentando princípios característicos do Direito e do Processo do Trabalho que a tornaram uma justiça única, social, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. *Esses princípios atualmente emanam influências para diversos ramos do Direito*, ampliando o prestígio que a teoria desenvolvida ao longo da história moderna do Direito e do Processo do Trabalho angariou. Recentemente, o Código de Processo Civil adotou novos procedimentos, visando a atender os princípios da celeridade, simplicidade e efetividade, como a transformação da execução numa fase processual nos mesmos autos da ação de conhecimento, o que sempre ocorreu no Processo do Trabalho. (...) A Justiça do Trabalho destaca-se dos demais ramos do Direito porque tanto o direito processual quanto o direito material do trabalho possuem princípios próprios vinculados ao seu aspecto eminentemente social. A pertinência desses princípios emana influência para outros ramos do Direito” **O Direito e a Justiça do Trabalho no curso de setenta anos: a sua evolução no Brasil e em Goiás e a reafirmação dos princípios do direito processual e material do trabalho na atual jurisprudência do TST**, p. 56-57, grifos nossos.

O §1º-A (não compreendemos o porquê desta numeração, no lugar de §§1º, 2º e 3º)⁷⁰ passou a admitir que o relator dê provimento ao recurso quando a decisão atacada estiver em manifesta dissonância com súmula ou jurisprudência dominante do STF ou de tribunal superior. Nota-se que estar em contraste com a súmula ou jurisprudência do tribunal em que tramita não permite, isoladamente, o provimento monocrático do recurso. Afinal, de nada adiantaria essa prescrição se a súmula ou jurisprudência dominante do tribunal a que pertence o relator fosse contrária àquelas do STF ou do Tribunal Superior correspondente, caso em que muito provavelmente subiria o processo até os referidos tribunais, cujas posições prevaleceriam. Logo, o julgamento monocrático prejudicaria o tempo de duração do processo, o que é exatamente o oposto de seu propósito.

O §1º, que manteve a previsão de se impugnar a decisão do relator por meio de agravo no prazo de cinco dias, deixou clara a possibilidade do juízo de retratação, apesar de que, indiretamente, já se podia extrair esta “faculdade” (poder-dever) do art. 529 do CPC. Alterou a expressão “pedir dia” por “apresentar em mesa”, o que na prática dos tribunais tem grande relevância.

“Pedir dia” dava a ideia de que o agravo interno seria processado nos mesmos autos do recurso principal, de maneira que o seu julgamento exigiria inclusão em pauta e intimação da parte contrária.

“Apresentará o processo em mesa, proferindo voto” e “provido o agravo, o recurso terá seguimento” significa a desnecessidade de inclusão em

⁷⁰ O legislador nitidamente se equivocou, aplicando o art. 12, III, “b”, da Lei Complementar 95/98, que mesmo antes de alterado pela Lei Complementar 107/2001, falava (e ainda fala) da renumeração de artigos. Não havia qualquer proibição acerca da renumeração interna das unidades de um artigo. A LC 107/2001, talvez em razão de repetidas confusões, alterou a alínea “d” do inciso III do art. 12 da LC 95/98 para deixar explícito que “é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo...”

pauta (*aparentemente*, como abordaremos mais adiante),⁷¹ evidencia o processamento do agravo interno em autos distintos⁷² daqueles do recurso principal (uma vez que percorrerá o seu trâmite normal, de acordo com sua espécie recursal, desde que provido o agravo) e, segundo alguns, dispensa a intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões (no agravo).⁷³ Tudo isso será melhor detalhado no item 2.4.

Por fim, o §2º foi o instrumento de que se valeu o legislador para tornar mais efetivo o propósito do art. 557. Com a previsão de aplicação de multa ao recorrente que interpuser agravo interno com caráter evidentemente protelatório,⁷⁴ o legislador buscou desestimular a parte que age de má-fé,

⁷¹ Teresa Arruda Alvim Wambier relata que da redação do § 1º do art. 557 “(...) infere-se que não haveria *contraditório*, já que não se alude à possibilidade de o agravado responder, e tampouco há publicidade, já que a lei menciona o dever do relator pôr *em mesa* o recurso, e não *em pauta*. (...) Não se concebe que o legislador ordinário tenha *suprimido* a garantia da isonomia do contraditório e da publicidade. Para que não se considere tal dispositivo irremediavelmente inconstitucional, é necessário que se lhe dê interpretação compatível com a Constituição Federal” **Os agravos no CPC brasileiro**, p. 552, grifos da autora.

⁷² Donaldo Armelin (**Apontamentos sobre as alterações ao Código de Processo Civil e à lei 8.038/90, impostas pela lei 9.756/98**, p. 209) entende que, mesmo com a atual redação, o agravo deve ser processado nos próprios autos do recurso principal, porque assim estaria explícito no § 2º do art. 557.

⁷³ “O agravo interno não tem contra-razões. Se provido, a turma julgadora passará à apreciação do agravo tirado contra a decisão da instância inferior. Se não, caberá ao agravante, unicamente, ingressar com recurso especial ou extraordinário” Marcus Vinicius Rios Gonçalves, **Novo curso de direito processual civil**, p.112.

⁷⁴ Já há algum tempo o STJ condiciona a interposição de recurso especial contra decisão monocrática ao aviamento do agravo interno, sob pena de não se considerar terem sido esgotadas as vias recursais (requisito de admissibilidade imposto pelo inciso III do art. 105 da CF). Antes, a parte que não interpunha agravo interno, cautelosamente, para não sofrer a multa do § 2º do art. 557, encontrava-se em posição difícil. Imaginemos que o tribunal local tenha reiteradas decisões aplicando a multa quando os recorrentes se insurgem contra decisão monocrática referente à determinada matéria, por interpretarem o agravo interno como manifestamente inadmissível ou infundado (caráter protelatório), apesar de a jurisprudência do STJ, em sua maioria, entender em sentido contrário. Qual a opção do jurisdicionado? Nenhuma. Teria que interpor agravo interno, com provável chance de ser multado, apenas com o intuito de esgotar as vias recursais e lhe ser possível utilizar o recurso especial. O STJ adotou, então, posição, segundo à qual “(...) é amplamente majoritário o entendimento desta Corte Superior no sentido de que o agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil. (...)” Corte Especial, REsp

obrigando-a a pensar melhor antes de impugnar o julgamento monocrático do relator. Não se contesta que a melhor maneira de garantir o cumprimento das leis e de se estimular comportamentos éticos, ao menos em nosso País, é mexendo no bolso de nós cidadãos-jurisdicionados.⁷⁵

1198108/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 17-10-2012, DJe 21-11-2012. Accácio Cambi, no entanto, alerta: “(...) tornando-se obrigatória a interposição do agravo interno, para que o recurso especial venha a ser conhecido posteriormente, aumentará o número desses agravos, o que retirará grande parte da efetividade do art. 557 do CPC, andando-se na contramão da celeridade processual propagada pela reforma do Código de Processo Civil, quando da alteração deste dispositivo” **Aspectos polêmicos na aplicação do art. 557**, p. 22.

⁷⁵ Vicente Greco critica, porém, o condicionamento de pagamento da multa pelo recorrente do agravo para que possa interpor qualquer outro recurso, pois, segundo o autor “(...) os recursos, como o especial e o extraordinário, têm seus requisitos previstos na Constituição e não podem ter pressupostos criados regimentalmente ou em lei ordinária. Lembrem-se que houve necessidade de reforma constitucional para a criação da relevância federal como pressuposto do recurso extraordinário? Já sei o que vai acontecer. Dezenas de mandados de segurança ou cautelares para afastar a restrição à interposição de recursos, virando-se o feitiço contra o feiticeiro”. **Questões sobre a lei nº 9756/98, de 17 de dezembro de 1998**, p. 610. Discordamos. Não são todos os recursos que têm seus requisitos de admissibilidade previstos na Constituição (ex: apelação). Ademais, a inclusão da necessidade de o STF só admitir recurso extraordinário que tenha repercussão geral não era necessária, embora elogiemos no sentido de evitar ações diretas de inconstitucionalidade (caso se alterasse apenas o CPC) e interpretações díspares entre doutrinadores e magistrados, o que tumultaria, em vez de agilizar/facilitar, como foi o propósito, o manejo daquele recurso. Louvamos, também, porque foi uma maneira de deixar expresso o verdadeiro papel do recurso extraordinário, que vinha sendo distorcidamente ampliado (apesar de a alteração não ter surtido êxito). De qualquer sorte, a repercussão geral já deveria ser inferida de dois modos. Primeiro, através do papel precípua do STF de guardião da Constituição (art. 102, *caput*, CF) e não de tribunal julgador de conflitos de direitos individuais como instância superior. Trata-se, portanto, de interpretação teleológica extraída da própria natureza e função da Corte Maior. Dessarte, todas as decisões, em única ou última instância, que incidissem nas hipóteses das alíneas “a”-“d” do inciso III do art. 102 da CF já deveriam ser consideradas (antes mesmo da EC 45/2004 que incluiu o “novo” requisito acrescentando o § 3º ao art. 102 as CF) de repercussão geral e, assim, recorríveis via recurso extraordinário. Todas as demais, nas quais se percebesse que o principal papel a ser exercido pelo STF seria o de meramente resolver conflitos pessoais, já deveriam ensejar a inadmissibilidade dos recursos extraordinários que as impugnavam. Na prática, o que se vê de maneira geral (há exceções, obviamente), é que os advogados, ao redigir a petição de RE, limitam-se a transcrever o disposto no art. 543 e seus parágrafos, conforme o caso, sem especificar de que forma a decisão recorrida, de fato, tem a referida repercussão. E mesmo assim, se o STF entender que é o caso, o admite. O pior é que a intenção do constituinte derivado reformador de filtrar os recursos extraordinários praticamente não obteve êxito e ainda alongou o trâmite do recurso que necessita, desde então, antes, passar por uma votação eletrônica (mesmo assim nada ágil) para aferir se há ou não repercussão geral. Neste sentido: Marcelo Pinto, **Juiz vê problemas na aplicação da repercussão geral**, *online*. Para concluir, a Constituição também não proibiu que leis ordinárias criassem outros requisitos de admissibilidade de recursos, contanto que, é claro, harmonizem-se com os princípios constitucionais. Deste moto, a sanção do § 2º do art. 557 – aliada à possibilidade de multa que terá de ser paga sob pena de não se poder interpor qualquer outro recurso – é perfeitamente compatível com a Constituição. Ao buscar que o art. 557 produza resultados concretos – isto é, que não se transforme em mais uma lei morta –, o legislador respeitou e almejou pôr em prática o efetivo acesso à justiça, além de ter contribuído (ou ao menos

2.2 Os poderes do relator no *caput* do art. 557 do CPC

As linhas gerais desta parte do referido dispositivo já foram apresentadas no item anterior. Vamos às minúcias.

2.2.1 A abrangência da locução “negar seguimento”

Em que pese algumas vozes dissonantes que apontam atecnia na escolha da aludida expressão – em razão de supostamente o significado desta estar intrinsicamente ligado apenas ao juízo de admissibilidade e o art. 557 utilizá-la para referir-se também ao juízo de mérito –, entendemos que o legislador foi feliz na escolha da expressão.⁷⁶

“Não conhecer” significa exercer juízo de admissibilidade negativo. “Negar provimento” ou “indeferir” ocorre quando o magistrado exerce juízo de mérito negativo. “Negar seguimento”, por sua vez, abrange as duas possibilidades.

Ora, “negar seguimento”, como a própria expressão em português claro diz, é sinônimo de negar, impedir, parar ou fechar o caminho que tradicionalmente seguiria o recurso, seja na primeira etapa do percurso (juízo de admissibilidade), seja na segunda (juízo de mérito). Como o *caput*

tentado) fazer valer o princípio da razoável duração do processo (para que não sofra dilações indevidas e para que os recursos não sirvam como instrumento benéfico à parte que não tem razão).

⁷⁶ “Observe-se que a expressão *negar seguimento* simplesmente engloba (mistura) as fases de admissibilidade e de mérito (‘manifestamente inadmissível, improcedente’), o que é de uma impropriedade científica incoerente com a sistematização do Código, tão merecidamente elogiado quanto à sua cientificidade. (...). Ora, nesse sentido, ao dar provimento ao apelo monocraticamente, o relator estaria, por mais estranho que possa parecer, também negando seguimento a recurso, eis que estará decidindo sem encaminhá-lo ao órgão fracionário” Pedro Miranda de Oliveira, **Apontamentos sobre os poderes do relator nos tribunais**, p. 433-434, grifos do autor.

elencas hipóteses que envolvem os dois juízos, o legislador optou, não por acaso, por expressão que se encaixa nos dois casos.

2.2.2 As hipóteses de incidência das expressões “manifestamente inadmissível”, “manifestamente improcedente” e “manifestamente prejudicado”

A lei lança mão de conceitos jurídicos indeterminados não por acaso, mas sim com o objetivo de a si conferir longevidade, permitindo que o juiz a aplique de acordo com o contexto político, histórico, sociológico e jurídico contemporâneo ao momento da decisão. Trata-se de fórmula que permite, ou ao menos almeja, a constante atualização da norma.⁷⁷

É o caso das expressões a que nos referimos neste item.

O advérbio “manifestamente”, que denota a ideia de algo que salta aos olhos, evidente, claro, que não deixa dúvidas,⁷⁸ pode ter conotações distintas ao longo do tempo.⁷⁹

⁷⁷ “O legislador utiliza frequentemente conceitos vagos em razão da impossibilidade de previsão de todas as situações geradas no mundo real. (...) A técnica de se adotar os conceitos vagos permite que os preceitos legais tenham uma maior durabilidade no tempo e aplicabilidade no espaço. Isso não ocorre quando expressões extremamente precisas são utilizadas, pois a velocidade com que as mudanças sociais têm ocorrido podem gerar um certo descompasso entre a lei e a realidade. As normas que contêm conceitos vagos são, assim, mais adaptáveis às modificações da sociedade” Priscila Kei Sato, **Jurisprudência (pre)dominante**, p. 568-569.

⁷⁸ “(...) por *manifesto* entende-se o que é evidente, inequívoco, cristalino”. Pedro Miranda de Oliveira, **Apontamentos sobre os poderes do relator nos tribunais**, p. 433, grifos do autor. E ainda: “O que elimina a *evidência*, ou a *certeza*, ou ainda o *manifesto*, é a existência de orientações divergentes” Teresa Arruda Alvim Wambier, **Os agravos no CPC brasileiro**, p. 560, grifos da autora.

⁷⁹ Araken de Assis, por outro lado, afirma que do advérbio *manifestamente* “(...) nenhum significado prático se extrai (...). Após identificar a causa da inadmissibilidade ou o motivo da improcedência, ao relator sempre parecerá ‘manifesta’ a questão” (**Manual dos recursos**, p. 273).

A título de exemplo, o art. 810 do CPC de 1939 autorizava a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, desde que a interposição do recurso errado não representasse erro grosseiro e nem fosse instrumento de má-fé do recorrente. O recorrente poderia inclusive valer-se do prazo do recurso que utilizou pensando ser o correto. Por outro lado, se o erro fosse evidentemente grosseiro, a má-fé patente, e existisse, à época, dispositivo semelhante ao vigente art. 557, o recurso seria manifestamente inadmissível.

Alfredo Buzaid tentou resolver o problema quando redigiu o CPC hoje vigente, simplificando os recursos por meio dos princípios da unicidade e da unirecorribilidade (de cada espécie de decisão cabe apenas um recurso, sendo que de decisão interlocutória cabe agravo e de sentença apelação, por exemplo). Logo, de início, se a redação do art. 557 original fosse igual à atual, a interposição de um recurso no lugar de outro (fosse qual fosse a hipótese) implicaria em seu não conhecimento por manifesta inadmissibilidade, uma vez que, a princípio, pretendeu-se extinguir o princípio da fungibilidade, pensando-se que não seria mais necessário. Tanto assim é verdade que o legislador de 1973 não o incluiu expressamente no então novo Código.

Entretanto, com o passar do tempo, nosso processo civil evoluiu e deparou-se com situações cada vez mais complexas que acabaram por influenciar doutrina e jurisprudência a ressuscitar o referido princípio, porém desta vez outros requisitos foram acrescentados. Hoje, a jurisprudência majoritária impõe: a) dúvida objetiva (doutrina e jurisprudência não são pacíficas acerca do recurso cabível); b) inexistência de erro grosseiro; c) tempestividade (o recurso equivocado há de ser interposto dentro do prazo do recurso corretamente cabível).

Voltando ao nosso exemplo – caso existisse dispositivo idêntico ao atual art. 557 em vigor de 1939 até hoje – um recurso admissível naquele tempo poderia ser, hodiernamente, manifestamente inadmissível. Antes, bastava não haver erro grosseiro ou patente má-fé para a aplicação da fungibilidade. Não presentes estes dois impedimentos, seria admissível um recurso interposto dentro do seu prazo, mas fora do prazo do recurso corretamente cabível. Da mesma forma, existia a possibilidade de um recurso sobre o qual doutrina e jurisprudência não possuíam dúvida objetiva ser admissível. Nos dias de hoje, no entanto, recurso impróprio interposto fora do prazo do recurso adequado ou sobre o qual doutrina e/ou jurisprudência não detêm dúvida objetiva, é manifestamente inadmissível.

Ressalte-se que o legislador foi prolixo ao falar em recurso “manifestamente prejudicado”, uma vez que a prejudicialidade implica em inadmissibilidade (por falta de interesse de agir).⁸⁰ Se o recorrente interpõe recurso contra decisão que acatou (ex: foi condenado a pagar cinco mil reais a título de indenização e depositou o montante na conta bancária da parte vencedora), será aquele manifestamente inadmissível.

Nesse diapasão, aproveitamos o mesmo raciocínio desenvolvido até aqui para a expressão “manifestamente improcedente”, com a diferença que esta se refere a juízo de mérito. Recurso contra decisão que extinguiu o processo com resolução de mérito em razão de nítida prescrição ou decadência será, por exemplo, manifestamente improcedente.

⁸⁰ “(...) não havia necessidade da previsão de recurso prejudicado nas hipóteses de negativa de seguimento, eis que o *recurso prejudicado é inadmissível* devido à ausência de interesse recursal superveniente” Pedro Miranda de Oliveira, **Apontamentos sobre os poderes do relator nos tribunais**, p. 435, grifos do autor.

Por fim, concluimos afirmando que em todos os casos referidos neste item estará o relator do recurso obrigado a exercer juízo de admissibilidade ou de mérito negativo, conforme o caso.⁸¹ Como visto no primeiro capítulo (item 1.6), trata-se de poder-dever⁸² e o legislador foi feliz ao afirmar que “o relator negará” e não “poderá negar”, deixando patente que não há discricionariedade na decisão do relator, assim como não há na tomada de decisão de qualquer magistrado.

⁸¹ Contra: “(...) o julgamento pelo relator, além de condicionado aos requisitos previstos no *caput* e no § 1º-A do art. 557, não é *obrigatório*, exercendo o relator tal delegação em caráter *facultativo*”. José Antônio Almeida, **O agravo interno e a ampliação dos poderes do relator**, p. 404, grifos do autor. Também contra: “Em todos esses dispositivos que ampliam os poderes do relator nos tribunais tomou-se o constante cuidado de empregar o verbo *poder*, não o verbo *dever* (...). Isso significa que o legislador quis deixar ao prudente arbítrio do próprio relator a opção entre julgar por si próprio, monocraticamente, ou encaminhar o caso ao colegiado. Naturalmente, essa opção dependerá do grau de convicção do relator, a quem competirá, com honestidade profissional, abster-se de julgar quando sentir que a matéria não é tão segura que legitime esses verdadeiros *atalhos*. O *caput* do art. 557 diz que o relator *negará* seguimento ao recuso, nos casos ali especificados. Essa redação, que insinua obrigatoriedade, vem da Reforma de 1995 e a nova lei limitou-se a reproduzi-la. Mas o emprego do advérbio *manifestamente* acaba por criar na prática a mesma situação, porque será dever do relator abster-se de julgar de plano sempre que não venha uma situação manifesta, isto é, límpida e indiscutível” Cândido Rangel Dinamarco, **O relator, a jurisprudência e os recursos**, p. 132, grifos do autor. Ora, mas se para o relator a situação não é manifesta, então ele não estará obrigado a negar seguimento (obrigado estará a encaminhar para o colegiado), mas certamente o estará caso enxergue situação manifesta. Como já dissemos alhures, para ele, relator, só há um caminho possível e deverá segui-lo, sem possibilidade de escolha. Trata-se de poder-dever. Se ele entende que é manifesto, não pode levar ao colegiado. Como se fiscaliza isso? Por meio da fundamentação de sua decisão.

⁸² Não é como pensa Araken de Assis, para quem o procedimento abreviado previsto no art. 557 constitui “(...) simples faculdade do relator. Em lugar de exercer a competência inserida na regra, nada obsta que, adotando atitude mais conservadora, remeta o julgamento da apelação ao órgão fracionário do tribunal. Do ponto de vista da economia, semelhante abstenção parece incongruente; porém, a variedade dos fundamentos do ato atribuído ao relator recomenda, salvo engano, maior comedimento na abreviação do procedimento” **Manual dos recursos**, p. 270. Em sentido semelhante: “O relator tem a faculdade de o fazer, e não a obrigação, pois as súmulas não têm efeito vinculante, sendo possível que uma decisão possa ser mantida, apesar de contrária a elas. (...) No entanto, esse entendimento sofreu modificações com a reforma do Judiciário (Emenda Constitucional n. 45/2004), após a qual o STF pode editar súmulas com efeito vinculante (...). Sendo assim, o relator tem a obrigação de negar seguimento ao agravo de instrumento caso este contrarie súmula do STF com efeito vinculante” Marcus Vinicius Rios Gonçalves, **Novo curso de direito processual civil**, p. 110-111.

2.2.3 Recurso em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior

A súmula é instrumento que visa à uniformização da jurisprudência. Jurisprudência, por sua vez, é o conjunto de reiteradas decisões de um tribunal em um mesmo sentido e acerca de determinada matéria. Frise-se tratar-se de substantivo que não se flexiona, de maneira que não se pode falar em jurisprudências, a menos que se refira a reiteradas decisões num mesmo sentido de matérias diversas.

Uma vez que os órgãos colegiados convergirem na interpretação de determinado tema, poderão [*rectius*: deverão] os integrantes do tribunal reunir-se em plenário e votar a criação de um enunciado que condense ou resuma aquele entendimento. Se a maioria absoluta votar pela aprovação (art. 479 do CPC), uma nova súmula nascerá e servirá de referência, no caso do *caput* do art. 557, para o relator negar seguimento a recurso que contrariá-la [*rectius*: cuja tese contrariá-la].

Resta agora saber quantas decisões convergentes são necessárias para constituir-se uma jurisprudência dominante? Trata-se a “jurisprudência dominante” de outro conceito juridicamente indeterminado, cuja interpretação é passível de mutação ao longo do tempo. No entanto, a nosso ver, dada a facilidade de acesso⁸³ que hoje temos às decisões dos tribunais (basta

⁸³ “O mundo da informação – que cada vez é mais precisa – não mais admite o ‘achismo’, expressão coloquial com que se pode definir a tendência irrefreável do ser humano no sentido de tentar dar a palavra final a respeito de qualquer assunto com fundamento em seus conhecimentos empíricos sobre o tema” Luiz Rodrigues Wambier, **Uma proposta em torno do conceito de jurisprudência dominante**, p. 86.

acessar o sítio eletrônico correspondente e realizar a pesquisa), hodiernamente impõe-se um número consideravelmente elevado de decisões.⁸⁴

Não seria correto atribuir um número exato,⁸⁵ até porque a interpretação da quantidade exigida deve variar de acordo com o tamanho do tribunal (*e.g.* o Tribunal de Justiça de São Paulo é composto por trezentos e sessenta desembargadores⁸⁶ e vários órgãos colegiados, ao passo que o Tribunal de Justiça de Roraima tem apenas seis integrantes e uma Câmara Única⁸⁷).⁸⁸

⁸⁴ Barbosa Moreira critica a escolha do legislador em atribuir ao relator poder para negar seguimento ou dar provimento a recurso com base em jurisprudência predominante: “O que já não se pode deixar de assinalar é a significação equívoca da expressão ‘jurisprudência dominante’. O texto não exige que a tese haja sido incluída na *Súmula* do tribunal. Mas, fora dessa hipótese, não raro dependerá de apreciações subjetivas, em boa parte, a consideração desta ou daquela jurisprudência como ‘dominante’. Mesmo nos mais altos tribunais, podem e costumam ocorrer oscilações, de modo que ora prevalecerá uma tese, ora a tese oposta” **Reformas do CPC em matéria de recursos**, p. 150-151, grifo do autor.

⁸⁵ “*Jurisprudência dominante* será não somente aquela já estabelecida em incidentes de uniformização da jurisprudência, mas também a que estiver presente em um número significativo de julgados, *a critério do relator*” Cândido Rangel Dinamarco, **O relator, a jurisprudência e os recursos**, p. 134, grifos do autor e nossos. Em sentido contrário: “Quanto ao mais, pensamos que um critério aceitável para o ‘preenchimento’ desse conceito indeterminado seria sua delimitação no tempo. É preciso um período referencial para que se possa falar em jurisprudência dominante. Assim, o entendimento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da interpretação do direito federal, poderia considerar-se dominante se houvesse a reiteração de decisões majoritárias daquela Corte, no mesmo sentido, na proporção de 70% por 30%, durante o período de cinco anos (ou três anos, ou dois anos, por exemplo, contados retroativamente). (...) Se nos afastarmos de critério numéricos, objetivamente aferíveis pelas partes, pela tão-só consulta à base estatística das decisões do Superior Tribunal de Justiça, corremos o sério risco de que prevaleçam opiniões falsamente dominantes (...)” Luiz Rodrigues Wambier, **Uma proposta em torno do conceito de jurisprudência dominante**, p. 85. Antônio Carlos Marcato adota uma interpretação mais radical: “Parece-nos que somente quando a tese jurídica for *unânime* no tribunal, havendo reiteradas decisões num mesmo sentido, ainda que a matéria não tenha sido ainda convertida em *súmula*, é que se poderá entender haver jurisprudência dominante capaz de afastar a admissibilidade do recurso” **CPC interpretado**, p. 1658, grifos nossos.

⁸⁶ Cf. <<http://www.tjsp.jus.br/Institucional/ConhecaOTJ/Default.aspx>>.

⁸⁷ Cf.: <<http://www.tjrr.jus.br/index.php/composicao>> e <<http://www.tjrr.jus.br/organogramaTJRR.php>>.

⁸⁸ “É importante notar que naquela Corte [STF] há maior facilidade para se estabelecer a prevalência de um entendimento ou de outro, pois só há duas Turmas e onze Ministros. É possível, até mesmo, após uma rápida pesquisa, saber do entendimento individual de cada Ministro a respeito daquela matéria. (...) Os tribunais locais encontrarão mais dificuldade para o estabelecimento de critérios, em razão do maior número de órgãos responsáveis pelo julgamento da matéria. (...) assim é aconselhável que faça menção a julgados da maioria das Câmaras competentes para aquela matéria. É importante

Destarte, havendo dois ou mais órgãos colegiados responsáveis pelo mesmo ramo jurídico (ex: turmas cíveis e turmas criminais), acreditamos que, a partir do momento em que cada turma tiver, no mínimo, três decisões num mesmo sentido (ou a Seção à qual pertencem), já se poderia falar em jurisprudência dominante.⁸⁹ Da mesma forma, constitui jurisprudência dominante a interpretação que o Órgão Especial ou Plenário tomar em determinada matéria e apenas uma decisão neste sentido já seria suficiente, uma vez que a maioria absoluta dos integrantes já demonstrou como posicionar-se-á em casos idênticos (o mesmo raciocínio se aplica aos tribunais com órgão colegiado único).⁹⁰

Devemos fazer duas ressalvas: a) a jurisprudência dominante há de ser atual,⁹¹ uma vez que a interpretação pode sofrer mutação ao longo do

que o entendimento dominante seja o do Tribunal respectivo (como está disposto na lei) e não da Câmara isoladamente” Priscila Kei Sato, **Jurisprudência (pre)dominante**, p. 580-581.

⁸⁹ Carreira Alvim adota conceito mais restrito: “‘Jurisprudência dominante’ é aquela que prevalece no plenário ou na corte especial do respectivo tribunal, e, justo por prevalecer, esse órgão tomaria idêntica decisão à tomada pelo relator, caso viesse o recurso a ser julgado em colegiado. Se houver divergência entre turmas, ou entre turmas e seção, ou entre seções, não pode a jurisprudência dizer-se ‘dominante’” **Ação monitória e temas polêmicos da reforma processual**, p. 83.

⁹⁰ “Dois critérios já foram determinados pelo Supremo Tribunal Federal para se identificar ‘jurisprudência predominante’: a) Existência de mais de um acórdão que reflita aquele entendimento, ou unicidade de decisão, desde que esta faça menção de outros julgados no mesmo sentido; b) Decisão do Tribunal Pleno, mesmo que não unânime” Priscila Kei Sato, **Jurisprudência (pre)dominante**, p. 579.

⁹¹ “A contrário do que pode parecer à primeira vista, as divergências que surgem entre sentenças relativas às mesmas questões de fato e de direito, longe de revelarem a fragilidade da jurisprudência, demonstram que o ato de julgar não se reduz a uma atitude passiva diante dos textos legais, mas implica notável margem de poder criador. (...) Se é um mal o juiz que anda à cata de inovações, seduzido pelas ‘últimas verdades’, não é um mal menor o julgador que se converte em autômato a serviço de um fichário de arestos dos tribunais superiores. A jurisprudência, muitas vezes, inova em matéria jurídica, estabelecendo normas que não se contêm estritamente na lei. (...) A lei vai variando de sentido em função de múltiplos fatores, pois uma circunstância de ordem técnica imprevista pode alterar completamente a significação e o conteúdo de um texto legal, o mesmo ocorrendo quando se altera a tábua dos valores de aferição da realidade social” Miguel Reale, **Lições preliminares de direito**, p. 168 e 171.

tempo; b) a atribuição de número (três decisões, como dito acima) não pode ser uma fórmula absoluta, devendo cada matéria ser analisada casuisticamente, de acordo com sua complexidade. Afinal, o Direito não é uma ciência exata.

Importante salientar que a redação anterior que a Lei 9.139/1995 atribuía ao *caput* falava apenas em súmula do respectivo tribunal ou de Tribunal Superior. A Lei 9.756 de 1998 (vigente) acrescentou “jurisprudência dominante” e “Supremo Tribunal Federal”.

O legislador percebeu que havia jurisprudências (aqui, sim, no plural) dominantes que não estavam sumuladas,⁹² embora já pudessem estar, de maneira que acrescentou essa possibilidade no intuito de agilizar o processo.⁹³

⁹² Interessante e coerente a sugestão de Fabiano Carvalho (**Poderes do relator nos recursos**, p. 100) para se negar seguimento a recurso que aventar matéria ainda não enfrentada pelo tribunal “respectivo” (ou enfrentada poucas vezes, de maneira que ainda não se pode interpretar aquele entendimento como dominante), mas que já o foi exaustivamente e em um mesmo sentido por outros tribunais (que não os superiores), caso em que o relator utilizaria, sim, como fundamento de sua decisão (de negar seguimento) os precedentes das outras Cortes, porém alegando *manifesta improcedência e não contraste com jurisprudência dominante* (uma vez que o *caput* do art. 557 só permite a negativa de seguimento se o contraste se der entre a tese jurídica do recurso e a jurisprudência do tribunal respectivo, do STF ou de tribunal superior, deixando excluída a jurisprudência dominante de outros tribunais).

⁹³ Barbosa Moreira critica a inclusão de jurisprudência dominante como paradigma para o julgamento monocrático do relator: “As teses prevaletentes, de maneira tranquila, na jurisprudência de um tribunal, é de supor que hajam sido incorporadas à respectiva Súmula. Quanto às que ainda não o foram, o que se presume é que o terreno permanece instável, sem o grau de consolidação suficiente para que salte aos olhos, bem definido, o perfil da paisagem. Incorreria em excesso de afoiteza quem se precipitasse a cortar cerce evolução em curso, que a rigor não se sabe aonde conduzirá. Tenha-se em mente que, às vezes, sucessivas decisões tomadas *numa única* sessão bastam para converter em majoritária, no tribunal, tese a cujo favor, até então, falava número menor de precedentes” **Algumas inovações da Lei 9.756 em matéria de recursos civis**, p. 77-78, grifos do autor. Por outro lado, Priscila Kei Sato entende que “(...) *jurisprudência dominante é aquela que já poderia estar sumulada*. A grande vantagem da súmula é que não é necessário que seja feita referência a outros julgados no mesmo sentido (art. 102, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). E quando quer se demonstrar ‘jurisprudência dominante’ o que deve ser feito é exatamente a indicação de outros julgados no mesmo sentido” **Jurisprudência (pre)dominante**, p. 582, grifos nossos.

O acréscimo do STF parte de um raciocínio lógico: se o relator deve negar seguimento a recurso contrário a súmula ou jurisprudência dominante de tribunal local ou regional (segunda instância propriamente dita) e de tribunal superior (guardião da legislação federal e responsável pela harmonização de sua jurisprudência), nada mais coerente do que acrescentar o dever de negar seguimento a recurso que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do tribunal guardião da Constituição Federal, Lei Maior e fundamento de validade de todas as demais.

2.3 Os poderes do relator no § 1º-A do art. 557 do CPC

A Lei 9.756/1998 ampliou ainda mais os poderes do relator, autorizando-o a dar provimento (juízo de mérito positivo) a recurso cuja decisão que ataca esteja em desacordo com súmula ou jurisprudência dominante do STF ou de tribunal superior.⁹⁴ Aqui cabe a seguinte pergunta: por que o legislador deixou de fora súmula e jurisprudência dominante do tribunal “respectivo” [*rectius*: competente para o julgamento]? A resposta encontra-se no princípio da dupla conformidade das decisões.

Ao dar provimento ao recurso, o relator decide de maneira contrária ao juízo *a quo*. Desta forma, há duas decisões em conflito, o que gera insegurança jurídica e maior probabilidade de erro (haja vista as duas decisões

⁹⁴ Concordamos com Fabiano Carvalho, que lembra da possibilidade de o relator deparar-se com apelação contra sentença que extinguiu o feito sem exame do mérito, caso em que, versando a causa sobre questão exclusivamente de direito e estando em condições de imediato julgamento, poderá dar provimento monocraticamente ao recurso, desde que, claro, esteja a matéria em manifesto contraste com súmula ou jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior, como determina o § 1º do art. 557 do, o qual neste caso incidirá concomitantemente ao art. 515, § 3º, ambos do CPC. Segundo o autor “cumpra afastar qualquer dúvida sobre a competência do relator para apreciar o mérito da causa. A palavra ‘tribunal’ foi empregada no § 3º do art. 515 em sentido amplo, de maneira que não quer exprimir, apenas, ‘órgão colegiado’. O enunciado é mais amplo e compreende todos os órgãos do tribunal: relator, turma, câmara etc.” **Julgamento unipessoal do mérito da causa por meio da apelação**, p. 116.

terem sido tomadas, cada uma, por um magistrado isoladamente), ao contrário das situações previstas no *caput*, que resultam na convergência de duas decisões. A regra, então, é prestigiar o princípio da colegialidade e o da dupla conformidade e deixar que o recurso siga seu caminho normal.

A exceção se encontra na súmula e na jurisprudência dominante do STF e de tribunal superior. Como aquele é o guardião da Constituição (fundamento de validade das demais normas de nosso ordenamento) e este da legislação federal e responsável pela uniformização da jurisprudência correspondente, abrir a possibilidade de o processo subir até os referidos tribunais, nestes casos, aumentaria desnecessariamente o tempo de sua duração.

Afinal, é possível desde já prever o (provável) desfecho que seria adotado pelas referidas Cortes. Assim, o princípio da razoável duração do processo prevalece sobre o da dupla conformidade (apesar de que, a previsão quase certa da decisão que o Tribunal Superior ou o STF tomaria significa uma dupla conformidade virtual).

Por fim, critica-se apenas a infeliz escolha do legislador pelo verbo “poder” (“*poderá* dar provimento”) no lugar de “dever” (“deverá dar provimento” ou “*dará* provimento”). Isto porque, como delineado no primeiro capítulo (item 1.6), o legislador tem verdadeiros poderes-deveres, que não implicam em discricionariedade ou alternatividade de caminhos, mas num único possível, de acordo com sua interpretação. Presentes os pressupostos, deverá dar provimento ao recurso.

2.4 Do agravo contra a decisão monocrática do relator (§1º do art. 557)

A recorribilidade da decisão do relator existe desde a originária redação do art. 557.⁹⁵ Todas as desvantagens de um julgamento realizado por um único magistrado (ser humano passível de erros como todos os demais) no juízo *a quo* se fazem presentes neste tipo de decisão (monocrática) no juízo *ad quem*.

Pode-se imaginar que aqui não importa se as duas decisões foram convergentes (*caput*) ou divergentes (§1º-A), pois o legislador permitiu a insurgência do sucumbente nos dois casos, atribuindo-lhe o direito de ter sua tese apreciada por um órgão colegiado, que trará maior segurança e conforto para ambas as partes. Não deixa de ser, também, uma forma de o jurisdicionado fiscalizar o papel do relator e impedir que arbitrariedades sejam cometidas. Ao saber que sua decisão será passível de controle, o relator certamente cercar-se-á de cuidados e técnica ainda maiores ao julgar o recurso.

O princípio da dupla conformidade, no entanto, será importante aqui também, mas desta vez para definir o efeito (que variará) em que será recebido o agravo interno.

Se o recurso principal é recebido, por exemplo, no efeito suspensivo, e o relator toma uma decisão contrária à parte vitoriosa na primeira instância, não seria prudente atribuir ao agravo interno efeito meramente

⁹⁵ “Na hipótese cogitada no § 1º, o agravo interno está previsto somente para a decisão do agravo tomada singularmente pelo relator. Não cabe agravo interno, portanto, quando o agravo de instrumento é apreciado e julgado pelo colegiado, regra que se estende a acórdãos de qualquer recurso” Humberto Theodoro Júnior, **Código de processo civil anotado**, p. 551.

devolutivo (levantando o efeito suspensivo), sem antes ter uma segunda decisão convergente (do colegiado) com uma das anteriores (tomadas isoladamente).

Se o recurso principal é recebido no efeito meramente devolutivo e o relator decide de maneira contrária à parte vitoriosa em primeira instância, deve-se atribuir efeito suspensivo ao agravo interno, por uma questão de segurança e efetividade. Imaginemos uma sentença de primeiro grau executada até a entrega efetiva do direito material ao vencedor na primeira instância antes de julgado o agravo interno, que acaba favorecendo a parte vencida na primeira instância, “virando o jogo”. Pode-se dizer que a parte vencedora no agravo interno será reparada ou que tudo voltará ao estado anterior, nos termos dos incisos I e II do art. 475-O do CPC, respectivamente.

No entanto, sabemos que, na prática, a coisa não é tão prática assim (com o perdão do pleonismo)! Pode o vencedor da primeira instância não ter recursos para reparar o outro ou pode não ser mais possível retornar as partes ao *status quo ante* (o objeto pereceu, por exemplo). Não seria, portanto, mais prudente, no mínimo, esperar duas decisões convergentes (entre a da primeira instância, a do relator e a do colegiado)? Poder-se-ia dizer que o agravante tem a possibilidade de requerer o efeito suspensivo com base no art. 558 do CPC, porém este se restringe a poucas possibilidades. Não seria mais justo e, novamente, prudente, já atribuir o efeito suspensivo automaticamente? Às vezes, o que não é urgente perece ou não pode ser recuperado, em razão da demora processual.

Por fim, se a decisão de primeira instância e a monocrática do relator são convergentes, entendemos que o agravo deverá ser recebido no mesmo efeito do recurso principal.

Outra questão diz respeito à redação que era adotada pela lei 9.139/1995, segundo a qual uma vez interposto o agravo, o relator “pedirá dia”. A expressão levava ao equivocado entendimento de alguns que o agravo processar-se-ia nos autos do recurso principal, de maneira que os dois seriam julgados no mesmo momento, saltando, assim, etapas (sustentação oral, por exemplo, a depender da espécie) necessárias que o aludido recurso atravessaria antes da fase decisória final.

A referida redação também abriu debate na doutrina e jurisprudência acerca da necessidade de se intimar a parte contrária para defender-se do agravo. A imposição de cientificar a parte contrária dos atos e termos do processo que podem levar a uma decisão passível de causar-lhe danos, para que assim tenha oportunidade de contra-atacá-los, decorre da Constituição Federal (art. 5º, LV).⁹⁶ Assim, omissa a lei, a interpretação sistemática exige, sim, a intimação para que a outra parte apresente suas contrarrazões.⁹⁷

Já se viu que razoável duração do processo não é sua aceleração a qualquer custo. Ademais, o Código só permite a ausência (postergação) de intimação no momento típico – que é sempre antes de qualquer decisão que lhe possa afetar – em casos nos quais a urgência é tão iminente que, caso tenha de se

⁹⁶ “(...) aspecto que se revela importante (...) [para] o argumento da necessidade do contraditório no agravo interno é que inexistente atividade exclusiva da parte sem a possibilidade de controle. A resposta do agravado é meio processual adequado a fiscalizar o agravo interno para que esse não se desvie das normas preestabelecidas”. Fabiano Carvalho, **Princípios do contraditório e da publicidade no agravo interno**, p. 80.

⁹⁷ “Se se apresenta o feito ‘em mesa’, sem inclusão em pauta, e por conseguinte sem cientificação oficial das partes, poderia em tese acontecer que, provido o agravo, viesse o agravado a receber, com total surpresa, e talvez até sem possibilidade de reação, a notícia de fato consumado que lhe transforma, sem mais aquela, a vitória em derrota. Ao nosso ver, semelhante eventualidade mal se compadece com a garantia constitucional do contraditório. Será preciso construir interpretação capaz de harmonizar com a Lei Maior a sistemática do agravo em foco, por exemplo entendendo implícita no texto legal a obrigatoriedade da intimação para responder ao recurso”. Barbosa Moreira, **Algumas inovações da lei nº 9.756 em matéria de recursos civis**, p. 78-79.

esperar a manifestação da outra parte, o direito tutelado ou sua possível efetivação perecerão. Trata-se de interpretação que se extrai do art. 804 CPC c/c art. 558, ambos do CPC (isto é, as decisões urgentes tomadas pelo relator estão disciplinadas neste último e a lógica da possibilidade de se postergar a intimação se extrai do primeiro, já que são partes do mesmo sistema).

Porém, não intimada a parte contrária, o julgamento do colegiado só será passível de anulação caso tenha causado algum prejuízo ao recorrido (o que não ocorrerá, se o agravo for julgado improcedente), nos termos do art. 249, § 1º do CPC (*ne pas de nullité sans grief*).

O legislador pôs fim ao debate em relação ao procedimento do agravo interno (em relação à questão de que, antes, aparentemente seria processado e julgado ao mesmo tempo e nos mesmos autos do recurso principal), alterando a redação (por meio da Lei 9.756/1998) do dispositivo e afirmando que o relator “apresentará o processo em mesa, proferindo voto”⁹⁸ e “provido o agravo, o recurso terá seguimento”. Dessarte, deixou claro que o agravo deve ser processado em autos apartados e que, uma vez deferido, o recurso principal, cujo processamento havia sido interrompido, passará a seguir seu curso normal, passando por todas as etapas previstas no CPC, de acordo com sua espécie.

Por fim, ressaltamos que a Lei 9.756/1998 também deixou expresso o efeito regressivo do agravo, permitindo ao relator reconsiderar sua decisão, embora tal interpretação já pudesse ser extraída do art. 527, parágrafo único.

⁹⁸ “O relator não poderá negar seguimento a esse agravo, porque o § 1º diz que, se não houver retratação, o ‘relator apresentará o processo em mesa’. A expressão *apresentará*, constante do dispositivo legal, impõe dever funcional do relator, inviabilizando a interpretação, decorrente do mesmo art. 557, de que lhe pudesse negar seguimento. Aliás, seria tautológico que o relator rejeitasse o recurso do art. 557 com fundamento no próprio art. 557, negando-lhe seguimento” Nagib Slaib Filho, **Notas sobre o art. 557 do CPC**, p. 100, grifo do autor.

2.5 Da multa prevista no §2º do art. 557

A intenção do legislador foi dar efetividade ao propósito do art. 557,⁹⁹ que é o de abreviar o tempo dos processos em situações específicas que justificam tal atitude, prestigiando, assim, o princípio da razoável duração do processo (segundo o qual, o processo não pode sofrer dilações indevidas). Percebeu-se, contudo, que da forma como estava, o dispositivo não só era ineficiente,¹⁰⁰ como contribuía para aumentar o tempo de duração dos processos, indo de encontro ao seu objetivo. A possibilidade de o relator julgar monocraticamente o recurso e de sua decisão ser sempre recorrível acrescentou uma fase a mais no procedimento recursal, que beneficiava o sucumbente (interessado no retardamento do feito). Isto porque sempre se interpunha o agravo interno, já que não havia qualquer sanção específica (embora houvesse a regra geral dos arts. 14, 16, 17 e 18 do CPC).

Com a previsão de multa entre 1% e 10% do valor corrigido da causa, o legislador, por meio da lei 9.756/1998, buscou desestimular o

⁹⁹ Donaldo Armelin faz um comentário acerca da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC e posteriormente o aplica (em remissão) à multa que ora nos referimos. Isto porque em ambos os casos a interposição de qualquer recurso está condicionada ao pagamento das referidas multas. Estamos de acordo com a opinião do processualista, não só em nome da efetividade, mas principalmente em razão do princípio da isonomia (em seu aspecto substancial): “Os economicamente hipossuficientes, que desfrutam da assistência jurídica, gozam de isenção de inúmeras despesas processuais (art. 3º da Lei 1.060/50), mas não de sanções processuais. Se aplicável a eles a exigência de depósito prévio da multa, estarão inibidos, por deficiência econômica, de acessar os Tribunais, o que incurrirá com as partes que desfrutam de aptidão para efetuar esse depósito. Portanto, a menos que se exonerem os beneficiários da assistência jurídica da consequência da interposição de um agravo (...) à aplicação dessa multa, o que os tornaria inimputáveis sob tal angulação processual, corporificar-se-á esse tipo de discriminação a esgarçar a constitucionalidade da inovação legislativa em exame” **Apontamentos sobre as alterações ao Código de Processo Civil e à lei 8.038/90, impostas pela lei 9.756/98**, p. 198 e 213.

¹⁰⁰ “O relator atua como uma espécie de porta-voz do colegiado; cumpre, no entanto, abrir a quem se sinta injustamente agravado o ensejo de pleitear que também se ouçam os outros membros – que ‘se complete’, por assim dizer, o julgamento. *A eficácia prática da inovação, bem se compreende, naturalmente variará de acordo com a disposição que tenha(m) o(s) prejudicado(s) para aceitar sem reação uma derrota imposta por ato exclusivo do relator*” Barbosa Moreira, **Comentários ao Código de Processo Civil**: arts. 476 a 565, p. 665, grifos nossos.

recorrente de má-fé, cujo intuito é apenas prolongar o processo. O juiz decidirá o percentual a ser aplicado de acordo com a complexidade da causa e, claro, do poder econômico do recorrente, de maneira que o valor da multa não seja alto a ponto de comprometer sua solvência e nem tão baixo a ponto de tornar o desestímulo inócuo.¹⁰¹ Deve ser um valor intermediário, suficiente para cumprir o seu propósito e, assim, servir de exemplo não só para o recorrente em processos futuros, como também para os jurisdicionados como um todo, que pensarão melhor antes de lançar mão de expedientes antiéticos.

Ressaltamos que proceder com lealdade e boa-fé e não formular pretensões, nem alegar defesa, ciente de que são infundadas, são deveres das partes expressamente previstos no art. 14, incisos II e III do CPC. Ademais, o art. 17, VII, do mesmo Código, reputa como litigante de má-fé aquele que interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório, caso em que o juiz ou tribunal, nos termos do art. 18, deverá aplicar multa não excedente de 1% do valor da causa e, se for o caso, determinar o ressarcimento à parte contrária de eventuais prejuízos que tenha sofrido em decorrência da má-fé, além de arcar com os honorários advocatícios e demais despesas por esta efetuados.¹⁰²

¹⁰¹ “Não há qualquer inconstitucionalidade em condicionar-se o direito de recorrer ao depósito do valor da multa aplicada, salvo se o montante da multa inviabilizar por completo o acesso à tutela jurisdicional (art. 5º, XXXV, CRFB). Vale dizer: a inconstitucionalidade ou não do art. 557, § 2º, *in fine*, CPC, depende da análise do caso concreto: da repercussão do valor da multa sobre a condição econômica do sancionado e da sua possibilidade de, a partir daí, ter negado ou não o acesso à tutela jurisdicional” Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, **CPC comentado artigo por artigo**, p. 584, grifos nossos.

¹⁰² Vicente Greco Filho (**Direito processual civil brasileiro**, p. 354) critica a parte final do aludido parágrafo, que condiciona a interposição de qualquer outro recurso ao pagamento da multa, pois “isso é quase prisão por dívida ou negativa de acesso à justiça por falta de pagamento de reparação de danos. A aplicação da multa, portanto, não encontra objeção no sistema. Condicionar a interposição de outros recursos a seu pagamento, contudo, é injurídico e inconstitucional (...) porque não se pode limitar a ampla defesa, o contraditório e o acesso aos meios processuais legais como instrumento coativo de dívidas particulares (...)”.

Resta saber se a multa do §2º do art. 557 pode ser aplicada em conjunto com a do art. 18, ambos do CPC.

Entendemos que não. Nos dois casos, a parte está sendo punida por agir de má-fé e o art. 17, VII, deixa isso bem claro (afinal, quem interpõe recurso que sabe inadmissível ou infundado age com intuito de prolongar o processo). A multa do art. 18 é a regra geral. Aquela do § 2º do art. 557 é regra especial. Esta é, inclusive, mais severa, já que autoriza aplicação de multa de valor proporcionalmente maior, porque o legislador entendeu que, neste caso em especial, a punição teria de ser mais austera a fim de cumprir com seu propósito.

Conclui-se, portanto, que a multa do § 2º do art. 557 do CPC incide apenas e sozinha sobre o recorrente de má-fé do agravo previsto em seu §1º, não podendo acumular-se com a do art. 18 (que não incide neste caso). Interpretação em sentido contrário implicaria em *bis in idem* (punição dupla pelo mesmo fato).¹⁰³

¹⁰³ “A aparente contradição (ou repetição) entre os dispositivos (arts. 17, VII, e 557, § 2º) pode provocar uma hesitação inicial quanto à possibilidade de cumulação das penalidades (multa por litigância de má-fé e por manifesta inadmissibilidade ou falta de fundamentação do agravo interno). No entanto, considerando que a indenização por litigância de má-fé (CPC, art. 18, § 2º) tem natureza de multa, constatamos que as regras se referem à hipótese de uso de recurso como meio de postergar o feito e, assim sendo, não se cumulam.(...) Ora, de uma interpretação sistemática do Código de Processo Civil infere-se que o *bis in idem* não poderia operar porque as duas multas possuem a mesma natureza inibitória, cujo fito é evitar a interposição de recursos procrastinatórios” Pedro Miranda de Oliveira, **Agravo interno e agravo regimental**, p. 260. Há julgado do STF que aplica multa(s) (não ficou claro se uma ou duas cumuladas) com base na combinação de ambos os dispositivos do CPC (mesmo que tenha sido só uma, a fundamentação está, *data venia*, equivocada, pois a regra geral não pode incidir concomitantemente com a especial): “(...) Caráter meramente abusivo. Litigância de má-fé. Imposição de multa. *Aplicação do art. 557, § 2º, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC*. Quando abusiva a interposição de agravo, manifestamente inadmissível ou infundado, deve o Tribunal condenar o agravante a pagar multa ao agravado. (...)” RE 426039 AgR/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, j. 24-05-2005, DJ 17-06-2005, p. 63, grifos nossos.

2.6 Da constitucionalidade do art. 557

Os principais argumentos apontados por aqueles que enxergam o art. 557 do CPC como inconstitucional centram-se em suposta afronta aos princípios do duplo grau de jurisdição e da colegialidade¹⁰⁴ das decisões dos tribunais. Em razão de já termos enfrentado parte do tema no primeiro capítulo (item 1.4), faremos aqui uma exposição resumida dos motivos que nos levam a reputá-lo como constitucional.

Inicialmente, sabe-se que os princípios constantemente entram em conflito, que é resolvido mediante a ponderação dos valores que cada um representa, até chegar naquele que mais razoável ou proporcionalmente deve

¹⁰⁴ Barbosa Moreira (**Lei 9.756: uma inconstitucionalidade flagrante e uma decisão infeliz**, p. 83-84) enxerga dupla inconstitucionalidade no dispositivo: a) violação ao princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, da Lei Maior) no § 1º-A, que permite ao relator exercer juízo de mérito positivo isoladamente (o juiz natural seria apenas o colegiado); b) violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa no § 1º, cuja expressão apresentar o processo ‘em mesa’ indicaria a desnecessidade de se intimar o agravado para manifestar-se, bem como passaria a ideia de não ser necessário se lhe dar, antes do julgamento do agravo pelo órgão colegiado, notícia oficial do ato a ser realizado. Entre outros argumentos para defender a inconstitucionalidade do art. 557, Peçanha Martins (**Exame do artigo 557 do Código de Processo Civil**, p. 155) atesta que a colegialidade dos Tribunais, além de decorrer da Constituição (composição dos Tribunais), está também disciplinada na Lei Complementar n. 35, em seu art. 110, segundo o qual os tribunais compõem-se de Câmaras ou Turmas fixadas na lei e no regimento. Ao enfatizar dizendo “trata-se, vale repetir, de lei complementar à Constituição”, revela sua filiação à corrente que acredita na hierarquia de lei complementar sobre lei ordinária. Em que pese autores de peso seguirem tal entendimento, embasados no quórum mais rigoroso necessário para sua aprovação (maioria absoluta – art. 69 da CF), a exemplo de Alexandre de Moraes (**Direito constitucional**, p. 549-550), somos da posição segundo a qual não há hierarquia entre as referidas espécies legislativas, mas apenas atribuição de matérias diversas, e ambas tendo como fundamento de validade a Constituição. Pedro Lenza (**Direito constitucional esquematizado**, p. 475) acrescenta que admitir a hierarquia entre ambas “(...) seria o mesmo que entender que uma lei municipal é hierarquicamente inferior a uma lei federal. Tem-se, na verdade, âmbitos diferenciados de atuação, atribuições diversas, de acordo com as regras definidas pelo constituinte originário. Nessa linha da inexistência de hierarquia entre LC e LO, a EC n. 45/2004, modificando a competência do STF e do STJ, estabeleceu, como nova hipótese de cabimento de *recurso extraordinário*, quando a decisão recorrida ‘julgar válida lei local contestada em face de lei federal’. No fundo, conforme se percebe, também aqui, o problema é de competência constitucional, e não de hierarquia de normas”.

prevalecer naquela hipótese de incidência.¹⁰⁵ Trata-se de fórmula que deve inspirar tanto o trabalho do legislador como o do julgador.

O duplo grau não é uma garantia absoluta da Constituição, tanto que esta própria o excepciona ao prescrever processos de jurisdição única (ex: art. 102, I). Nem o direito à vida, quiçá o mais valioso dentre todos, é absoluto (art. 5º, XLVII, “a”).

Poder-se-ia dizer, no entanto, que seja de jurisdição única ou não, todas as decisões (ao menos as que adentram o mérito) tomadas em tribunal deveriam partir de um órgão colegiado, porque assim exigiria a Constituição. Ocorre que ao determinar a competência de tribunal para julgamento de recurso (ex: art. 105, III), a Lei Maior não impõe o órgão que irá julgá-lo e o relator pode ser considerado um órgão tanto quanto uma turma, câmara ou o plenário.¹⁰⁶ O constituinte nitidamente deixou essa escolha para o legislador regulamentar por lei ordinária e prova maior disto é que quando quis obrigar que

¹⁰⁵ “Em casos concretos, na aplicação dos direitos fundamentais, ocorre muitas vezes o fenômeno da colisão de direitos. Quer dizer, num mesmo caso, podem ser, em tese, aplicados dois direitos diferentes, com consequências muito diversas. (...) A solução de tais colisões é muito delicada e exige muita atenção quanto aos aspectos de fato. Podem-se indicar, todavia, alguns princípios que devem guiá-la. Claro está que o ideal é a conciliação dos direitos, o que nem sempre é possível. Se não o for, cabe recorrer ao princípio de pertinência que envolve uma avaliação de peso – qual o direito mais ‘pesado’, mais importante, no caso em discussão, pois a este se deverá dar preferência” Manoel Gonçalves Ferreira Filho, **Direitos humanos fundamentais**, p. 103.

¹⁰⁶ “Quando a CF 102 II e III e 105 II e III atribui competência ao STF e STJ para o julgamento dos recursos extraordinário e especial, não diz expressamente a qual órgão do tribunal compete o referido julgamento. Em sendo assim, é lícito à lei ordinária conferir poderes ao relator para apreciar a admissibilidade e o próprio mérito daqueles recursos excepcionais, em decisão preliminar, cuja eficácia fica condicionada à não impugnação pela parte ou interessado. A constitucionalidade existe, também, porque o CPC 557 § 1º tornou a decisão monocrática do relator impugnável pelo agravo interno, cuja competência para decidir é do colegiado. Assim, a competência *final* para conhecer do recurso é do órgão *colegiado* do tribunal” Nelson Nery Jr., **Teoria geral dos recursos**, p. 270-271, grifos do autor.

uma decisão fosse tomada por órgão colegiado, assim o fez expressamente (art. 97 – reserva de plenário).¹⁰⁷

Há quem diga, ainda, que a ausência de previsão de intimação do recorrido antes de tomar as decisões¹⁰⁸ com base no *caput* ou §1º-A também o

¹⁰⁷ Peçanha Martins (**Exame do artigo 557 do Código de Processo Civil**, p. 156) se vale do mesmo dispositivo para defender o contrário (a inconstitucionalidade do art. 557). Diz, ainda, na p. 161, que “(...) as disposições do art. 549, par. ún., 550, 551, §§ 1º, 2º e 3º, 554, 555 e 556, do mesmo Código brigam inconciliavelmente com as normas do art. 557 e parágrafos”. *Data maxima venia*, discordamos, uma vez que a hermenêutica impõe que regra especial prevaleça sobre regra geral, sendo este o caso. Mais adiante (p. 162) alega que, “(...) em se concretizando o julgamento monocrático pelo Relator, o advogado não terá a oportunidade de promover a defesa oral”. Ora, mesmo que concretizado o julgamento monocrático, desde que interposto agravo interno e sendo este provido, de acordo com o § 1º do art. 557 o recurso principal terá regular seguimento, tal qual prescreve a respectiva regra geral do CPC. Ademais, com o volume de recursos nos tribunais, com a *maxima venia*, acreditamos que a defesa oral (infelizmente) pouca diferença faz, a menos que se editasse lei obrigando as gravações das audiências, como propõe Paulo Hoffman (**Saneamento compartilhado**, p. 162-165). Embora falando das audiências de instrução, é perfeitamente aplicável ao procedimento recursal sua observação de que “ao advogado habituado com a rotina das audiências de instrução, é comum o sentimento – ao sair da audiência – de que obteve sucesso na produção da prova (o inverso também ocorre), para, após, em momento seguinte, quando relê o termo de audiência, ter a exata impressão de que ela não representa em absoluto o ocorrido. *O que dizer, então, de alguém que lê esses termos sem nunca ter tido o menos contato com as partes?* (...) E mais, para o papel não se conseguem passar trocas de olhares, titubeios, gestos e expressões, que são essenciais para a compreensão do depoimento. (...) Não nos convence o argumento de que o juiz, para proferir a sentença, *ou os desembargadores, por ocasião do julgamento do recurso*, perderão muito mais tempo do que com a simples leitura, bem como que não terão interesse em assistir a tudo, pois, como já afirmado anteriormente, não se pode sequer ser considerada a ideia de que o julgamento do caso ainda em aberto seja perda de tempo, pois o mínimo que se espera de um julgador é que cumpra da forma mais eficiente possível seu dever” (grifos nossos).

¹⁰⁸ “(...) se constata a mitigação do contraditório nos julgamentos dos tribunais com a exacerbação dos poderes dos relatores nos julgamentos monocráticos dos tribunais. O julgamento monocrático dos relatores no âmbito dos processos recursais ganhou, como se sabe, novos contornos com a edição da Lei nº 9.756/98, momento em que a jurisprudência dominante dos tribunais adquiriu mais força ao permitir que o relator não submetesse ao colegiado o julgamento da causa quando sua decisão fosse pautada neste posicionamento dominante, dando ou negando provimento ao recurso. Com esta postura, o relator tolhe a parte interessada de participar eficazmente da formação da decisão judicial, pois retira a possibilidade de efetuar a sustentação dos seus argumentos no momento da sessão de julgamento, uma vez que, mesmo utilizando o recurso previsto para impugnar esta decisão, este não permite a sustentação oral. Assim, as decisões desta natureza mitigam de modo acentuado a oralidade do processo nos tribunais, e, por conseguinte o contraditório influente, retirando sua carga de aceitabilidade racional. A monocrática, apesar de autorizada pelo legislador, se mostra de duvidosa constitucionalidade, sob o ponto de vista do devido processo, sobretudo do contraditório participativo” Marcelo Pereira de Almeida, **Mitigação da oralidade - contraditório influente - exacerbação dos poderes do relator nos julgamentos monocráticos**, p. 491.

tornaria inconstitucional.¹⁰⁹ Também não concordamos e aqui aplicamos o mesmo raciocínio exposto no item 2.4. (necessidade de intimação do recorrido antes de o órgão colegiado julgar o agravo do §1º do art. 557). A concessão de tutela antecipada (art. 273) impõe, em regra, a citação ou intimação prévia da parte contrária, salvo em casos de extrema urgência, apesar de não haver nada expresso neste sentido. No entanto, a interpretação sistemática (e por analogia ao art. 804 do CPC) obriga a intimação. Nem por isso, ao menos hoje em dia, questiona-se sua constitucionalidade.

Pensamos que o projeto do novo CPC (que abordaremos no próximo capítulo) poderia autorizar a ausência de intimação prévia nos seguintes casos: quando o relator negasse seguimento a recurso *manifestamente* inadmissível ou *manifestamente* improcedente. O princípio do contraditório e da ampla defesa, como qualquer princípio, pode ser afastado para fazer prevalecer outros (no caso o da razoável duração do processo e o da efetividade) e nestes casos, a obviedade, aliada ao fato de que a parte contrária teve oportunidade de apresentar contrarrazões no recurso principal, nos leva a crer ser bastante razoável levantar inútil exigência.¹¹⁰ No entanto, o sistema atual, a nosso ver,

¹⁰⁹ Discorrendo sobre o agravo de instrumento, Teresa Arruda Alvim Wambier defende que “(...) pode o relator *negar seguimento* ao agravo liminarmente, nos casos do art. 557 do Código de Processo Civil. Isto pode ser feito independentemente de se ter estabelecido o contraditório e mesmo de o juiz ter prestado informações, já que o agravo, incidindo o art. 557, segue por um outro caminho, diferente e *incompatível* com o art. 527, incisos III a VI. Por esta razão, já que o contraditório *não está formado*, parece que não se aplica ao agravo o § 1º-A do art. 557, ou seja, *o relator não pode, sob qualquer pretexto, dar provimento ao recurso sem estabelecer o contraditório*, por mais *manifestas* que sejam as situações ocorrentes (das listadas no § 1º-A). Esta solução, aliás, decorre da própria letra do inc. I do art. 527, que permite ao relator apenas negar seguimento ao agravo, nada estabelecendo a respeito da possibilidade de o relator dar-lhe provimento” (**Os agravos no CPC brasileiro**, p. 297, grifos da autora).

¹¹⁰ Fabiano Carvalho discorda: “Não pode ser aceito o argumento de que o contraditório já ocorreu quando do processamento do recurso que foi submetido a julgamento unipessoal do relator (...) [pois] o âmbito da matéria constante no agravo interno é, tão somente, a impugnação da decisão do relator, e, sendo assim, não coincide com aquela que fez parte do recurso principal. Nessa ordem de ideias, contraditório no agravo interno manifesta-se por meio dos seus dois significados: I) ciência da existência de um ato processual (agravo interno) que impugna a decisão unipessoal do relator; e II) possibilidade de a parte opor uma reação (resposta) ao recurso (agravo interno) que lhe é contrário”.

não autoriza essa interpretação, até porque o conservadorismo¹¹¹ da maior parte de nossos tribunais anularia decisão do relator tomada desta forma e dilatária ainda mais o processo.

Não aplicamos o mesmo entendimento em relação à negativa de seguimento ou provimento de recurso quanto este ou a decisão que ataca contrastar com súmula ou jurisprudência dominante. Isto porque deve ser dada oportunidade para que a parte contrária possa provar que a tese jurídica de seu recurso ou a decisão que impugna não se insere na matéria/situação disciplinada pela súmula ou jurisprudência tomada como paradigma (*distinguishing*)¹¹², o que logicamente não terá realizado nas contrarrazões.

Princípios do contraditório e da publicidade no agravo interno, p. 80. Concordamos com a inclusão em pauta, em respeito ao princípio da publicidade, de maneira a que a outra parte saiba previamente do julgamento e não seja acoimada de surpresa. No entanto, se a decisão monocrática do relator negou seguimento por inadmissibilidade ou enfrentou o mérito (deferindo ou não o recurso principal), ambos (requisitos de admissibilidade e mérito) não já haveriam sido discutidos e/ou combatidos nas contrarrazões do recurso que ele monocraticamente julgou e que era composto, também, por contrarrazões? Intimar para a parte repetir o que já disse antes é dilação indevida do processo. Se a necessidade da intimação para se defender do agravo interno basear-se apenas na chance da outra parte argumentar que não era o caso de “manifesta” improcedência ou procedência ou de não contrariedade à súmula ou jurisprudência, isto já será avaliado pelo colegiado e em nada (ou muito pouco) contribuiria para mudar a opinião dos magistrados. Fosse um único magistrado a julgar o agravo interno contra a decisão monocrática do relator, aí sim, estaríamos de acordo. Não sendo o caso, se três ou mais juízes deixam passar despercebidas questões atinentes ao conteúdo do agravo (que são bem restritas e cujas possibilidades de contra-argumentação são óbvias), o que é próprio de seus ofícios, então estaríamos diante de um sistema judiciário com pessoas despreparadas. Como não é o caso (a grande maioria dos desembargadores e ministros são pessoas de altíssimo grau de conhecimento e competência, com notável saber jurídico e vasta experiência prévia às suas nomeações, como a CF exige), não vemos sentido algum nessa intimação. O que três ou mais juízes, juntos, não resolvem, neste caso específico e restrito (em que a assimilação dos pontos e contrapontos são claras), ninguém resolverá.

¹¹¹ Há que se recordar, ainda, a necessidade (ou não) de se intimar o Ministério Público antes do julgamento monocrático. Maria Berenice Dias pensa que não: “Os Procuradores de Justiça, em particular, têm arguido de inconstitucional o § 1º do art. 557 do CPC, alegando estar comprometida a indispensável manifestação do agente ministerial previamente ao acolhimento do recurso. Ora, se, no primeiro grau, quando a petição inicial traz pedido liminar ou de tutela antecipada, não se obriga ao juiz ouvir previamente o Ministério Público, o que ocorre também no julgamento conforme o estado do processo, por igual ou maior razão deve o mesmo ocorrer nos tribunais” **As decisões monocráticas do art. 557 do CPC**, *online*.

¹¹² “Nos casos em que o magistrado está vinculado a precedentes judiciais, a sua primeira atitude é verificar se o caso em julgamento guarda alguma semelhança com o(s) precedente(s). Para tanto, deve valer-se de um método de comparação: à luz de um caso concreto, o magistrado deve analisar os

Poder-se-ia dizer que esta oportunidade seria oferecida na possibilidade de interposição do agravo interno (§ 1º), mas melhor que seja oferecida desde o início, de maneira a permitir que o recurso principal siga seu caminho normal e vá direto ao órgão colegiado.

Postos estes argumentos, nos parece que o art. 557 seria inconstitucional apenas se não houvesse a previsão do cabimento de agravo¹¹³ contra a decisão monocrática do relator.¹¹⁴ Assim entendemos porque: a) no caso do *caput* do art. 557, mesmo com duas decisões convergentes, a possibilidade de interposição de agravo influencia o relator a cercar-se de cuidados e técnica ainda maiores antes de tomar uma decisão, cujo *modus operandi* é exceção à regra geral e que, portanto, necessita de um zelo extra, além de, neste caso, por se tratar de excepcionalidade, ser razoável colocar à disposição do sucumbente meio de impugnação adequado, de maneira a evitar

elementos objetivos da demanda, confrontando-os com os elementos caracterizadores de demandas anteriores. Se houver aproximação, deve então dar um segundo passo, analisando a *ratio decidendi* (tese jurídica) firmada nas decisões proferidas nessas demandas anteriores. Fala-se em *distinguishing* (ou *distinguish*) quando houver distinção entre o caso concreto (em julgamento) e o paradigma, seja porque não há coincidência entre os fatos fundamentais discutidos e aqueles que serviram de base à *ratio decidendi* (tese jurídica) constante no precedente, seja porque, a despeito de existir uma aproximação entre eles, algumas peculiaridades no caso em julgamento afasta a aplicação do precedente. (...) Notando, pois, o magistrado que há distinção (*distinguishing*) entre o caso *sub judice* e aquele que ensejou o precedente, pode seguir um desses caminhos: (i) dar à *ratio decidendi* uma interpretação restritiva, por entender que peculiaridades do caso concreto impedem a aplicação da mesma tese jurídica outrora firmada (*restrictive distinguishing*), caso em que julgará o processo livremente, sem vinculação ao precedente; (ii) ou estender ao caso a mesma solução conferida aos casos anteriores, por entender que, a despeito das peculiaridades concretas, aquela tese jurídica lhe é aplicável (*ampliative distinguishing*)” Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Oliveira, **Curso de direito processual civil**, p. 392-393.

¹¹³ “(...) podemos afirmar que a decisão monocrática não viola o princípio do devido processo legal e o direito das partes a uma decisão colegiada, pois a lei permite aos prejudicados ou insatisfeitos, o reexame da causa pelo o órgão colegiado, através da interposição do agravo interno” Renan Segura dos Santos, **Decisão monocrática do art. 557 do Código de Processo Civil conforme os princípios fundamentais do processo**, p. 18.

¹¹⁴ “Consideramos desarrazoadas as críticas que se têm feito quanto à constitucionalidade de se atribuírem tantos poderes ao relator, já que se trata de decisão passível de ser impugnada pelo recurso de agravo (art. 557, § 1º, e art. 545)” Teresa Arruda Alvim Wambier, **Os agravos no CPC brasileiro**, p. 550-551.

decisões monocráticas tomadas a qualquer custo, que seriam mais do que cultuadas diante da sobrecarga de trabalho de nossas Cortes; b) já no caso do §1º-A, a necessidade do agravo decorre da existência de duas decisões unipessoais e opostas, o que traz insegurança jurídica e torna praticamente impossível a uniformização da jurisprudência (os recursos extraordinários têm fundamentação vinculada, o que os torna bem restritos).¹¹⁵

Em sentido oposto, Fabiano Carvalho¹¹⁶ critica o §1º do art. 557:

(...) o principal argumento ostentado pela doutrina acerca da constitucionalidade do art. 557 do CPC encontra-se na possibilidade de a decisão unipessoal do relator ser submetida ao controle do órgão colegiado, por intermédio de agravo (art. 557, § 1º, do CPC). O enunciado, no entanto, contém verdadeira contradição nos termos: se não existe qualquer previsão constitucional que imponha o julgamento de recurso por órgãos colegiados, é claro, claríssimo, que seria completamente desnecessário um recurso de índole ‘controladora’ para justificar a constitucionalidade do julgamento unipessoal. A decisão unipessoal do relator é consumação normal e legal do pleno exercício de sua atividade cognitiva para prestar tutela jurisdicional, uma vez que a lei lhe atribuiu competência.

Não enxergamos qualquer contradição, mas sim coerência sistemática. Contradição seria abrir uma exceção sem meio de controle e impugnação (no caso do *caput*) ou a constante presença de duas decisões divergentes sem a possibilidade do “desempate” (§1º-A), o que contrariaria não

¹¹⁵ “Não se justifica a resistência ainda existente nos tribunais frente a um procedimento legítimo, conveniente e necessário, além de determinado por lei. Todos devemos cumprir a função de dar a cada um o que é seu. Mas o *bem da vida* buscado em juízo deve ser entregue enquanto ainda tenha valor, e que seu titular ainda o receba em vida” Maria Berenice Dias, **As decisões monocráticas do art. 557 do CPC**, *online*, grifos da autora.

¹¹⁶ **Poderes do relator nos recursos**, p. 46-47.

só o interesse das partes, mas principalmente o interesse público em ter acesso a uma justiça coesa e integrada.

2.7 As peculiaridades do cabimento (ou não) do art. 557 nos embargos de declaração, nos embargos infringentes e nos embargos de divergência

Há alguns recursos sobre os quais a aplicação do art. 557 divide doutrina e jurisprudência.

2.7.1 A incidência do art. 557 nos embargos de declaração

Há duas situações bem distintas: a) a possibilidade de o relator julgar monocraticamente os embargos de declaração contra decisão monocrática sua; b) a possibilidade de julgar monocraticamente os embargos de declaração contra decisão do órgão colegiado ao qual pertence.

A primeira não nos parece ser de grande relevância, uma vez que é a regra do art. 536 (que faz referência também ao relator) do CPC. É da natureza deste recurso que o próprio magistrado, cuja decisão o embargante aponta como obscura, contraditória ou omissa, a esclareça ou explique a falta de coerência ou de apreciação de determinado pedido. Logo, o relator terá competência para julgar o aludido recurso contra decisão que proferiu isoladamente, abrangendo tanto o juízo de admissibilidade, como o de mérito. Aqui é caso de incidência do art. 536, nada tendo a ver com o art. 557.

Outra situação é permitir ao relator, monocraticamente, julgar (o mérito) dos embargos de declaração contra decisão conjunta do órgão ao qual pertence. Tal interpretação vai de encontro aos princípios da segurança jurídica e do juiz natural,¹¹⁷ a uma porque traz intranquilidade jurídica ao se autorizar um único juiz a esclarecer uma decisão tomada em conjunto, e a duas porque não pode ser (não há lógica) competente para esclarecer uma decisão um único juiz que participou de sua prolação (e cujo voto pode ter sido vencido), quando foi aquela tomada colegiadamente.¹¹⁸ Não se pode conceber que um fale por todos.¹¹⁹

Não vemos qualquer problema, entretanto, em o relator, monocraticamente, negar seguimento aos embargos de declaração oferecidos contra a decisão de órgão colegiado com fundamento na *manifesta* inadmissibilidade (*caput* do art. 557). Isto porque a admissibilidade está ligada aos requisitos vinculados unicamente ao instrumento recurso (no caso embargos de declaração), nada tendo a ver com o os fatos e tese jurídica dos autos (mérito). Não há por que obrigar os embargos a seguirem para o colegiado

¹¹⁷ Theotonio Negrão *et al.* ressaltam que a impossibilidade de o relator julgar monocraticamente embargos de declaração contra decisão tomada colegiadamente “(...) comporta mitigações. O próprio RISTJ 263 § 2º autoriza o julgamento monocrático dos embargos dirigidos a acórdão, quando estes forem ‘manifestamente incabíveis’. Logo, a rejeição ou o não-conhecimento dos embargos contra acórdão por decisão unipessoal é autorizado, por exemplo, no caso de intempestividade” Item art. 557: 2ª em **CPC e legislação processual em vigor**, p. 802.

¹¹⁸ “Vai de encontro às noções mais elementares de lógica e coerência entender que um acórdão proferido de acordo com a vontade de órgão colegiado possa ser complementado (ou não) de acordo com o posicionamento individual de apenas um dos participantes desse órgão” Patrícia Carla de Deus Lima, **Sobre o julgamento monocrático dos embargos de declaração, nos tribunais, de acordo com a regra do art. 557 do CPC**, p. 474.

¹¹⁹ Contra e admitindo o julgamento monocrático de embargos de declaração contra decisão colegiada: “O argumento utilizado no sentido de que, em se tratando de embargos de declaração, estes devem ser apresentados em mesa para julgamento, de forma a inviabilizar o julgamento pelo relator, não convence, quer porque os embargos de declaração estão elencados entre os recursos previstos no art. 496, inciso IV, do CPC, quer porque, também, a exemplo dos recursos de apelação e dos embargos infringentes, nesses casos, cabe ao revisor ‘pedir dia para julgamento’ (art. 551, § 3º, do CPC), e nem por isso tais recursos são excluídos pela previsão legal (o art. 557 diz que ‘O relator negará seguimento a recurso (...)’)” Accácio Cambi, **Aspectos polêmicos na aplicação do art. 557 do CPC**, p. 19.

quando oferecido dez dias após a decisão contra a qual se insurge, se o prazo para sua oposição é de cinco dias. Ademais, eventual injustiça na decisão do relator poderá ser corrigida por meio do agravo interno¹²⁰ de competência do colégio de juízes.

2.7.2 A incidência do art. 557 nos embargos infringentes

Reza o art. 530 do CPC que cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime reformar sentença de mérito em grau de apelação ou julgar procedente ação rescisória, sendo que o recurso estará restrito apenas à matéria objeto da divergência.

Inicialmente, registramos nossa crítica à previsão de um recurso, cujo único resultado prático é dilatar o processo indevidamente. Seja em que instituição for, nunca será fácil (e raramente ocorrerá) que uma decisão originada do voto de uma pluralidade de pessoas seja unânime. A exceção está naqueles tribunais mais sobrecarregados, onde os demais membros do órgão costumam seguir o voto do relator por “conveniência”, dada a fila interminável de recursos aguardando apreciação, de maneira a deixar exame mais detido apenas às causas mais complexas.

Não deve ser meta da Justiça atingir esta unanimidade ou obrigar que se repita a votação com base na possibilidade dos votantes mudarem de ideia e, em nova maioria, tomarem decisão distinta. O Direito, como toda ciência, não é estanque e evolui ao longo do tempo. O raciocínio dos

¹²⁰ Para Peçanha Martins, no entanto, “(...) poucos serão os benefícios para imprimir maior celeridade aos julgamentos dos recursos especiais. Em verdade, vamos conhecer uma avalanche de agravos contra as decisões monocráticas, mesmo com a ameaça constante no § 2º, até porque, com relação ao agravo, a inadmissibilidade e a falta de fundamentação não serão de fácil configuração” **Exame do artigo 557 do Código de Processo Civil**, p. 163.

magistrados deve acompanhar essa evolução e é natural que, ao passar do tempo e com o aprofundamento de estudos e pesquisas, os juristas (sejam advogados, juízes, promotores etc.) mudem de corrente, posição, opinião acerca de determinada matéria.

No entanto, mudar de entendimento em dias, semanas ou poucos meses (a depender de quanto tempo tramitar os referidos embargos) fere a segurança jurídica, que é exatamente o que se pretende respeitar com os embargos infringentes.¹²¹ Ora, não se nega que o juiz não pode ser como um “robô” que apenas obedece a comandos, no sentido de ter uma atuação passiva e congelada no tempo, aplicando determinada norma sempre no mesmo sentido, não importa o tempo de sua vigência, o contexto histórico em que se encontra ou a evolução da tábua de valores da sociedade. Já dissemos que estamos em estágio mais avançado do Direito, que clama por um juiz ativo, atento aos fatores sociais contemporâneos à tomada da decisão e ciente que as normas podem sofrer mutação de seu significado sem alteração de texto.

Outra coisa bem diferente é a constante, desarrazoada e sem critérios mudança de opinião acerca da mesma matéria em curto espaço de tempo. Isso é, no mínimo e *data maxima venia*, temerário, suspeito, e amoral. Afinal, uma decisão é um ato técnico, que deve ser tomado, logo de primeira, com base em critérios, normas, princípios e garantias do sistema constitucional e processual vigentes.

Tampouco nos convence o argumento de que um novo relator (que não participou do pretérito julgamento) pode ser chamado a integrar o

¹²¹ “Opta-se pela segurança jurídica em detrimento da celeridade processual, pois, não raras vezes, quem mais bem aprecia a causa, percebendo determinado detalhe, sobretudo em matéria de fato, é o prolator do voto vencido” Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha, **Curso de direito processual civil**, p. 212.

órgão colegiado no julgamento dos embargos, desde que assim preveja a norma regimental (art. 534 do CPC), aumentando, assim, a chance de se reverter o primeiro resultado. Se a intenção é “prestigiar” (entendemos exatamente o oposto, isto é, que se desrespeita) exageradamente a segurança jurídica, então por que serem cabíveis apenas em grau de apelação (quando o acórdão não unânime houver reformado a sentença) ou em ação rescisória (julgada procedente por acórdão não unânime)? Por que não admiti-los contra todo e qualquer acórdão não unânime?

Ademais, se o recurso principal já foi objeto de decisão em primeira instância e de decisão colegiada em segunda instância, não já é suficiente? Uma hora tem de parar. Se tivéssemos estrutura a fim de permitir uma duração justa e eficiente dos processos (o que não é o caso), poder-se-ia até cogitar os tais embargos, em nome da maior segurança jurídica possível, embora ainda assim prefiramos ser contrários. No entanto, aqui no Brasil, não dá! Não com o Judiciário como está (travado) e com a quantidade de recursos existentes em nosso ordenamento, em que pese reconhecermos não serem estes os únicos (e nem os maiores) culpados pela morosidade processual.

E mais: não é possível atingir uma verdade real propriamente dita, mesmo com julgamentos infinitos realizados por número cada vez maior de magistrados. O juiz debruça-se sobre uma “reconstituição” ou “reconstrução” dos fatos como supostamente ocorreram, sendo impossível saber como, de fato, ocorreram (apenas quem os vivenciou sabe), ou pode-se dizer que, em relação aqueles mesmos fatos, a verdade para um, pode não ser a verdade para o outro. Assim é que o fim maior do processo é conferir à parte vencedora a concretização de seu direito material, baseado na “verdade” mais justa possível que o processo conseguiu atingir.

Não é da natureza humana o compartilhamento de opiniões iguais e gratos devemos ser a esta nossa característica, tão importante para a evolução de nossa sociedade. São as diferenças que nos desafiam a questionar e solucionar as adversidades humanas e que dão prazer e graça à vida.

Portanto, se a maioria decidiu em determinado sentido, que assim seja, pois dificilmente os vencidos mudarão de opinião (ou não deveriam mudar tão rapidamente, como se disse acima). A tarefa terá sido suficientemente cumprida.

Com exceção à possibilidade de se exercer juízo de admissibilidade negativo (ao qual aplicamos o mesmo raciocínio do item anterior), não se pode conceber a incidência do art. 557 sobre os embargos infringentes, permitindo que um único juiz reverta uma decisão tomada em conjunto com dois ou mais magistrados.¹²² Fere o princípio da razoabilidade, afronta a razoável duração do processo (pois seguramente a parte sucumbente na decisão monocrática interporá agravo interno) e golpeia a própria lógica e a razão de ser do recurso, que é fazer prevalecer o(s) voto(s) vencido(s) mediante retratação (o que de fato é) do(s) magistrado(s) cujo(s) voto(s) foi ou foram vencedor(es) no primeiro escrutínio.

Isto é, a maioria decide em determinado sentido (ex: 2 vs 1) e o relator isoladamente decide, sozinho, contrário à maioria (um voto prevalecendo sobre dois, por exemplo).

Ademais, se o relator monocraticamente indefere os embargos, o voto vencido não prevalece, quando haveria mais chances de isto

¹²² “Representaria grave e flagrante contra-senso atribuir-lhe competência para decidir se a tese do voto vencido, talvez de sua autoria, contrasta ou não com a jurisprudência dominante” Araken de Assis, **Manual dos recursos**, p. 272.

acontecer se levado direto ao órgão colegiado (é mais rápido, portanto, levar direito ao colegiado, sem aplicar o art. 557). Se, por outro lado, ele defere os embargos, o voto vencido prevalece, mas de maneira autoritária, uma vez que um único magistrado faz predominar, isoladamente, seu entendimento minoritário contra outro majoritário tomado em conjunto, o que contraria o próprio objetivo dos embargos, que seria garantir a decisão mais justa e tecnicamente correta possível, abrindo oportunidade para que um acórdão não unânime tenha a chance de ser reformado no sentido contrário, porque assim os magistrados supostamente debruçar-se-iam mais profundamente sobre a matéria ao analisá-la duplamente.

2.7.3 A incidência do art. 557 nos embargos de divergência

Nos termos do art. 546, incisos I e II, do CPC, cabem embargos de divergência contra decisão em recurso especial de turma que divergir de julgamento de outra turma, seção ou órgão especial (STJ); ou contra decisão em recurso extraordinário de turma que divergir de outra turma ou do Plenário (STF).

Patente está a finalidade deste recurso: uniformizar a jurisprudência dentro da mesma Corte. Remetemos o leitor para o item anterior, uma vez que as mesmas considerações aqui se aplicam, de maneira que admitimos o julgamento monocrático por manifesta inadmissibilidade, mas discordamos da incidência do art. 557 no que envolve o juízo de mérito (seja negativo ou positivo).

Uma sutil diferença: deixar que um único magistrado decida pelo tribunal inteiro, quando o propósito do recurso é uniformizar a jurisprudência, fará que esta se torne ainda mais incongruente.¹²³

Afinal, qual dos dois entendimentos deverá ser considerado o pacífico ou majoritário no tribunal? Aquele que, entre as turmas competentes, tiver sido aplicado o maior número de vezes colegiadamente, ou aquele que supostamente unificou o entendimento do tribunal por meio de decisão em embargos de divergência julgados monocraticamente? Fica a reflexão.

¹²³ O STJ, entretanto, admite, a exemplo de recente julgado da Corte Especial, segundo o qual “(...) A circunstância de o relator haver admitido os embargos de divergência para processamento não impede que, posteriormente, atento aos ditames do art. 557, *caput*, do CPC proceda ao julgamento monocrático do recurso, em caráter definitivo.(...)” AgRg nos EREsp 875618/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 03-10-2010, DJe 01-02-2013.

3. OS PODERES DO RELATOR NO (ANTE)PROJETO DO NOVO CPC

A matéria análoga ao objeto do nosso estudo estava assim sugerida no anteprojeto (primeira redação) do novo CPC:

Art. 853. Incumbe ao relator:

(...)

III – negar seguimento a recurso inadmissível, prejudicado ou que afrontar:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, de tribunal superior ou do próprio tribunal;

b) decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal ou por tribunal superior em julgamento de casos repetitivos;

IV – dar provimento ao recurso se a decisão recorrida afrontar:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, de tribunal superior ou do próprio tribunal;

b) decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal ou por tribunal superior em julgamento de casos repetitivos;

(...)

§ 1º Da decisão proferida nos casos dos incisos III e IV caberá agravo interno, no prazo de quinze dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator incluirá o recurso em pauta para julgamento.

§ 2º Quando manifestamente inadmissível o agravo interno, assim declarado em votação unânime, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

De início, não compreendemos o porquê da insistência em manter o vocábulo “prejudicado” (inciso III), uma vez que se insere na

“inadmissibilidade”, por ausência de um dos requisitos de admissibilidade, qual seja o interesse de agir. Também permanece a atecnia na referência ao “recurso” que afrontar, quando na verdade é a tese jurídica do recurso que afronta (súmula, decisão etc.).

As hipóteses da alínea “a” do inciso III estão previstas atualmente no *caput* do art. 557 de nosso ainda vigente CPC de 1973, ao qual já tecemos nossas considerações (item 2.2) Nota-se, contudo, algumas importantes diferenças:

a) a inadmissibilidade, a prejudicialidade e a afronta às referidas súmulas não precisam mais ser “manifestas”, o que repugnamos, uma vez que não sendo caso claro/evidente/praticamente incontestável de inadmissibilidade, a parte contrária irá certamente interpor agravo ao colegiado, o que dilatará o tempo do procedimento desnecessariamente, incluindo uma fase a mais, quando poderia ir direto para o órgão plural competente;

b) retirou-se a referência à jurisprudência dominante, o que não concordamos, porquanto a súmula nada mais é do que o resumo, em um enunciado votado pela maioria absoluta do Tribunal (art. 479 CPC), de determinada jurisprudência dominante na Corte. Abarrotadas que estão estas Casas, com mais processos do que suportam suas capacidades de julgamento, dois dos problemas que se pretende combater com o novo Código – inefetividade e morosidade da Justiça – agravar-se-ão caso aprovada a redação como está. Afinal, não se pode negar que há e continuará havendo jurisprudências (aqui, sim, no plural, por referir-se a matérias várias) dominantes não sumuladas;

c) retirou-se, também, a possibilidade de se negar seguimento por manifesta improcedência, cujas críticas que fazemos são as mesmas que dirigimos à ausência de referência à jurisprudência dominante, extirpando possibilidade mais do que legítima para o abreviamento do procedimento recursal.

A novidade está na possibilidade de se negar seguimento ao recurso [*rectius*: cuja tese jurídica] contrariar decisão do STF ou de tribunal superior em causas repetitivas (alínea “b” do inciso III). Louvamos a iniciativa que é uma decorrência lógica de aquela decisão já representar uma jurisprudência dominante, uma vez que, ao aplicar o mesmo entendimento a diversos feitos envolvendo a mesma matéria, o tribunal pacifica sua interpretação sobre o tema. Ressalte-se, entretanto, que esta previsão contraria a exclusão da hipótese de se negar seguimento a recurso em razão de jurisprudência dominante (a tradicional, formada ao longo do tempo, não oriundas de julgamentos únicos de causas repetitivas).

À alínea “b” do inciso IV – que se refere à afronta da decisão atacada pelo recurso de decisões oriundas de julgamentos de casos repetitivos – aplicamos o mesmo raciocínio, apenas com a diferença de que aqui o relator dará provimento (juízo de mérito positivo).

A alínea “a” do mesmo inciso determina que o relator dê provimento ao recurso se a decisão que ataca afrontar súmula do STF, de tribunal superior ou do próprio tribunal. Celebramos a redação em sua maior parte e remetemos o leitor às considerações já feitas em relação ao atual §1º-A do art. 557 (item 2.3), tecendo uma única crítica: o acréscimo da determinação ao relator de dar provimento ao recurso, quando a decisão recorrida afrontar súmula do próprio tribunal. Neste caso, haveria duas decisões (monocráticas) divergentes: a do juiz

de primeiro grau e a do relator, o que geraria insegurança jurídica, intranquilidade e desrespeito ao princípio da dupla conformidade, que num juízo de ponderação e razoabilidade, deveria fazer-se presente em tais casos.¹²⁴

Poder-se-ia dizer que, nas demais hipóteses (súmula do STF ou de tribunal superior), também haveria duas decisões divergentes. No entanto, como já delineado no segundo capítulo (item 2.3), a previsão quase certa da decisão que o tribunal superior ou o STF tomaria caso o feito para lá subisse justifica o abreviamento procedimental por meio do provimento monocrático dado pelo relator, seja porque aqui a ponderação e a razoabilidade permitem, por uma questão lógica, a prevalência da razoável duração sobre a dupla conformidade, seja porque haveria uma dupla conformidade virtual. As duas interpretações nos parecem coerentes.

Mais uma vez criticamos a exclusão da expressão “jurisprudência dominante do STF ou de tribunal superior” (com a diferença que neste caso – inciso IV e alíneas – serviria de referência ao relator para dar provimento ao recurso) e aplicamos o mesmo raciocínio desenvolvido para a alínea “a” do inciso III.

A possibilidade de se interpor agravo contra a decisão do relator permanece (§1º) com a única diferença em relação ao prazo, isto porque a comissão elaboradora do anteprojeto pretende unificar o prazo de todos os recursos em quinze dias, salvo os embargos de declaração.

¹²⁴ Pior se súmula do tribunal contrastar com a tese dominante no tribunal superior ou STF, caso em que alongar-se-á ainda mais o processo: “Não tem sentido o relator, no tribunal de segundo grau, utilizar poderes monocráticos para ajustar uma decisão ou sentença conforme com a jurisprudência nele dominante, mas desconforme com a dominante nos tribunais superiores” Carreira Alvim, J.E. **Ação monitória e temas polêmicos da reforma processual**, 83.

O §2º também mantém o poder-dever do tribunal em aplicar a multa quando entender que o agravo é manifestamente inadmissível, no entanto exige que para ser assim considerado deverá ser submetido à votação unânime do tribunal. Ora, o acréscimo desta exigência torna inócuo todo o dispositivo, uma vez que tornar-se-á bem mais difícil, em alguns casos quiçá impossível, de se considerar o agravo *manifestamente* inadmissível unanimemente.

Com isso, cria-se uma fase a mais e desnecessária no procedimento recursal, uma vez que o recorrido não hesitará em se insurgir contra a decisão do relator, senão sempre, quase sempre. Se é para ser assim, então que se exclua a possibilidade do julgamento monocrático a fim de o recurso ir direto ao órgão (colegiado) originariamente competente.

Ainda que se defenda que as hipóteses de *manifesta* inadmissibilidade sejam tão evidentes que será fácil atingir a unanimidade na votação, a simples exigência de submeter o juízo de admissibilidade ao escrutínio de todos os integrantes do órgão já representa uma dilação por si só, pois não é difícil imaginar que algumas Cortes interpretariam o dispositivo de maneira a abrir uma votação à parte apenas com o intuito de decidir se aquele agravo é ou não *manifestamente* inadmissível.

O Senador Valter Pereira, relator-geral do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 166¹²⁵ apresentou as seguintes alterações (em negrito) ao texto original em seu relatório:

Art. 888 – Incumbe ao relator:

(...)

¹²⁵ Vide quadro comparativo no sítio eletrônico do Senado Federal: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=84496>>.

III - negar seguimento a recurso inadmissível, prejudicado **ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão ou sentença recorrida;**

IV – **negar provimento** a recurso que contrariar:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do **Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;**

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

V - dar provimento ao recurso se a decisão recorrida contrariar:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do **Superior Tribunal de Justiça** ou do próprio tribunal;

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

A primeira diferença (em relação à redação original do anteprojeto) está no inciso III, do qual retira-se a referência à afronta de súmulas (a qual se desloca para o inciso IV, que trata da negativa de provimento) e acrescenta-se a possibilidade de se negar seguimento a recurso que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão ou sentença recorrida. Não concordamos com a aparente escolha do legislador, por meio desta alteração, em adotar a tese da doutrina de que a expressão “negar seguimento” refere-se exclusivamente ao juízo de admissibilidade.

De qualquer forma, embora concordemos com a aplicação do princípio da dialeticidade para a aplicação do não conhecimento monocrático de recurso, entendemos que a não impugnação específica há de ser bem clara, absurda,

manifesta. Em não sendo assim, estimular-se-á, ainda mais, a demora processual, vez que quase todos (senão todos) recorrerão ao colegiado.

Outro ponto foi a exclusão da referência à súmula do STF, de tribunal superior ou do próprio tribunal como possibilidade de negativa de seguimento de recurso que contrariá-las, e incluí-las como possibilidade de negativa de provimento (em outro inciso, o IV), adotando, assim, repita-se, a tese de que “negar seguimento” refere-se apenas ao juízo de admissibilidade, jamais de mérito. O legislador retroage, tirando a possibilidade do relator de exercer, monocraticamente, juízo de admissibilidade negativo com base em súmulas.

Tome-se como exemplo a Súmula 14 do STJ, segundo a qual “a divergência de julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial”. A Constituição, por sua vez, afirma que compete ao STJ julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos TRF’s e TJ’s (art. 105, III, “c”), quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal. Logo, caso aprovado o projeto da forma como apresentada no relatório geral do Senado, o relator do recurso especial não poderia, neste caso (recurso especial com fundamento em divergência dentro do mesmo tribunal), não conhecê-lo monocraticamente, apesar de manifestamente inadmissível. Teria o recurso, portanto, de sofrer juízo de admissibilidade negativo por parte de todos os integrantes do órgão colegiado (negativo por ausência do requisito cabimento).

Critica-se, ainda, a troca de “tribunal superior” por “Superior Tribunal de Justiça” em todo o dispositivo, eliminando o mecanismo de julgamento antecipado e monocrático pelo relator das justiças do trabalho, eleitoral e militar.

No inciso IV (hipóteses de negativa de provimento), em comparação ao anterior (hipóteses de negativa de seguimento), troca-se “casos repetitivos” por “recursos repetitivos”, que exclui a aplicação do dispositivo, por exemplo, para as ações rescisórias e outras de competência originária de tribunal.¹²⁶

O inciso V (hipóteses de juízo de mérito positivo) traz as mesmas hipóteses do inciso anterior, com a óbvia diferença que deve ser a decisão recorrida o parâmetro de comparação e não a tese jurídica do recurso. A referência apenas ao STJ e à possibilidade de se levar em conta súmula do mesmo tribunal sofrem as mesmas críticas por nós já feitas neste capítulo em relação à redação original do anteprojeto.

Observa-se, ainda, o acréscimo de uma alínea “c” tanto no inciso IV (juízo de mérito negativo) como no inciso V (juízo de mérito positivo), que traz como parâmetro de comparação (que a tese jurídica do recurso contraria ou a

¹²⁶ Embora em interpretação sistemática possamos elastecer a abrangência do vocábulo “recursos”, a adoção da expressão “casos repetitivos” acabaria com o debate da doutrina acerca da incidência do art. 557 em outros meios de impugnação e determinadas ações. Fagundes Cunha defendia a aplicação do referido dispositivo no processamento do mandado de segurança regulado pela lei antiga (atualmente vigora a Lei 12.016/2009), mas de qualquer forma ainda são pertinentes suas alegações: “(...) o poder monocrático do relator é derivado do poder do colegiado, a quem o relator ‘presenta’ e que a vontade manifestada pelo relator não é a sua, mas a do órgão que integra e que dele recebeu delegação. (...) A cognição monocrática não é menos abrangente que a cognição que faria a turma julgadora; deve ser fundamentada de forma mais densa porque o *caput* do art. 557 mantém a expressão *manifestamente*, e seu novo § 1º-A também se refere a *manifesto*. As expressões exigem a percepção de fundamentos que possibilitem a sustentação da valoração que desde logo se pode dar acolhimento ou lhe negar seguimento. Ora, no mandado de segurança, para que se possa conceder a ordem, há necessidade de prova incontroversa, ou pré-constituída, com direito líquido e certo. O direito líquido e certo deverá, se possível a aplicação do art. 557 do CPC, ser demonstrado de acordo com a expressão *manifestamente*” **O mandado de segurança e a aplicação do art. 557 do CPC**, p. 150-151, grifos do autor. Abrimos aqui um parêntese para registrar interessante posicionamento de Fabiano Carvalho, com o qual concordamos, no sentido de que o relator exerce *competência funciona horizontal e não age como delegado da órgão colegiado* (caso em que permitida seria a avocação), como dito alhures por Fagundes Cunhas e também pelo já citado José Antônio Almeida (**O agravo interno e a ampliação dos poderes do relator**, p. 404). Segundo Fabiano Carvalho: “A funcionalidade do relator provém da lei e não do órgão colegiado; tampouco se trata de competência passageira. Entendimento contrário impeliria à conclusão de que a decisão do juiz de primeiro grau também seria *preliminar*, uma vez que atuaria com função *delegada* do órgão (sentido *lato sensu*) no qual exerce sua função judicante. E, ainda mais: significa retirar a *imperatividade* da decisão do relator” (**Poderes do relator nos recursos**, p. 53, grifos do autor).

decisão recorrida afronta, respectivamente) “entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência”.

O incidente, inovação do projeto do novo CPC, é um mecanismo através do qual um tribunal poderá fixar uma tese jurídica a respeito do caso discutido nos autos e, daí por diante, aplicá-la a todas as demandas em idêntica situação. Evita-se, assim, que feitos que abordem iguais questões de direito tenham soluções divergentes. Ressalte-se que a tese terá efeito vinculante sobre todos os processos que envolverem casos idênticos dentro da circunscrição territorial que o tribunal abrange.¹²⁷

À primeira vista, parece-nos instituto temerário, principalmente em um CPC que prega a possibilidade de se alterar o pedido e a causa de pedir até a prolação da sentença (art. 314 do projeto original). Casos semelhantes não são casos idênticos e, embora seja uma medida com boas intenções, o modo de sua aplicação deve ser bem restrito. De qualquer sorte, foge ao objeto do nosso trabalho e demandaria maior aprofundamento a fim de se ter um correto discernimento e adotar um posicionamento definitivo e coerente.

A assunção de competência, embora pouquíssima utilizada, já existe em nosso atual CPC, no §1º do art. 555. Trata-se de instituto através do qual o relator, verificando estar diante de caso ao qual têm sido aplicadas decisões diferentes por turmas ou câmaras e que envolve relevante interesse público, propõe seja a apelação ou agravo de instrumento julgado por outro órgão que o regimento indicar (ex: Seção), de maneira a servir de orientação jurisprudencial a ser observado pelos órgãos do tribunal em casos iguais. Parece-nos que a assunção de competência pode legitimamente servir como referência para negativa de provimento e desde que vincule apenas o tribunal e não os juízes de

¹²⁷ Diogo Henrique Dias da Silva, **Incidente de resolução de demandas repetitivas**, *online*.

primeiro grau da área territorial sobre a qual a Corte exerce jurisdição. Não concordamos, por outro lado, que se aplique o mesmo instrumento para se dar provimento ao recurso, pois estaríamos diante de duas decisões divergentes proferidas por dois magistrados isoladamente, com forte desconsideração aos princípios da segurança jurídica e dupla conformidade.

O projeto encontra-se atualmente na Câmara dos Deputados (onde recebe outro número: 8046/2010) e sofreu alterações apenas de caráter organizacional (deslocando o verbo “contrariar” dos incisos IV e V para as respectivas alíneas), além de ter acrescentado um parágrafo único determinando ao relator conceder prazo de cinco dias para sanar vício ou complementar documentação exigível antes de considerar inadmissível o recuso. Assim ficou:

Art. 945. Incumbe ao relator:

III – negar seguimento a recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão ou sentença recorrida;

IV – negar provimento a recurso:

- a) que contrariar súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;
- b) que contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- c) contrário a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

V – dar provimento ao recurso:

- a) se a decisão recorrida contrariar súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;
- b) se a decisão recorrida for contrária a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- c) se a decisão recorrida contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

Parágrafo único. Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de cinco dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

Arrematamos, portanto, com base na análise realizada neste capítulo que, aprovado como está, o novo CPC “anda para trás” no que tange aos poderes do relator de julgar monocraticamente os recursos.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, perquirimos, *pari passu*, os poderes do relator no art. 557 do Código de Processo Civil, reunindo as mais variadas opiniões dos doutrinadores que debruçaram-se especificamente sobre o tema, sem deixar, por óbvio, de expor nosso próprio posicionamento. Não era nosso objetivo – e seria impossível até mesmo em tese de doutorado o que dirá em uma modesta monografia – angariar *todas* as obras referentes ao tema, no entanto amalgamamos um conjunto consideravelmente abundante para o fim proposto, que era o de uma compilação a respeito da matéria.

Observamos que, inicialmente, o art. 557 do CPC era de pouco interesse da doutrina e da jurisprudência, passando posteriormente a ser dispositivo entre os mais investigados por processualistas civis, diante das modificações sofridas por meio das Leis 9.139/1995 e 9.756/1998, que ampliaram sobremaneira os poderes do relator. A exceção do julgamento monocrático elasteceu-se. Se antes abrangia apenas o recurso de agravo, passou a incidir sobre todos os recursos de uma maneira geral, em que pese as mais variadas restrições a depender da espécie recursal, como abordado ao longo do texto.

Não foi apenas a incidência sobre maior número de recursos que se aumentou, mas também as situações em que poderia ser aplicado. Antes só por manifesta improcedência e, hoje, abrangendo juízos de admissibilidade e de mérito, negativos e positivos, desde que *manifestamente* improcedentes e (in)admissíveis ou *manifestamente* em contraste com súmulas e jurisprudência dominante de tribunais. O resultado foi uma maior relevância do papel do relator, que passou de mero preparador do feito a verdadeiro “porta-voz” do colegiado nas referidas situações.

Não se tem notícia, contudo e como visto, da real eficiência dos mecanismos postos à disposição do art. 557 e §§, pondo em cheque a ainda consagrada crucificação dos recursos, como se fossem estes os principais responsáveis pela duração exagerada dos processos. Tem se tornado cada vez mais patente que o problema recai mais sobre a (falta de) estrutura do nosso Poder Judiciário, sucateado, falido e objeto de pouquíssimo interesse político, até mesmo, talvez, por ser o Estado parte na esmagadora maioria dos processos.

Por outro lado, enquanto nosso Judiciário não recebe os investimentos necessários, reconhece-se a importância do art. 557 como paliativo necessário à sobrevivência de alguma efetividade nos processos.

Dessarte, analisamos que tanto nas situações previstas no *caput* (negará seguimento), como no §1º (poderá dar provimento), está o relator diante de poder-dever, não cabendo-lhe qualquer discricionariedade na tomada de decisão, mas tão somente a interpretação (uma única possível, demonstrada por meio da fundamentação e respeitado o livre convencimento) do fato sobre a norma, que inexoravelmente o guiará para apenas um caminho. Em suma, presentes os pressupostos do *caput* e §1º do art. 557, o relator deverá aplicá-lo, não competindo-lhe escolher se efetua o julgamento monocrático ou se remete o feito à apreciação do colegiado.

Erguidas estas premissas, verificamos que as possibilidades de negativa de seguimento (*caput*) – que envolvem manifesta inadmissibilidade ou improcedência da tese do recurso ou o manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de tribunal superior – são mais restritas do que aquelas de deferimento (§ 1º-A), que só assim

permite decidir o relator se a decisão recorrida estiver em manifesto contraste com súmula ou jurisprudência do STF ou de tribunal superior.

A diferença, inferimos, encontra justificativa no princípio da dupla conformidade, de maneira que no *caput* duas decisões convergentes seriam suficientes para a tranquilidade das partes e respeito à segurança jurídica, ao passo que permitir o provimento por “manifesta procedência” implicaria exatamente no contrário, já que se estaria diante de duas decisões (unipessoais) conflitantes. Deferir o recurso, porque a decisão recorrida está em manifesto contraste com súmula ou jurisprudência do STF ou de tribunal superior, justifica-se em razão de uma dupla conformidade “virtual”, uma vez que já se sabe, com quase certeza, o desfecho que o feito teria naqueles tribunais (em consonância com a decisão do tribunal local, portanto “duas” decisões conformes).

O mesmo não ocorreria se o §1º-A permitisse o deferimento do recurso quando a decisão recorrida estivesse em manifesto contraste com súmula ou jurisprudência do respectivo tribunal apenas, haja visto que se a referida súmula ou jurisprudência dominante contrariar aquelas do STF ou de tribunal superior, no lugar de abreviar o processo, será ele indevidamente dilatado, pois o julgamento monocrático constituir-se-á em uma fase a mais e desnecessária a ser atravessada, já que o certamente, ciente da posição dos tribunais de superposição, a parte derrotada insurgir-se-á da decisão do relator.

O § 1º, averiguamos, é o mecanismo de controle e fiscalização da parte que sai vencida no julgamento monocrático, possibilitando à esta impugnar a decisão do relator e levar o feito à apreciação do colegiado. No entanto, para que a previsão deste recurso de agravo interno não tornasse todo o art. 557 sem eficácia, o § 2º tenta equilibrar toda a ideia por trás do referido dispositivo,

desencorajando o recorrente com intuito meramente protelatório, que poderá ser multado de forma ainda mais rigorosa do que aquela genérica do art. 17, VII c/c art. 18, ambos do CPC.

Terminada a análise da estrutura do art. 557, passamos a investigar se estaria ou não conforme os preceitos constitucionais. Foi na tentativa de oferecer um acesso à justiça concreto (e não meramente formal) e efetivo, que desde o início, já no primeiro capítulo, começamos a enxergar traços de sua constitucionalidade.

Mas não só. No tópico específico, observamos que a Constituição em nenhum momento referiu-se à qual órgão competiria o julgamento dos recursos, sendo o relator tão órgão quanto o colégio de juízes, deixando ao legislador comum regular este ponto. Ainda, a possibilidade de o vencido da decisão monocrática insurgir-se contra a decisão do relator e a necessidade de se intimar o recorrido, via de regra, antes das decisões previstas no art. 557 (em que pese o seu silêncio e em razão da interpretação sistemática) reforçam sua constitucionalidade.

Passamos, então a analisar a incidência do dispositivo objeto de nosso estudo sobre algumas espécies recursais.

Posicionamo-nos contra o julgamento de mérito dos embargos de declaração contra decisão colegiada, pois além da lógica, diferente interpretação iria de encontro aos princípios da segurança jurídica e do juiz natural. Admitidos, no entanto, que o relator negue seguimento aos embargos de declaração oferecidos contra a decisão de órgão colegiado com fundamento na *manifesta* inadmissibilidade. Isto porque a admissibilidade está ligada aos

requisitos vinculados unicamente ao instrumento recurso (no caso embargos de declaração), nada tendo a ver com a tese jurídica dos autos.

Em relação aos embargos infringentes, com exceção à possibilidade de se exercer juízo de admissibilidade negativo (ao qual aplicamos o mesmo raciocínio dos embargos de declaração), não concebemos um único juiz revertendo uma decisão tomada em conjunto com dois ou mais magistrados por ferir os princípios da razoabilidade e da razoável duração do processo (pois seguramente a parte sucumbente na decisão monocrática interporá agravo interno), além de anular a própria lógica e a razão de ser do recurso, que é fazer prevalecer o(s) voto(s) vencido(s) mediante retratação (o que de fato é) dos magistrados cujos votos foram vencedores no primeiro escrutínio.

No que tange aos embargos de divergência, posicionamo-nos, uma vez mais, pelo julgamento monocrático por *manifesta* inadmissibilidade, mas discordamos da incidência do art. 557 no que envolve o juízo de mérito (seja negativo ou positivo), por razões parecidas com aquelas dos embargos infringentes (deixar que um fale pelos demais afrontando os já mencionados princípios), mas com a sutil diferença que, neste caso, o propósito desta espécie recursal seria anulado porque um magistrado decidindo pelo Tribunal inteiro, em vez de uniformizar a jurisprudência, a torna ainda mais incongruente.

Por fim, analisamos o projeto do Novo Código de Processo Civil, que atualmente tramita no Congresso Nacional, já tendo sofrido duas alterações em relação ao projeto original (*anteprojeto*). Se aprovado como está, compreendemos, de um modo geral, o julgamento monocrático, em que pese algumas (aparentes) novidades positivas poderá aniquilar todo o propósito do julgamento monocrático (abreviar o procedimento em situações que o justifiquem) e dilatará ainda mais a duração do processo. Entre os motivos que

justificam nossa posição estão: a) a inadmissibilidade, a prejudicialidade e a afronta às referidas súmulas que não precisariam mais ser “manifestas”; b) retirou-se a referência à jurisprudência dominante; c) retirou-se, também, a possibilidade de se negar seguimento por manifesta improcedência; d) o contraste com súmulas só seria paradigma para negativa de provimento do recurso; e) a possibilidade de se negar seguimento a recurso que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão ou sentença recorrida, erigindo o princípio da eventualidade (que pode acarretar na aplicação dos efeitos da revelia) à verdadeiro requisito de admissibilidade recursal retirando do julgador a possibilidade de manifestar-se pela procedência com base nas provas produzidas nos autos e demais informações presentes; f) a troca de “tribunal superior” por “Superior Tribunal de Justiça” em todo o dispositivo, eliminado o mecanismo de julgamento antecipado e monocrático pelo relator das justiças do trabalho, eleitoral e militar.

Finalizamos na esperança de termos cumprido nosso mister com esmero e contribuído, de alguma forma, ainda que humildemente, para uma melhor aplicação dos poderes-deveres do relator em julgamentos monocráticos.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Frederico do Valle. Conceito jurídico indeterminado, interpretação da lei, processo e suposto poder discricionário do magistrado. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, nº 674, 10 maio 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6674>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

ALMEIDA, José Antônio. O agravo interno e a ampliação dos poderes do relator. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação**. São Paulo: RT, 7 v., p. 375-435, 2003.

ALMEIDA, Marcelo Pereira de. Mitigação da oralidade - contraditório influente - exacerbação dos poderes do relator nos julgamentos monocráticos. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**. Rio de Janeiro, ano 6, 9 v., p. 481-497, jan./jun. 2012.

ARANTES, Delaíde Miranda; LEMOS, Maria Cecília de A. Monteiro. O Direito e a Justiça do Trabalho no curso de setenta anos: a sua evolução no Brasil e em Goiás e a reafirmação dos princípios do direito processual e material do trabalho na atual jurisprudência do TST. **Revista do TST**. Brasília: [TST], nº 2, 77 v., abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/1295387/2071945/O+Direito+e+a+Justi%C3%A7a+do+Trabalho+no+curso+de+setenta+anos>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

ARAÚJO, Thicianna da Costa Porto. O princípio do duplo grau de jurisdição. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, nº 56, ago. 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5030>. Acesso em: 20 mar. 2013.

ARMELIN, Donaldo. Apontamentos sobre as alterações ao Código de Processo Civil e à lei 8.038/90, impostas pela Lei 9.756/98. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: RT, p. 193-220, 1999.

ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. São Paulo: RT, 2007.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Algumas inovações da lei nº 9.756 em matéria de recursos civis. In: _____. **Temas de direito processual: sétima série**. São Paulo: Saraiva, p. 71-82, 2001.

_____. Lei nº 9.756: uma inconstitucionalidade flagrante e uma decisão infeliz. In: _____. **Temas de direito processual: sétima série**. São Paulo: Saraiva, p. 83-86, 2001.

_____. Reformas processuais e poderes do juiz. In: _____. **Temas de direito processual: oitava série**. São Paulo: Saraiva, p. 53-68, 2004.

_____. Reformas do CPC em matéria de recursos. In: _____. **Temas de direito processual: oitava série**. São Paulo: Saraiva, p. 143-156, 2004.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil: arts. 476 a 565**. 12^a ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. O neoprivatismo no processo civil. In: DIDIER JR., Fredie (org.). **Leituras complementares de processo civil**. 7ª ed. rev. amp., Salvador: Juspodivm, p. 309-320, 2009.

BARBOSA, Rodrigo Gago Freitas. **Os poderes do relator no processo civil**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2003, 295 f.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 4ª ed. Brasília: OAB Editora, 2002.

Brasil. Código de processo civil. **Código de processo civil: histórico da lei**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, v. 1, t. 1, p. 1-188, 1974. **Exposição de motivos** disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/177828/1/CodProcCivil%201974.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Brasil. Código de processo civil. **Quadro comparativo entre a redação original do projeto de Lei do Senado n.º 166, de 2010, o Código de Processo Civil em vigor e as alterações apresentadas no substitutivo do Senador Valter Pereira**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=84496>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: Recursos. Processos e incidentes nos Tribunais. Sucedâneos recursais: técnicas de controle das decisões judiciais**. São Paulo: Saraiva, 5 v., 2008.

CAMBI, Accácio. Aspectos polêmicos na aplicação do art. 557 do CPC. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: RT, 7 v., p. 13-23, 2003.

CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. In: DIDIER JR., Fredie (org.). **Leituras complementares de processo civil**. 7ª ed. rev. ampl., Salvador: Juspodivm, p. 205-237, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, reimp. 2002.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Poderes do relator e agravo interno: artigos 557, 544 e 545 do CPC. **Revista Jurídica**, ano 48, nº 274, p. 5-26, ago. 2000.

CARRAZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 22ª ed. rev. amp. atual., São Paulo: Malheiros, 2006.

CARREIRA ALVIM, J. E. **Ação monitória e temas polêmicos da reforma processual**. 5ª ed. atual. por Luciana Gontijo Carreira Alvim Cabral. Curitiba: Juruá, 2008.

CARVALHO, Fabiano. Julgamento unipessoal do mérito da causa por meio da apelação: interpretação dos arts. 557 e 515, § 3º, ambos do CPC. **Revista de Processo – Repro**. São Paulo: RT, ano 32, nº 144, p. 113-116, fev. 2007.

_____. Poderes do relator nos recursos: art. 557 do CPC. São Paulo: Saraiva, 2008. In: GOUVÊA, José Roberto F. (coord.). **Coleção Theotônio Negrão**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Princípios do contraditório e da publicidade no agravo interno**. In: **Revista Jurídica**, ano 53, nº. 329. São Paulo: [Revista Jurídica], p. 77-84, mar. 2005.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. **Teoria geral do processo**. 11ª ed. rev. atual., São Paulo: Malheiros, 1995.

COUTO, Reinaldo. **Curso de direito administrativo: segundo a jurisprudência do STJ e do STF**. São Paulo: Atlas, 2011.

CUNHA, J.S. Fagundes. O mandado de segurança e a aplicação do art. 557 do Código de Processo Civil. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: RT, 11 v., p.145-151, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **As decisões monocráticas do art. 557 do CPC**. [Porto Alegre]: [Maria Berenice Dias], 31 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/as-decisoes-monocraticas-do-art-557-do-cpc.cont>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: mar. 2013.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 5ª ed. rev. amp. atual., Salvador: Juspodivm, 3 v., 2008.

_____; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela**. 4ª ed., Salvador: Juspodivm, 2 v., 2009.

_____. **Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 12ª ed. rev. amp. atual., Salvador: JusPodivm, 1 v., 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel . O relator, a jurisprudência e os recursos. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; NERY JR., Nelson. (coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: RT, p. 127-144, 1999.

_____. **Princípios e garantias do processo civil**. Instituto OCW Br@asil. São Paulo: [Leonildo Correa], [s.d]. Disponível em: <<http://xoomer.virgilio.it/leonildoc/curso/dina12.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

DOURADO, Sabrina. Discricionariedade judicial e a efetivação dos direitos fundamentais. **Atualidades do Direito**. São Paulo: Editores Alice Bianchini e Luís Flávio Gomes, 18 out. 2011. Disponível em: <<http://atualidadesdodireito.com.br/sabrinadourado/2011/10/18/discricionarieda>

de-judicial-e-a-efetivacao-dos-direitos-fundamentais/ >. Acesso em: 20 mar. 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FRANÇOLIN, Wanessa de Cássia. **A ampliação dos poderes do relator nos recursos cíveis**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil: processo de conhecimento (2ª parte) e procedimentos especiais**. São Paulo: Saraiva, 2 v., 2005.

GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS BETA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: mar. 2013.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro: atos processuais a recursos e processos nos tribunais**. 16ª ed. atual., São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Questões sobre a lei 9.756 de 17 de dezembro de 1998. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: RT, p. 599-610, 1999.

HOFFMAN, Paulo. O direito à razoável duração do processo e a experiência italiana. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, nº 782, 24 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7179>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

_____. Cuidado! O fim do agravo de instrumento pode aniquilar o processo civil pátrio. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, nº 1162, 6 set. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8887>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

_____. Falsas medidas tendentes à efetividade: a inconstitucionalidade da obrigatoriedade de o autor apresentar rol de testemunhas na petição inicial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, nº 1175, 19 set. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8946>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

_____. **Razoável duração do processo**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

_____. **Saneamento compartilhado**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14ª ed. rev. atual. amp. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES, João Batista. Sistema recursal, PEC dos recursos e morosidade da justiça. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**. Rio de Janeiro, ano 5, 8 v., p. 472-477, jul./dez. 2011.

LIMA, Patrícia Carla de Deus. Sobre o julgamento monocrático dos embargos de declaração, nos tribunais, de acordo com a regra do art. 557 do CPC. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: RT, 8 v., p. 457-483, 2005.

MARCATO, Antônio Carlos. **CPC interpretado**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme; Mitidiero, Daniel. **CPC comentado artigo por artigo**. São Paulo: RT, 2008.

MARTINS, Francisco Peçanha. Exame do artigo 557 do Código de processo civil: um incitamento à reflexão e ao debate. **Revista de Processo - RePro**. São Paulo: RT, ano 26, nº 102, p. 153-166 abr./jun. 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MUTTI, Rodrigo Varini. Decisão monocrática do relator e agravo interno: uma análise do artigo 557 do Código de Processo Civil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, nº 23, 30-11-2005. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=198>. Acesso em: 01 maio 2010.

NEGRÃO, Theotônio et al. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 41ª ed. amp. atual., São Paulo: Saraiva, 2009.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 3ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, v. único, 2011.

NERY JR., Nelson. **Teoria geral dos recursos**. Série recursos no processo civil. 6ª ed. atual. amp. reform. São Paulo: RT, 1 v., 2004.

NUNES, Rizzatto. **Manual da monografia jurídica: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese**. 7ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **O processo civil na perspectiva dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: [Academia Brasileira de Direito Processual Civil], [s.d.]. Disponível: <[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira\(6\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira(6)%20-%20formatado.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. **Apontamentos sobre os poderes do relator nos tribunais**. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: RT, 9 v., p. 430-463, 2006.

_____. **Agravo interno e agravo regimental: hipóteses de incidência e poderes do relator nos tribunais**. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Recursos no processo civil**. São Paulo: RT, 22 v., 2009.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Direito, poder, justiça e processo**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PINTO, Marcelo. Juiz vê problemas na aplicação da repercussão geral. **Revista Consultor Jurídico**. Rio de Janeiro: [Conjur], 18-03-2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-mar-18/repercussao-geral-ainda-nao-deu-resposta-esperada-juiz>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

PORTELLA, Glória Maria Guimarães de Pádua Ribeiro. Das decisões monocráticas nos tribunais. **Revista síntese de direito civil e processual civil**. São Paulo: Síntese, ano II, nº 9, p. 29-31, jan-fev 2001.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Renan Segura dos. **Decisão monocrática do art. 557 do Código de Processo Civil conforme os princípios fundamentais do processo**. Trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2_012_2/renan_santos.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SATO, Priscila Kei. Jurisprudência (pre)dominante. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: RT, p. 564-583.

SILVA, Mário Teixeira da. **Recursos cíveis e poderes do relator**. 2ª ed. atual. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Rodrigo Henrique Dias da. Incidente de resolução de demandas repetitivas: uma significativa inovação do projeto do novo CPC. **Migalhas**. [São Paulo]: [Migalhas], 16 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI151894,91041-Incidente+de+resolucao+de+demandas+repetitivas+uma+significativa>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SLAIBI FILHO, Nagib. Notas sobre o art. 557 do CPC: competência do relator de prover e de negar seguimento a recurso. **Revista Forense**, ano 98, 361 v., Rio de Janeiro: Forense, maio/jun. 2002.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de direito processual civil**. 41ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1 v., 2004.

_____. **Código de processo civil anotado**. 14ª ed. rev. amp. atual., Rio de Janeiro: Editora Forense Jurídica (Grupo Gen), 2010.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Uma proposta em torno do conceito de jurisprudência dominante. **Revista de Processo - RePro**. São Paulo: RT, ano 25, nº 100, p. 81-87, out./dez. 2000.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Os agravos no CPC brasileiro**. Série recursos no processo civil. 4ª ed. rev. amp. atual. RT, 2 v., 2006.